

Elsa Marina Pereira Gaspar Simões

Reconhecimento de Competências – Uma nova oportunidade para desempregados

Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo apresentada à Faculdade de Economia e à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra sob orientação do Professor Doutor Pedro Hespanha

Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Elsa Marina Pereira Gaspar Simões

Reconhecimento de Competências – Uma nova oportunidade
para desempregados

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia e à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra com vista à obtenção do grau de Mestre em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo.

Orientador: Professor Doutor Pedro Hespanha

Coimbra
2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Agradecimentos

Ao meu Marido

Aos meus Pais

À minha Irmã

Ao professor Pedro Hespanha

Aos meus amigos de caminhada Isa, José e Liliete

Resumo

Num contexto em que existe uma preocupação com a situação da população adulta desempregada e com baixas qualificações em Portugal, importa perceber quais as medidas e de que forma estão a ser implementadas no combate a esta problemática. Uma das respostas governamentais encontrada para colmatar esta lacuna, foi o encaminhamento desses adultos para os Centros Novas Oportunidades, no intuito de os integrar em processos de educação e formação, dos quais se destaca o reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas ao longo da vida nos mais variados contextos. O objetivo central deste estudo é perceber o impacto destas medidas na vida dos indivíduos envolvidos após verem as aprendizagens realizadas ao longo da vida certificadas. Simultaneamente, procurou-se perceber se os adultos sentem que o reconhecimento das suas competências conduziu, de alguma forma, à reposição de justiça social, uma vez que contribuíram ativamente e ao longo de toda a sua vida para a sociedade. Para enquadrar o caso português, houve a preocupação de ir ao encontro das origens da valorização das aprendizagens que são feitas fora dos bancos da escola, estabelecendo um paralelismo com a evolução desta temática ao nível europeu. Não obstante, esta pesquisa centrou-se no caso português, onde a Iniciativa Novas Oportunidades teve uma grande intervenção na implementação de medidas que levassem os adultos a procurar formação para poderem responder aos desafios atuais com que se deparam e

também para verem reconhecidas as competências adquiridas ao longo da vida e que não puderam, por diversos fatores, ser validadas e certificadas formalmente. As mudanças ocorridas na vida pessoal, formativa, profissional e social são, na maioria dos casos, significativas e o sentimento de valorização pessoal e de justiça social é efetivo nestes adultos.

Palavras-chave: Aprendizagem ao Longo da Vida; Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências; Centro Novas Oportunidades; Desempregados, Justiça Social

Abstract

In a context where there is a concern with the adult unemployed and low qualified population in Portugal, it is important to understand which measures are being implemented in fighting this issue. One of the answers found by the government to overcome this gap was the creation of the Centros Novas Oportunidades (New Opportunities Centers), with the intent of integrating these adults in processes of education and formation, in which recognition, validation and certifying skills, acquired through life, in all contexts, are highlighted. The main goal of this study is to understand the impact of these measures in the life of the involved individuals, after seeing their life acquired skills being certified. Simultaneously, one tried to understand if adults feel that the recognition of their skills lead, somehow, to the replacement of social justice, since they have actively, and throughout their lives, contributed to the society. To frame the Portuguese situation there was the concern to find the origins of the validation of the skills acquired outside the school benches, establishing a parallel with the evolution of this issue on a European level. Notwithstanding, this research was focused on the Portuguese situation, where the idea of the Novas Oportunidades (New Opportunities) had a huge intervention in implementing measures that would lead adults to look for formation, so that they could answer to the current challenges they are faced with, and also to get their life acquired skills, that they weren't able, due to many factors, get formally validated and certified. The changes occurred in the personal, formative, professional and

social life are, in most cases, significant and the feeling of personal appreciation and of social justice is effective in these adults.

Key-Words: Lifelong learning; Recognition, validation and skills certification; New Opportunities Centers; Unemployed; Social Justice.

Lista de Siglas

ANEFA - Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos

ANQ – Agência Nacional para a Qualificação

ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

CEDEFOP - Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação
Profissional

CEPCEP - Centro de Estudos da Universidade Católica Portuguesa

CNO – Centro Novas Oportunidades

CQEP - Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional

DGFV Direcção-Geral de Formação Vocacional

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

PRA – Portefólio Reflexivo de Aprendizagens

RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Índice

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	III
ABSTRACT	V
LISTA DE SIGLAS	VII
ÍNDICE	IX
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – APRENDER FORA DA ESCOLA	5
1. ORIGEM DA VALORIZAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NÃO FORMAIS	5
1.1 EXPERIÊNCIAS NOUTROS PAÍSES	5
1.2 LIVRO BRANCO DA COMISSÃO “CRESCIMENTO, COMPETITIVIDADE E EMPREGO” – 1995	7
1.3 RELATÓRIO PARA A UNESCO DA COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI	9
1.4 MEMORANDO SOBRE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA – COMISSÃO EUROPEIA – 2000	10
1.5 OS NOVOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA	13
1.6 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS – CONTEXTO PORTUGUÊS	19
2. OS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	22
2.1. DADOS ESTATÍSTICOS DA POPULAÇÃO PORTUGUESA	22
2.2. ANEFA	23
2.3. INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES	24
2.4. ETAPAS DO PROCESSO RVCC	27

2.5. BALANÇO DE COMPETÊNCIAS E O PORTEFÓLIO REFLEXIVO DE APRENDIZAGENS	28
2.6. RVCC PARA POPULAÇÃO DESEMPREGADA	31
3. RESULTADOS DOS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	32
CAPÍTULO II - O MODELO ANALÍTICO	39
2.1 OS OBJETIVOS E AS HIPÓTESES.....	39
2.2 METODOLOGIA.....	41
CAPÍTULO III - DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	45
3.1 ANÁLISE DE DADOS PESSOAIS, FORMATIVOS E PROFISSIONAIS	45
3.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	46
3.2.1 DADOS DOS ENTREVISTADOS.....	46
3.2.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	47
CAPÍTULO IV - CONCLUSÃO	73
BIBLIOGRAFIA.....	81
ANEXOS.....	87

Introdução

“Aprender vivendo e viver aprendendo assumem-se (...) como uma relação binomial praticamente indiscernível” do ser humano, como refere Carneiro (2012: 2). É esta a dicotomia que distingue o ser humano dos restantes seres vivos. O autor assume, ainda, que viver aprendendo é sinónimo de empreendedorismo social e aprender vivendo é sinónimo de cidadania. Desde as últimas décadas que as políticas e iniciativas no campo da educação e formação de adultos refletem os mais baixos níveis de certificação escolar e profissional da população adulta portuguesa. Esta consciência parte dos cidadãos comuns, das organizações, das entidades privadas e públicas e dos órgãos de decisão política nacional e europeia (Carneiro, 2012).

Em Portugal muito tem sido feito no que diz respeito à educação e formação de adultos, mas muito há ainda por fazer e devemos ter em conta que a educação ao longo da vida é “o meio de chegar a um equilíbrio mais perfeito entre trabalho e aprendizagem bem como ao exercício de uma cidadania ativa” (Delors, 1996: 105). As práticas até agora adotadas serviram para mostrar que a população portuguesa está empenhada em melhorar a sua forma de estar no que diz respeito às suas qualificações e reforço das suas competências e que as reformas governamentais têm contribuído para que isso aconteça, assim como refere Melo (Melo *et al.*, 2002: 6) “continuaremos todos a trabalhar para que as Políticas de Educação e Formação de adultos sejam cada vez mais atuais, mais portadoras de futuro, mais

integradas no *core da decisão e da ação política*”.

No entanto, é possível encontrar na sociedade pessoas que têm uma opinião negativa das iniciativas levadas a cabo até ao momento, pondo-as em causa. Esta investigação pretende, assim, conhecer as opiniões dos intervenientes e beneficiários diretos destas políticas de educação, pessoas que viram as suas qualificações aumentadas através da frequência de um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, quando se encontravam numa situação de desemprego e foram impelidas a aumentarem as suas qualificações (devido à implementação do Despacho n.º 17658/2010 que determina que todos os cidadãos desempregados e inscritos no Centro de Emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que sejam detentores de qualificações inferiores ao nível secundário e cujo perfil de empregabilidade seja pouco adequado às ofertas de emprego disponíveis, devem ser encaminhados para a rede nacional de centros novas oportunidades), no caso dos adultos deste estudo, através de um processo RVCC. É de notar que muitas das pessoas que beneficiaram das políticas educacionais e formativas correspondem ao perfil traçado por instâncias europeias como público-alvo para as políticas de Aprendizagem ao Longo da Vida, ou seja, foram pessoas que, de alguma forma, sentiram necessidade de aumentar as suas qualificações e adquirir ou reforçar competências para responder de forma positiva aos desafios e exigências que o mercado de trabalho lhes impõe constante e sistematicamente (Carneiro, 2009), uma vez que “a evolução rápida do mundo exige uma atualização contínua dos saberes (Delors, 1996: 103).

Atualmente, as práticas de educação e formação de adultos atravessam uma fase menos atuante, uma vez que foi extinta a Iniciativa Novas Oportunidades e se está a preparar uma nova forma de responder aos desafios e necessidades de intervenção nesta área através da criação dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (Portaria n.º 135-A/2013) que substituem os Centros Novas Oportunidades. Esta portaria defende que em períodos de

mudança, como aqueles que se vivem atualmente, “importa assegurar as condições necessárias para que a população ativa possa reforçar e ver reconhecidas as suas qualificações” (Portaria n.º 135-A/2013). Desta forma, e tendo em conta os desafios económicos, sociais e de cidadania que se impõem com maior intensidade na nossa sociedade, é importante refletir acerca dos prós e contras das políticas de educação e formação de adultos, no sentido de perceber se o investimento feito até ao momento teve ganhos relevantes que justifiquem a continuação da aposta nesta área em Portugal, uma vez que, quando se põem em prática iniciativas governamentais de grande envergadura, estas devem “ser submetidas ao escrutínio de uma avaliação externa e independente” (Carneiro, 2009: 3).

O desemprego é, também, um problema crescente (INE, 2012) e muito preocupante quer para os indivíduos que se encontram nesta situação, quer para as instâncias governamentais que têm como missão dar resposta às problemáticas existentes.

Um dos principais objetivos deste estudo é perceber qual a origem da valorização das aprendizagens que acontecem fora da escola, ao longo da vida ativa, acompanhando as etapas importantes que ocorreram nos países pioneiros nesta área, seguindo as ações de implementação e desenvolvimento de sistemas de educação e formação ao longo do tempo em vários países, principalmente em Portugal. A avaliação deste sistema em Portugal é também foco de atenção neste estudo. Estes são os temas que suportaram a recolha de dados bibliográficos que estão presentes no primeiro capítulo do estudo.

Com o resultado de entrevistas realizadas a pessoas desempregadas que obtiveram certificação de 9.º ano através de um processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, este estudo pretende verificar se ocorreram alterações na vida pessoal, formativa, profissional e social dos entrevistados após a certificação, verificando se a aposta feita nesta área é adequada aos resultados obtidos e sentidos pelos que dela beneficiaram.

CAPÍTULO I – Aprender fora da escola

1. - Origem da Valorização das Aprendizagens Não Formais

1.1 Outras Experiências

Durante a Revolução Francesa, no final do século XVIII, houve um despertar para o tema Educação e Formação de Adultos (Canário, 2000). De acordo com o mesmo autor, foi Condorcet um dos primeiros a defender que a instrução deve ser uma constante em todas as idades, e que não existe momento da vida humana em que não seja útil aprender.

Esta área foi-se desenvolvendo desde então e foram criadas políticas estatais de alfabetização e de formação profissional (Canário, 2000). No século XIX a educação e formação de adultos merece a atenção de sindicatos e de associações, dando origem ao movimento operário que está na base da força da educação popular e da “formação e consolidação dos sistemas escolares nacionais que conduziu, segundo uma lógica de extensão ao mundo dos adultos, à emergência de modalidades de ensino de segunda oportunidade” (Santos Silva, 1990, *apud* Canário, 2000: 12).

Apesar de se considerar que foi durante a Revolução Francesa que se começou a falar da necessidade e importância da educação e da formação de pessoas adultas, foi no período após a segunda guerra mundial que este tema mereceu especial atenção (Gonçalves, 2008). Nesta fase, os soldados norte-americanos começaram a regressar a casa e depararam-se

com um mercado de trabalho diferente, com novas exigências, para as quais não tinham capacidades de resposta, sobretudo pelo facto de não terem tido oportunidade de prosseguir os estudos devido à obrigatoriedade militar a que foram sujeitos (Gonçalves, 2008), mas também devido à ocupação dos postos de trabalho por mão de obra feminina (Canário, 2006). Dada esta situação, o governo americano procedeu a várias alterações legais que permitiram que fossem reconhecidos aos jovens militares os saberes adquiridos em contexto de guerra uma vez que, após a percepção de que o prosseguimento de estudos era a solução para o problema, os veteranos de guerra não queriam retomar os estudos no ponto em que ficaram quando foram cumprir serviço militar (Canário, 2006: 38). Desta forma e segundo o mesmo autor, as autoridades educativas foram obrigadas a tomar por base as aprendizagens conseguidas através da experiência em contexto de guerra.

Em termos históricos, é também importante realçar a situação vivida por grupos feministas no Quebec durante os anos 60 que exigiam ter acesso ao ensino superior sem que fosse levado em consideração apenas o diploma escolar, mas também que fossem valorizados os percursos de vida das mulheres com um percurso escolar muito curto, levando a fosse comparada a atividade doméstica à gestão de uma pequena empresa (Canário, 2006, 38).

Pela experiência e preocupação de vários países acerca do tema da educação de adultos, na década de noventa chegou-se à conclusão de que se deveria dar ênfase aos aprendizes em idade adulta e foi reforçada a ideia de que não se aprende só pela via da formação, mas também pela via da experiência levando a que a validação das competências dos adultos se tivesse convertido num novo referencial de aprendizagem no Canadá, Estados Unidos e noutros países europeus, nomeadamente, na França (Fernández, 2005). O autor (2005: 82) defende, ainda, que “o uso social do que se aprende e a vida social de quem aprende são o que marca o sentido e o valor do aprendido” e reforça a ideia de que os

caminhos da formação de adultos levam a processos de aprendizagem mais interativos que põem lado a lado as potencialidades e as necessidades, a procura e a oferta entre espaços e tempos específicos de aprendizagem e lugares e tempos de vida comuns. Assim, todas as pessoas são capazes de aprender desde que nascem e, tendo por base esta premissa, fazer com que essas pessoas tomem consciência das suas capacidades e daquilo que já foi apreendido, reconhecendo o que já foi apreendido e qual o seu valor, bem como orientar estas potencialidades da capacidade de aprender, devem ser os pilares dos modelos de formação de adultos (Fernández, 2005).

1.2 Livro Branco da Comissão “Crescimento, Competitividade e Emprego” – 1995

No Livro Branco *Crescimento, Competitividade, Emprego - Os desafios e as pistas para entrar no século XXI*¹, lançado pela Comissão Europeia no final de 1995, é apresentada uma linha de ação comunitária que procura analisar e definir o sentido orientador da educação e da formação (Pires, 2002). Foi neste Livro que surgiu pela primeira vez a ideia de uma Europa mais competitiva e com capacidade para criar emprego associada à importância da aprendizagem ao longo da vida, e o seu principal objetivo era sensibilizar e lançar o debate público sobre como os sistemas de educação e formação na Europa se adaptariam para responder aos desafios constantes e exigentes do século XXI (Valente *et al.*, 2007).

De acordo com Pires (2002), o Livro Branco descreve aquilo que a autora intitula de os três “choques-motores” como sendo os maiores desafios com que a sociedade europeia se defronta, a saber: o “advento da sociedade da informação, que é entendida como uma nova revolução industrial”, a “mundialização da economia e o aumento da competitividade a nível mundial” e a “evolução científica e tecnológica, e a cultura da inovação daí decorrente”

¹ Livro Branco – O Livro Branco sintetiza as principais questões que se colocam ao nível dos sistemas de educação e formação, mostrando propostas relativas a iniciativas a serem desenvolvidas no contexto comunitário (Pires, 2002). A sua publicação é de 1993 (COM(93) 700, dezembro de 1993).

(Pires, 2002: 51). Para dar resposta a estes desafios da educação e formação, são apresentadas novas orientações e linhas de ação que colaborem no desenvolvimento da qualidade de todos os sistemas envolvidos nesta área.

Para fazer face aos desafios existentes na educação e formação de adultos, o Livro Branco propõe que se trabalhe no sentido de proporcionar, ampla e solidamente, o acesso à cultura geral de todos, focando a importância do reforço de uma base de conhecimentos culturais consolidados e tentando obter uma forte ligação entre o ensino geral e a formação especializada (Canelas, 2010). Segundo este autor, o Livro Branco refere, ainda, o desenvolvimento da aptidão para o emprego, constatando-se que os adultos procuram a obtenção de um diploma adquirido no contexto da educação formal, mas também através do reconhecimento das competências adquiridas em outros contextos. Relewa, também, a ideia de que a educação e formação ao longo da vida deve ser constante, principalmente nos grupos que apresentam mais fragilidades no mercado de trabalho (Canelas, 2010).

Num contexto de uma nova sociedade, denominada por sociedade do conhecimento e da informação, promove-se o desenvolvimento, nas suas comunidades constituintes, “de uma verdadeira cultura aprendente, sustentada na curiosidade, no estudo, na pesquisa pessoal, no reconhecimento do mérito nas aquisições pessoais, no sentido do risco e no gosto pela apropriação do novo” (Carneiro, 2012: 16). Desta forma, e a partir do surgimento do Livro Branco, a centralidade das políticas e sistemas de educação e formação na estratégia europeia tem sido expressiva, realçando-se a importância quer da elevação dos níveis educacionais da população em geral, quer da produção de qualificações e competências que hoje são imprescindíveis para o trabalho e para uma efetiva participação na sociedade baseada no conhecimento (Valente *et al.*, 2007). Para o autor, esta é uma condição fundamental para que seja possível afirmar um novo modelo de crescimento e de competitividade sem custos pesados de emprego e de coesão social.

Para Carneiro (2012: 16) a sociedade do conhecimento e da informação é “aquela que desenvolve nas suas comunidades constituintes uma verdadeira cultura aprendente, sustentada na curiosidade, no estudo, na pesquisa pessoal, no reconhecimento do mérito nas aquisições pessoais, no sentido do risco e no gosto pela apropriação do novo”.

1.3 Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI

“O conceito de educação ao longo de toda a vida aparece, pois, como uma das chaves de acesso ao século XXI” (Delors, 1996, 16). Este foi o conceito que a Comissão Delors colocou na base das suas propostas para a educação do século XXI defendendo que aprende-se vivendo e vive-se aprendendo. Assim, a aprendizagem passa a ser o indicador essencial de uma vida geradora, ou seja, que se auto-recria e se refaz constantemente, através da reflexividade, atributo essencial dos seres humanos (Carneiro, 2012). O aprender fazendo constituiu-se como uma solução para enfrentar as mudanças do trabalho e das transformações de competências exigíveis para uma empregabilidade ao longo da vida, tornando-se, também, um impulsionador para a construção de novos projetos uma vez que “viver aprendendo é sinónimo de empreendedorismo social” (Carneiro, 2012: 9).

O relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, coordenado por Jacques Delors (1996, 90-101), compila aquilo que se considera fundamental na educação e formação de adultos nos quatro pilares em que se baseia a educação para toda a vida que, segundo o autor, são:

- *Aprender a conhecer*. Significa aprender a aprender, saber beneficiar das oportunidades educativas decorrentes da aprendizagem ao longo da vida;
- *Aprender a fazer*. Significa aprender as competências necessárias a uma determinada realidade profissional, bem como outras competências essenciais para contextos

não profissionais;

- *Aprender a viver juntos*. Implica a aprendizagem, compreensão e perceção do espaço que os outros necessitam, sabendo gerir eventuais conflitos;

- *Aprender a ser*. Implica o desenvolvimento e respeito pela personalidade do indivíduo, estimulando a capacidade de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal.

De acordo com os quatro pilares apresentados, a educação deve, então, sustentar-se na premissa de que a aprendizagem é feita ao longo de toda a vida e de diversas formas, e todos devem ter a noção que se devem atualizar e procurar aprender (Delors, 1996). Para o mesmo autor (1996: 89) é, portanto, “necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer os primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança”, uma vez que o processo de aprendizagem do conhecimento nunca está completo e pode ser enriquecido com qualquer experiência.

Futuramente, as organizações poderão necessitar de pessoas ao seu serviço com novas qualificações, mais relacionadas com a vertente comportamental do que com a intelectual, situação que poderá ser bastante favorável para as pessoas com qualificações mais baixas (Delors, 1996). Estas organizações deverão, assim, valorizar outras competências para integrar as pessoas na sua estrutura, ou seja, “a intuição, o jeito, a capacidade de julgar, a capacidade de manter unida uma equipa não são de fato qualidades, necessariamente, reservadas a pessoas com altos estudos” (Delors, 1996: 95). Desta forma, todos devem ser impelidos a procurar novas experiências de aprendizagem para responder adequadamente aos desafios futuros.

1.4 Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida – Comissão Europeia – 2000

O Conselho Europeu de Lisboa, realizado em março de 2002, foi um ponto de

partida muito importante na orientação das políticas e ações realizadas a partir de então na União Europeia, uma vez que as conclusões daí resultantes reforçam a aposta de que a aprendizagem ao longo da vida deve ser uma constante na transição para uma economia e uma sociedade assentes do conhecimento, uma vez que se preveem mudanças significativas na estrutura da vida social, profissional e cultural que irão implicar várias alterações (Comissão Europeia, 2000). De forma a responder a estas alterações e mudanças, devem ser providenciadas oportunidades de aprendizagem e de formação à medida dos diferentes públicos-alvo e em diferentes etapas da sua vida, sendo esta uma condição fundamental à concretização da aprendizagem ao longo da vida (Valente *et al.*, 2007). A Estratégia de Lisboa veio reforçar a necessidade de promover o crescimento e o emprego reforçando o investimento no capital humano e adaptando os sistemas de educação e formação às exigências na questão das competências. Como resultado deste conselho foi criado um documento, o Memorando de Aprendizagem ao Longo da Vida, que serve de instrumento orientador ao debate e à reflexão à escala europeia, de forma a implementar uma estratégia de aprendizagem ao longo da vida (Pires, 2002).

A Comissão Europeia e os Estados-Membros definiram a aprendizagem ao longo da vida como “toda e qualquer atividade de aprendizagem, com um objetivo, empreendida numa base contínua e visando melhorar conhecimentos, aptidões e competências” (Comissão Europeia, 2000: 3), tendo como propósito fomentar a empregabilidade e promover a cidadania (Pires, 2002). Esta foi a definição adotada no Memorando de Aprendizagem ao Longo da Vida (Comissão Europeia, 2000) onde se pode verificar a valorização das pessoas como trunfo principal para o crescimento europeu, sendo que “a aprendizagem ao longo da vida é uma política essencial para o desenvolvimento da cidadania, da coesão social e do emprego” (Comissão Europeia, 2000: 6).

No Memorando, a Comissão Europeia distingue, ainda, três categorias básicas de

atividade de aprendizagem com um objetivo: aprendizagem formal, aprendizagem não-formal e aprendizagem informal (Comissão Europeia, 2000: 9). Neste sentido, a aprendizagem formal ocorre em instituições de ensino e formação e conduz a diplomas e qualificações reconhecidos. Por sua vez, a aprendizagem não-formal decorre em paralelo aos sistemas de ensino e formação e não conduz, obrigatoriamente, a certificados formais. A aprendizagem não-formal pode ocorrer no local de trabalho e através de atividades de organizações ou grupos da sociedade civil, podendo ser, ainda, ministrada através de organizações ou serviços criados em complemento aos sistemas convencionais. Por seu lado, a aprendizagem informal traduz-se num acompanhamento natural da vida quotidiana. Contrariamente à aprendizagem formal e não-formal, a aprendizagem informal não é necessariamente intencional e, como tal, pode não ser reconhecida, mesmo pelos próprios indivíduos, como enriquecimento dos seus conhecimentos (Comissão Europeia, 2000: 9).

A Comissão Europeia fala frequentemente em aprendizagem em vez do termo educação e, tendo como referência Pires (2005), é perceptível esta diferença no uso de conceitos tendo por base a breve noção de se poder facilmente estabelecer o paralelo conceptual entre “educação – proposta” e “aprendizagem – adquirida”, tendo em consideração que “toda a atividade de aprendizagem em qualquer momento da vida, com o objetivo de melhorar os conhecimentos, as aptidões e competências, no quadro de uma perspetiva pessoal, cívica, social e/ou relacionada com o emprego” foi a definição da comissão para a Aprendizagem ao Longo da Vida (Comissão das Comunidades Europeias, 2001: 10).

Pode-se, então, concluir que o investimento no capital humano é encarado como uma estratégia estrutural, uma vez que o ser humano possui a capacidade de criar conhecimento e de aplicá-lo à sociedade (Comissão das Comunidades Europeias, 2000). Este investimento no Homem prevê que a aprendizagem ao longo da vida se torne a componente base do modelo social europeu (Comissão das Comunidades Europeias, 2001) com o intuito de superar a

desigualdade e exclusão social de algumas franjas da população.

1.5 Os novos desafios da educação e formação ao longo da vida

Maria João Rodrigues recomenda a divulgação e explicação pública das novas realidades e necessidades de educação e formação para que as pessoas possam responder de forma adequada e responsável aos novos desafios impostos pelo atual mercado de trabalho (Valente *et al.*, 2007: 152). A autora defende, também, que se os indivíduos souberem antecipadamente as necessidades de qualificação e formação necessárias a esse mercado de trabalho irão, certamente e de forma mais consciente, procurar fazer um esforço no investimento na sua própria formação, uma vez que se consciencializam das vantagens em qualificar-se e formar-se. Maria João Rodrigues realça, ainda, o facto da qualificação e formação da população portuguesa estar muito desfasada da realidade empresarial e dos padrões mais elevados de qualificações, considerando, por isso, que a aposta na formação é o caminho que Portugal deve seguir para conseguir equilibrar este desfasamento atual porque “só podemos estabelecer um nexo entre educação e desenvolvimento se (...) conseguirmos transformar educação e formação numa verdadeira causa nacional” (*Ibid.*: 153).

Um grupo de trabalho² criado ao nível europeu para discutir e trabalhar no tema das competências básicas referiu que as rápidas mudanças de natureza social, económica e política que se previam para a Europa dariam origem a muitos desafios individuais e governamentais. Desta forma, e para fazer face a estes desafios, há que realçar o papel fundamental do desenvolvimento de elevados níveis de conhecimento, qualificação e competências quer a nível individual, como local e nacional (DGEEP/MTSS, 2005). Este desenvolvimento tem como centro de atenção o nível das qualificações e atitudes,

² Working Group «Basic Skills, Entrepreneurship and Foreign Languages», Process Report, november 2003. (apud DGEEP/MTSS, 2005)

considerando não só os conhecimentos que o indivíduo dispõe, mas também a forma como os aplica e a sua disposição para continuar a aprender ao longo da vida (DGEEP/MTSS, 2005). Com este grupo de trabalho foi elaborada a definição de competências-chave como “conjunto transferível e multifuncional de conhecimentos, qualificações e atitudes que todos os indivíduos necessitam para a realização pessoal e para o desenvolvimento, inclusão e emprego” (DGEEP/MTSS, 2005, 126), sendo que estas competências devem ser adquiridas no final do ensino obrigatório e devem ser a base de uma formação permanente como parte da aprendizagem ao longo da vida.

Nesta linha de ideia foram delineadas oito competências-chave de seguida apresentadas: capacidade de comunicação na língua materna, capacidade de comunicação numa língua estrangeira, literacia matemática e competências básicas em ciência e tecnologia, competências em tecnologia da informação, capacidade de aprender a aprender, competências interpessoais e cívicas, capacidade de empreendedorismo e capacidades de nível cultural (*Ibid.*:126-127). Coloca-se, então, um desafio em relação ao desenvolvimento destas competências numa sociedade baseada no conhecimento que é encontrar uma forma destas competências serem desenvolvidas de modo a que todos possam aceder a elas, nomeadamente, a população mais vulnerável que deixou a escola precocemente ou adultos com baixas qualificações e habilitações (*Ibid.*). Uma das medidas apontadas pela equipa coordenada por Roberto Carneiro num estudo sobre a criação e destruição de emprego em Portugal na década 2000-2010 (*Ibid.*) vai ao encontro do reconhecimento e certificação de competências, dando ênfase à oferta de uma variedade de metodologias de avaliação de conhecimentos e competências na qual se deve incluir a creditação e validação de conhecimentos e competências anteriormente adquiridas. Partindo deste pressuposto, e num contexto em que competências novas e em maior número são necessárias à grande parte dos indivíduos ao longo de toda a sua vida ativa, a resposta educativa e formativa deverá ser

completamente reconsiderada e repensada (Valente *et al.*, 2007).

A estratégia da Aprendizagem ao Longo da Vida resulta, assim, da questão de serem precisas competências novas e melhoradas ao longo de uma vida ativa mostrando, a necessidade latente em haver mudanças, que já estão em curso, nos sistemas e políticas de educação e formação (Valente *et al.*, 2007). Assim sendo, estas mudanças devem incidir na educação e formação inicial e garantir uma plataforma mínima de aprendizagem pois os indivíduos são obrigados a ser capacitados para absorver e integrar novos conhecimentos nos mais variados contextos de vida (*Ibid.*). Não obstante, os indivíduos e as empresas têm um papel determinante nesta aprendizagem, pois torna-se imprescindível que ambos sejam encorajados a investir em formação e em formas de organização do trabalho mais qualificantes. Neste ponto de vista é fundamental a identificação, a avaliação e o reconhecimento do conhecimento adquirido pela via não formal e informal e, atualmente, outros contextos e meios de aprendizagem são reconhecidos como imprescindíveis. Há a necessidade de se entender o indivíduo cada vez mais como sendo ator, em que o conteúdo é contextualizado e baseado na resolução de problemas (*Ibid.*: 216).

Para ser possível delinear uma política de aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente identificar e antecipar necessidades de qualificações e competências, há que colocar em evidência os desafios crescentes do ponto de vista da metodologia. A definição de competência está a tornar-se mais ampla, englobando um vasto conjunto de elementos desde atributos pessoais a competências genéricas (Valente *et al.*, 2007 citando Borghans *et al.*, 2001). Muitas das vezes, o conjunto vasto e alargado de competências exigidas não está apenas associado à qualificação e à profissão, mas antes, aos mais variados contextos de trabalho e de vida (Valente *et al.*, 2007). É possível, então, verificar que muitas destas competências têm um valor bastante elevado no mercado de trabalho, mas não são adquiridas formalmente nem são certificadas.

A desvalorização das competências ao longo do tempo e a sua desatualização rápida, especialmente em áreas sujeitas a grande desenvolvimento tecnológico, constituem outro dos desafios metodológicos quando pensamos em educação e formação (Valente *et al.*, 2007). De acordo com os autores, ao planear e implementar novas estratégias, é fundamental dar importância à capacidade de planeamento, não apenas dirigida a jovens, mas principalmente a adultos, nas mais variadas fases da sua vida, e em especial na vida ativa, com necessidades específicas de aprendizagem e que exigem, por si só, soluções diferenciadas).

Consequentemente, o *Memorando para a Aprendizagem ao Longo da Vida* (Comissão Europeia 2000) permite perceber que o reconhecimento e a certificação das competências reais dos adultos, independentemente dos contextos em que foram adquiridas, constituem-se num direito individual e são inseparáveis do assumir dos desafios da educação/formação ao longo da vida.

A uma estratégia individual que a sociedade tem o dever de facilitar, segue-se coerentemente uma estratégia coletiva, quer institucional, quer política, para validar as competências adquiridas por qualquer via (Valente *et al.*, 2007). Assim, e de acordo com Yourcenar (2005), o reconhecimento e consequente validação de competências como um direito adquirido fazem parte das ocorrências que podem alterar a perspetiva de vida de cada indivíduo, uma vez que “formar começa no berço e vai até à terceira idade” (Josso, *apud* Canário e Cabrito, 2005: 116). Desta forma, e refletindo sobre as situações em que ocorre a educação e a formação, é possível compreender que a formação diz respeito a todas as situações da vida enquanto que educação corresponde a situações pontuais (Josso, *apud* Canário e Cabrito, 2005: 116).

Alberto Melo defende que muitas pessoas que afirmam que nem o quarto ano têm são, por vezes, pessoas que sabem muito mais do que outras com escolaridade superior, pois têm autonomia de vida e de sobrevivência, uma vez que sempre fizeram o necessário para

fazer face às necessidades básicas, sabem produzir elementos necessários ao dia a dia, como por exemplo, a alimentação, e sabem resolver todos os problemas quotidianos que surgem ao longo da vida e estas competências básicas e fundamentais, quando aliadas a outros conhecimentos e competências que vão sendo produzidas por se experimentar vivências sociais, laborais e cívicas, levam o autor a defender que “era de uma justiça elementar passarmos a reconhecer, validar e certificar este tipo de competências na e pela vida fora” (Melo, 2005: 113). Neste sentido, a educação de adultos é tão importante ao ponto de surgir ligada ao desenvolvimento local, porque são pessoas qualificadas que podem desenvolver a competitividade de uma empresa, o desenvolvimento de um concelho, de um país e do mundo. O autor é categórico na sua análise ao afirmar que “sem educação e formação de adultos (...) não há um verdadeiro desenvolvimento local, haverá sim um certo número de decisões de tipo tecnocrático, de tipo burocrático, de tipo economicista” (*Ibid.*:110) e considera, ainda, ser muito importante a valorização dos recursos humanos, formando “cidadãos cada vez mais informados, mais conscientes e, porventura, mais ativos” (*Ibid.*:107).

O impacto das qualificações sobre o emprego e a integração social é, crescentemente, reconhecido. Os indivíduos que possuem mais e melhores qualificações são uma peça fundamental para que as taxas de emprego sejam mais elevadas e contribuem, desta forma, para que a exclusão social não seja uma realidade tão preocupante na vida dos europeus (Valente *et al.*, 2007). A preocupação sobre que qualificações e que competências formar para além da generalização e da elevação da escolaridade são hoje evidentes e respondem de forma explícita à questão de economias europeias mais avançadas e mais competitivas, como é o caso, por exemplo, da Irlanda e a Finlândia que terão feito investimentos muito importantes e com resultados muito positivos na educação e na formação, em conjunto com as suas políticas industriais e de inovação (Valente *et al.*, 2007). De acordo com Nieuwenhuis (2004 *apud* Valente *et al.*, 2007), as políticas de educação e de formação baseadas em resultados certos

têm de ser substituídas por políticas focadas na qualidade dos processos de aprendizagem e nas capacidades de aprendizagem dos indivíduos e, desta forma, as competências relacionadas com o trabalho deverão ganhar importância sobre as competências para o trabalho. Existe, assim, um consenso crescente de que a qualificação ao nível do secundário se tornou o mínimo necessário para uma inserção no mundo do trabalho, à qual acresce a importância das competências pessoais e sociais para lidar com as atuais características do trabalho e da vida (Carneiro, 2002 *apud* Valente et al., 2007).

Na perspetiva de Valente *et al.* (2007), é importante tentar perceber que qualificações e que competências serão necessárias ou desejáveis para o futuro, o que envolve utilizar “técnicas de exploração desse futuro através da previsão (*forecasting*), da cenarização e *backcasting*, incorporando cada vez mais a capacidade de construir o futuro a partir das medidas tomadas no presente” (Valente *et al.*, 2007: 223). A autora alerta, ainda, para o facto das políticas da educação e formação não se poderem alicerçar apenas no público jovem como até aqui e deve, desta forma, incentivar a aprendizagem de competências variadas ao longo de toda a vida para todos os grupos etários e em contextos de vida variados. A aposta, segundo a autora, deverá enveredar pela forma como é dada a formação, encontrando respostas apazíveis para os diversos públicos-alvo e incentivando os indivíduos e também as empresas a apostar e a investir na formação.

De acordo com a comunicação de Joaquim Luís Coimbra³ (2011), “os adultos portugueses têm mais conhecimentos e competências do que aquelas que a estatística mostra”, quando se fala dos níveis de qualificação em Portugal. Por essa razão, defende o autor, é mais do que justo haver a certificação das competências adquiridas, pois é uma questão de justiça social.

³ III Jornadas da Educação e Formação de Adultos, Coimbra, 3 e 4 fevereiro de 2001

Ana Luísa Pires, baseando-se em orientações da Comissão dos Estados Gerais sobre a Educação⁴, refere que o reconhecimento das aprendizagens adquiridas é entendido como “uma questão de equidade social para as pessoas e para a construção de uma sociedade, como a base da construção de projetos individuais de formação, e como um edificador das competências da população” (Pires, 2002: 374).

Não obstante as ideias expostas anteriormente, Luís Alcoforado sublinha que o processo de reconhecimento de competências é um sistema assente em “princípios da mais elementar justiça”, mas não pode ser por si só a solução para delinear uma política consistente de educação e formação de adultos que cumpra os objetivos a que se propôs (Alcoforado, 2008: 393). Neste sentido, segundo o autor, não se pode sequer equacionar que a validação e certificação de experiências e competências podem substituir ou dispensar a educação e a formação formais.

1.6 Educação e formação de adultos – Contexto português

Em 1971 foi criada a Direção Geral da Educação Permanente, tendo como principais funções superintender a educação extraescolar e as atividades de promoção cultural ou profissional direcionadas para a população adulta (Costa, 2010).

À data da Revolução, 1974, Portugal era um país com um quarto da população analfabeta, as crianças estavam ainda pouco escolarizadas e o ensino superior só era frequentado por um número muito reduzido de alunos (Gonçalves, 2008). Durante cerca de cinquenta anos, o regime autoritário até então vigente levou a que Portugal vivesse uma repressão intelectual, o que impediu a “criação e implementação de um sistema de educação de adultos capaz de proporcionar a participação de todos, sem exceção, em iniciativas de

⁴ “L’*énoncé de politique éducative du Ministère de L’Éducation: l’école, tout un programme*” (1997) (Pires, 2002) aquando a reforma da educação no estado canadiano do Québec

educação e formação ao longo da vida” (Oliveira, 2004: 226 *apud* Gonçalves, 2008). Desta forma, foi necessário encontrar políticas educativas que fizessem face a estes problemas, uma vez que se vivia uma época de grandes transformações sociais e, nessa altura, cerca de 30 por cento dos adultos recenseados eram “analfabetos” (Melo, 2007 *apud* Gonçalves, 2008). Desta forma, era comumente aceite que se teria de enfatizar a educação e formação de adultos para dar resposta positiva aos desafios da sociedade que estava em transformação.

Em 1986 começou uma reestruturação do sistema educativo português, tendo na sua origem a Lei de Bases do Sistema Educativo⁵, em que o subsistema da educação de adultos passaria a ser encarado como ensino de segunda oportunidade e como formação profissional (Barros, 2004 *apud* Costa, 2010).

Quase uma década depois, Portugal participa pela primeira vez nas Conferências Internacionais do Instituto de Educação da UNESCO, nomeadamente na V CONFINTEA, realizada em Hamburgo em 1997, e a partir desta altura é alterada a conceptualização da educação de adultos em Portugal (Costa, 2010).

A criação da ANEFA - Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos - pelo Decreto-Lei nº 387/99, de 28 de setembro, foi um dos acontecimentos mais relevantes no que diz respeito à educação de adultos e representou um marco histórico no movimento da educação e formação de adultos em Portugal (Simões, 2007). Até este momento, este tema não tinha sido alvo de muitos avanços no nosso país. Com este novo organismo foram postas em prática várias atividades como, por exemplo, a criação dos Clubes S@ber+, da Revista S@ber + e das ações S@ber+ (*Ibid.*). Mas, dos projetos levados a cabo pela ANEFA, só dois se mantiveram: os Cursos EFA (Cursos de Educação e Formação de Adultos), que passaram a ser integrados no sistema escolar formal e os Centros RVCC (Vieira, 2011).

Os cursos EFA foram lançados, ainda que de forma experimental, em 2000 e, tendo

⁵ Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro

em conta a experiência preconizada por outros países, começaram a definir-se algumas linhas orientadoras que deram origem ao sistema nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), criado pela Portaria nº 1082-A/2001, de 5 de setembro (Portaria nº 1082-A/2001). Os Centros de RVCC foram, assim, criados com o objetivo de promover os níveis de qualificação escolar dos adultos maiores de dezoito anos (Portaria nº 1082-A/2001).

Em 2005, o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP) afirmava que o sistema português para a validação da aprendizagem não formal e informal era “um dos mais ambiciosos da Europa”, considerando-o muito adequado à realidade portuguesa (Simões, 2007: 6).

Em 2002 surgiu a Direção-Geral de Formação Vocacional (DGFV) pelo Decreto-Lei nº 208/2002, de 17 de outubro, que deu seguimento às políticas da ANEFA (então extinta) (Simões, 2007).

A Agência Nacional para a Qualificação, I. P. (ANQ), criada pelo Decreto-Lei nº 213/2006, de 27 de outubro, substituiu a DGFV sob a tutela do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (Simões, 2007).

A Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), criada pelo Decreto-Lei n.º 36/2012 de 15 de fevereiro, substituiu a ANQ e apresenta como sua missão “coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências” (ANQEP). A ANQEP perdura até aos dias de hoje.

2. Os Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

2.1. Dados estatísticos da população portuguesa

O Memorando sobre a Aprendizagem ao longo da Vida que resultou do Conselho Europeu de Lisboa, realizado em março de 2000, refere que a Europa se encontra numa fase de transformação para uma sociedade e economia que têm por base o conhecimento e a inovação (portaria n.º 1082-a/2001). Neste sentido, o trunfo para o reforço da competitividade da Europa, da melhoria da empregabilidade e da adaptabilidade da força de trabalho é usar o acesso a informação e conhecimentos e as motivações que cada um possa ter em prol do desenvolvimento de si próprio e da comunidade (portaria n.º 1082-a/2001 - DR 206 Série I de 5 de Setembro).

A portaria n.º 1082-a/2001 refere que, em termos de habilitações escolares, o padrão português está bastante abaixo de outros países europeus, uma vez que se estima que 2.400.000 portugueses não possuem a escolaridade básica (9.º ano). Nesse sentido, e dando resposta a uma necessidade sentida de qualificar de forma justa estes portugueses menos escolarizados, esta portaria defende que deve ser dada a oportunidade a estes adultos, empregados ou desempregados, verem reconhecidas e certificadas as competências adquiridas ao longo da vida (portaria n.º 1082-a/2001 - DR 206 Série I de 5 de Setembro). Simultaneamente, os resultados apurados através dos censos portugueses de 2001 confirmaram o que o Memorando de Aprendizagem ao longo da Vida referia: o nível de escolaridade dos portugueses era muito baixo em relação aos níveis europeus. Assim, o número de portugueses que tinham escolaridade inferior ao 9.º ano eram 7.045.355 e 1.426.255 tinham o ensino básico completo (INE, 2011).

Os censos realizados em 2011 atualizaram os dados existentes referentes ao nível de

instrução da população e, de acordo com o INE (Instituto Nacional de Estatística), estes dados mostram que o nível de instrução dos portugueses melhorou na última década, demonstrando que 13% da população possui o ensino secundário completo (12.º ano), 16% possui o 3º ciclo (9.º ano), 13% possui o 2º ciclo (6.º ano), 25% possui o 1.º ciclo (4.º ano) e 19% da população não possui qualquer nível de ensino (INE, 2011). Os censos de 2011 confirmam, ainda, que 45,9% das pessoas entre os 18 e os 69 anos de idade participaram em educação formal ou não formal, ou seja, aprendizagem ao longo da vida (INE, 2012).

Quando analisados os dados das Estatísticas do Emprego fornecidos pelo INE (2013) no que diz respeito ao número de pessoas desempregadas com escolaridade básica (até ao 9.º ano de escolaridade), esta aumentou 28.600 pessoas em relação ao período homólogo de 2012.

2.2. ANEFA

Em conjunto com o programa estabelecido a partir da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), houve a necessidade de reforçar o sistema de educação e formação de adultos, uma vez que as qualificações certificadas da população adulta portuguesa era ainda muito distante do padrão de qualificações académicas da maioria dos países europeus (Despacho conjunto n.º 804/2002, DR 249 Série II). Desta forma, os Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho, através do Despacho conjunto n.º 804/2002, permitiram a criação de uma rede nacional de 84 centros de reconhecimento, validação e certificação de competências (centros RVCC), nos anos 2003, 2004 e 2005, através da qual foi implementado o Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências para os adultos com mais de 18 anos e com escolaridade inferior ao 9.º ano (Despacho conjunto n.º 804/2002, DR 249 Série II). Estes centros RVCC, cuja concetualização, organização e implementação compete à ANEFA – Agência Nacional

de Educação e Formação de Adultos, estava inscrito na estratégia europeia para o emprego e no Plano Nacional de Emprego (portaria n.º 1082-a/2001).

Sob a alçada da ANEFA, e tendo por base a experiência de outros países, foi construído um "Referencial de Competências-Chave" para a Educação e Formação de Adultos que articula os conhecimentos escolares e as competências e experiências adquiridas ao longo da vida, onde estão definidas quatro áreas de competências-chave: Linguagem e Comunicação, Tecnologias da Informação e Comunicação, Matemática para a Vida e Cidadania e Empregabilidade, servindo de matriz para a validação e certificação de competências de nível básico (Gomes, 2006).

A ANEFA foi extinta em 2002, sendo substituída numa primeira fase por uma Direção Geral de Formação Vocacional e, posteriormente, pela Agência Nacional de Qualificações (Canário *et al.*, 2012).

2.3. Iniciativa Novas Oportunidades

O Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências começou a ser abrangido pela Iniciativa Novas Oportunidades, inscrita como prioridade no Plano Nacional de Ação para a inclusão 2006/2008 e que assumia como meta a qualificação de um milhão de adultos em idade ativa até 2010 (Guerra *et al.*, 2010). Esta iniciativa contemplava dois eixos, o eixo jovem e o eixo adultos, este último para dar prioridade aos adultos que tivessem interrompido um processo de qualificação e o quisessem retomar (Guerra *et al.*, 2010). Esta iniciativa, enquanto programa de ação governativa, tem implicações sobretudo ao nível das políticas de educação, emprego e formação profissional. Com esta nova realidade, os portugueses têm oportunidade de ver formalmente certificadas as suas competências (Despacho n.º 29856/2007). Através do RVCC, podem assegurar-se respostas eficazes que garantam a igualdade de oportunidades e permitam lutar contra a

exclusão social. Todo o decurso de uma certificação através do reconhecimento de competências desenvolve-se através de um processo que decorre num Centro Novas Oportunidades (CNO) com o apoio de uma equipa técnico-pedagógica (diretor, coordenador pedagógico, profissionais RVC e formadores nas diferentes áreas de competências-chave), que desenvolvem a sua atividade de forma articulada, nomeadamente na conceção de um plano estratégico de intervenção e na prestação de informações e aconselhamento aos adultos que se dirijam ao centro (Gomes e Simões, 2007).

Os Centros Novas Oportunidades, criados pela Iniciativa Novas Oportunidades, são regulados pelo despacho conjunto dos ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, publicado no *Diário da República* de 21 de maio de 2008, 1.^a série – N.º 98, Portaria n.º 370/2008. Para o legislador, a Iniciativa Novas Oportunidades vem permitir o alargamento dos CNO dando, desta forma, resposta às necessidades de qualificação da população adulta e, destinando-se, nomeadamente, a franjas de população com baixa escolaridade ou com qualificações desajustadas ou insuficientes para fazer face às necessidades do mercado de trabalho. Estes centros são tutelados pela Agência Nacional para a Qualificação. Este Decreto-lei define, ainda, que os centros têm como principal função fazer a identificação e o reconhecimento de competências e saberes adquiridos ao longo da vida a adultos com mais de 18 anos. A forma de demonstrar estas competências é através da construção de um portefólio reflexivo de aprendizagens (PRA) em que o adulto é convidado a refletir sobre a sua vida fazendo, então, um balanço das experiências de aprendizagem significativas vividas e, através de atividades propostas pela equipa do centro, construir um portefólio onde evidencia as aprendizagens previamente realizadas. No Decreto-lei é referido, também, que os adultos devem frequentar ações de formação que complementem as lacunas detetadas aquando a validação e, posteriormente, o adulto verá as suas competências certificadas perante uma sessão de júri de certificação do qual fazem parte os formadores de

cada uma das áreas de competência, o profissional de reconhecimento de competências que acompanha o adulto e um avaliador externo ao CNO acreditado pela ANQ (Portaria n.º 370/2008). A Iniciativa Novas Oportunidades consolida-se com a instituição do Sistema Nacional de Qualificações, através do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, quando são criados os instrumentos de operacionalização, nomeadamente, o Quadro Nacional de Qualificações e o Catálogo Nacional de Qualificações⁶, que têm como referência os princípios do Quadro Europeu de Qualificações (Cerqueira e Martins, 2011).

O principal objetivo da realização de um portefólio é dar a possibilidade aos adultos de explanarem e organizarem de forma concreta as evidências das competências que adquiriram ao longo da vida, indo ao encontro das evidências de competências necessárias para serem validados com o nível para o qual se estão a habilitar (ANQEP). Estas competências estão apresentadas nos referenciais que integram o Catálogo Nacional de Qualificações (ANQEP).

Até chegar à fase de certificação, os PRAs passam por uma fase em que os adultos fazem uma autoavaliação do trabalho desenvolvido no seu portefólio. Posteriormente, os PRAs são, também, avaliados pelos profissionais de RVC e pelos formadores de cada uma das áreas de competência (Gomes, 2006). Ao longo de todo o processo, se forem detetadas lacunas em alguma área do referencial de competências, o adulto é orientado para frequentar formação complementar na respetiva área de forma a adquirir as competências em falta (Gomes, 2006).

Quando está concluída a fase de avaliação, o adulto submete-se a uma sessão de certificação que irá certificar as competências validadas e será atribuído um certificado de qualificação correspondente ao ensino básico (no caso do nível B1, B2 ou B3) ou secundário

⁶ Catálogo Nacional de Qualificações - O Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) é um instrumento de gestão estratégica de qualificações de nível não superior que integra o Sistema Nacional de Qualificações (Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro)

(Gomes, 2006).

Foram, igualmente, definidos os documentos que estruturam e orientam a estratégia pedagógica em que assenta o RVCC, sendo estes o Referencial de Competências-chave para o nível Básico e nível Secundário⁷, o Catálogo Nacional de Qualificações e a Carta de Qualidade dos CNO⁸ (Gomes, 2006).

2.4. Etapas do processo RVCC

O processo RVCC está dividido em várias fases que começam com a inscrição do adulto no centro e termina com a etapa da certificação (ANQEP). Num primeiro momento, o adulto é elucidado sobre o trabalho levado a cabo pelos centros Novas Oportunidades, sobre as diferentes fases do processo que irão realizar, as ofertas formativas que existem e a possibilidade de encaminhamento para aquelas que se mostrarem mais adequadas ao seu perfil (ANQEP).

Após a etapa de acolhimento, é realizado o diagnóstico pelo técnico de diagnóstico e encaminhamento (ANQEP). Desta fase fazem parte sessões de esclarecimento, entrevistas individuais e/ou coletivas, análises curriculares realizadas com o objetivo de traçar o perfil do candidato e identificar a melhor resposta disponível para fazer face à análise realizada para, numa etapa seguinte, poder ser encaminhado. Esta etapa do encaminhamento culmina num acordo entre a equipa do centro e o adulto, o qual é antecedido pela informação ao adulto das respostas mais adequadas ao seu perfil e necessidades, tendo em conta a análise feita às suas características pessoais, às suas motivações e expectativas que foram identificadas na fase de

⁷ Referencial de Competências-chave para o nível Básico e nível Secundário dispositivo fundamental da estratégia de intervenção no âmbito da educação e formação de adultos, tem vindo a ser aplicado, desde 2001, quer em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, quer em percursos formativos assentes em competências-chave (Cursos EFA)

⁸ Carta de Qualidade dos CNO – instrumento que cria exigência, que clarifica estratégias de ação e níveis de serviço e contribui para a valorização dos processos de trabalho, para a mobilização das equipas e para a eficácia do financiamento.

diagnóstico. O adulto pode ser encaminhado para percursos de educação e formação exteriores ao CNO ou encaminhado para um processo de reconhecimento, validação e certificação de competências (ANQEP).

Se o encaminhamento é feito para um processo de reconhecimento de competências, o adulto entrará na fase de identificação dos saberes e competências adquiridos ao longo da vida, realizando um conjunto de atividades assentes na metodologia de balanço de competências e usando vários instrumentos de avaliação, o que dá início à construção do seu portefólio reflexivo de aprendizagens (ANQEP).

A fase seguinte é a validação de competências em que é feita uma avaliação das competências evidenciadas, confrontando-as com os referenciais de competências-chave. A validação compreende uma autoavaliação do adulto e uma heteroavaliação dos profissionais de RVC e dos formadores nas respetivas áreas de competência (ANQEP).

Terminado o processo, o adulto que fizer a sua apresentação a um júri de certificação que tem como objetivo certificar as competências validadas (ANQEP).

A certificação conferida por este sistema pode ser escolar, de nível básico (mediante atribuição de certificado do 1º, 2º ou 3º ciclos do ensino básico e diploma do ensino básico) ou de nível secundário (mediante atribuição de certificado do nível secundário) (portaria 86/2007 de 12 de janeiro). A mesma é emitida pelo Centro de Novas Oportunidades e permite o prosseguimento de estudos para um nível de ensino subsequente (portaria 86/2007 de 12 de janeiro).

2.5. Balanço de Competências e o Portefólio Reflexivo de Aprendizagens

O balanço de competências foi criado e reconhecido em França em 1991 para possibilitar aos trabalhadores fazerem um balanço sobre as suas aprendizagens, motivações e aspirações, com o objetivo de elaborar um projeto pessoal e profissional individual (Pires, 28

2002). O balanço de competências pretende que o indivíduo descreva as competências que detém, adquiridas pela via formal ou informal, em contexto profissional ou em contextos de vida que influenciem a sua carreira profissional (Pires, 2002). De acordo com Levy-Leboyer (1993, *apud* Pires, 2002: 400), o balanço de competências integra três inovadoras abordagens na perspetiva do desenvolvimento profissional que, e passando a citar, são: “a gestão que o indivíduo faz do seu próprio percurso, auxiliando-o nas tomadas de decisão e elevando o seu nível de autonomia e de responsabilidade; as aprendizagens que o indivíduo realiza ao longo da vida ativa e que não decorrem apenas dos contextos formais de educação/formação, atribuindo assim um papel central à experiência; a tomada de consciência de todas as suas aprendizagens, proporcionando-lhe um meio de autoavaliação mais eficaz e permitindo-lhe realizar, de uma forma mais coerente, o seu projeto profissional” (Pires, 2002: 400).

O portefólio é, assim, um instrumento que possibilita a apreciação e a interpretação das aprendizagens realizadas e a planificação de experiências de aprendizagem que conta a história das vivências, dos esforços, dos progressos e das realizações do adulto enquanto autor do PRA, mostrando as suas características únicas (Pinto, 2011). Permite, ainda, que o adulto faça a análise das suas próprias experiências de aprendizagem e participe no processo de autoavaliação, o que implica que se responsabilize pela aprendizagem (Pinto, 2011). Pinto (2011: 69) toma como ponto de partida MacDonald (1997) e afirma que o “portefólio valida o que sabemos sobre o que uma pessoa sabe e como aprende, registando e assinalando as experiências de aprendizagem realizadas pelo aluno ao longo do tempo”.

Nos processos RVCC, o portefólio assume uma elevada importância uma vez que dele fazem parte documentos que registam o percurso de aprendizagem do seu autor. Nestes documentos podem ser incluídos trabalhos, dúvidas, fichas de leitura, grelhas de avaliação, autoavaliações, heteroavaliações, coavaliações, trabalhos individuais complementares, resumos e planos de trabalho (Pinto, 2011). O registo e evidênciação das competências que é

feito ao longo do PRA contribui para melhorar e fundamentar o conhecimento sobre a educação não-formal e os processos de aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente na dimensão de reconhecimento e validação de conhecimentos (Gomes, 2006).

A utilização da autobiografia como instrumento de recolha de competências no processo RVCC tem a vantagem de centrar toda a dedicação no indivíduo, na sua experiência e no seu percurso de vida (Canelas, 2010). Esta abordagem é, segundo o autor, um meio que permite descrever as experiências significativas para o adulto, “envolvendo situações individuais e sociais, no domínio público ou privado, e é a adaptação das histórias de vida a um projeto, recorrendo à interrogação permanente e à atribuição de sentido às experiências vividas, estando circunscritas ao processo” (Canelas, 2010: 13).

O portefólio é encarado como um projeto de autor que revela o que foi mais significativo nas experiências referenciadas como fazendo parte do processo de aprendizagem (Gomes, 2006):

“integra exemplos dessas experiências – conhecimentos e práticas, que evidenciem a reflexão sobre o processo vivido; revela que as evidências de competências não são apenas explicitadas, mas estabelecem laços e articulações, o que implica autorreflexão e (re)construção dos processos de vida; seleciona e nomeia todas as fontes relacionadas com os processos (...); identifica o fio condutor que preside à seleção, os critérios de evidência de aprendizagem e os conhecimentos adquiridos (...); requer o encorajamento e manutenção de uma relação não-dependente entre os mediadores de conhecimento e os aprendentes; implica a mobilização total da experiência do adulto e, mesmo, da de outros intervenientes, numa atitude de auto e hétero aprendizagem” (Gomes, 2006: 39).

2.6. RVCC para população desempregada

Dados do Instituto Nacional de Estatística recolhidos nos Censos 2011 concluem que o número de desempregados apurado é de 662.180 indivíduos, ou seja, uma taxa de desemprego de 13,2%, sendo que o desemprego nas mulheres (13,8%) é superior aos dos homens (12,6%) (INE, 2012). A população entre os 55-59 anos de idade é o grupo com maior taxa de desemprego, 14,0%, assim como o grupo dos 60-64 anos, com 13,5% (INE, 2012).

Ainda segundo o INE (2012), em 2011 a taxa de desemprego de pessoas com o 1º ciclo do ensino básico foi de 20,8%, com o 2º ciclo foi de 17,8% e com o 3º ciclo foi de 25,7%, sendo que em pessoas sem qualquer nível de escolaridade a taxa de desemprego é de 4%.

No sentido de reforçar as qualificações da população adulta em Portugal e com o objetivo de elevar a qualificação mínima ao nível secundário, em particular da população desempregada, e considerando que o aumento de qualificações contribui significativamente para o aumento da empregabilidade, observa-se a elevada importância que a criação de emprego e o combate ao desemprego representam para o desenvolvimento económico e social (despacho n.º 17658/2010 DR, 2.ª série - N.º 229, de 25 de novembro de 2010). Tendo em conta o número de desempregados inscritos nos centros de emprego que não completaram o 12.º ano de escolaridade, por decisão política aplicada através do Decreto-lei publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 229, a 25 de novembro de 2010, pelo despacho n.º 17658/2010, e considerando as atribuições confiadas ao Instituto do Emprego e Formação Profissional e à Agência Nacional para a Qualificação enquanto organismo responsável pela gestão do Sistema Nacional de Qualificações, foi legislada a obrigatoriedade de serem encaminhados para a rede nacional de Centros Novas Oportunidades todos os cidadãos desempregados que estejam inscritos nos centros de emprego do IEFP e que não possuam o 12.º ano de escolaridade completo e nem estejam a frequentar uma modalidade de

qualificação no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações (despacho n.º 17658/2010 DR, 2.ª série - N.º 229, de 25 de novembro de 2010).

De acordo com o mesmo Decreto-lei, fica a ANQ responsável pela gestão e coordenação da rede nacional de CNO's, garantindo que estes atuem de forma a fazerem a inscrição dos adultos desempregados que tiverem sido encaminhados a partir dos Centros de Emprego e encaminhá-los para as modalidades de qualificação mais adequadas às suas características, motivações e necessidades, cumprindo todas as etapas que são inerentes à entrada de um adulto num centro Novas Oportunidades (despacho n.º 17658/2010 DR, 2.ª série - N.º 229, de 25 de novembro de 2010). Os técnicos de diagnóstico e encaminhamento, após terem efetuado o diagnóstico, devem fazer o encaminhamento para o percurso mais adequado ao perfil e o CNO deve desenvolver os processos de reconhecimento, validação e certificação de competências que conduzam à certificação parcial ou total se for este o encaminhamento realizado (Decreto-lei N.º 229, 25 novembro 2010).

3. Resultados dos Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Como política pública de grande escala, a Iniciativa Novas Oportunidades foi sujeita a vários estudos e avaliações para se poder ter a noção do seu impacto nos vários setores da vida dos portugueses.

Segundo Lima (2012) em 2001 havia 28 centros RVCC, aumentando este número para 42 no ano seguinte. No final de 2005, início da Iniciativa Novas Oportunidades, Portugal tinha em funcionamento 98 Centros RVCC e em 2006 eram 274, em 2007 eram 271, em 2008 eram 463, 460 em 2009 e 459 em 2010.

No período desde janeiro de 2006 até dezembro de 2010, mais de 1 milhão de adultos fizeram a inscrição em Centros Novas Oportunidades resultando destas inscrições a certificação de 410 mil adultos (Lima, 2012).

Em 2009 foi levado a cabo uma avaliação ao nível nacional produzida pelo Centro de Estudos da Universidade Católica Portuguesa (CEPCEP) sob a coordenação do professor Roberto Carneiro, acerca do impacto das iniciativas de certificação dos CNO (Carneiro, 2009). Este estudo deu não só importância às perceções e posições assumidas por certos segmentos sociais face à Iniciativa Novas Oportunidades, como também avaliou a qualidade e a satisfação evidenciadas pelos adultos que participaram e beneficiaram deste programa (Monteiro e Cruz *apud* Guerra *et al.*, 2010). O estudo assentou em cinco dimensões: simbólica, qualidade, competências, procura e impactos, das quais resultaram as conclusões apresentadas no relatório “Iniciativa Novas Oportunidades – primeiros estudos da avaliação externa” (Carneiro, 2009). Assim sendo, o relatório produzido revela que uma das motivações que levam os adultos a aderir à iniciativa é aumentar a experiência pessoal, enriquecendo os seus conhecimentos. Muitos participantes na iniciativa revelaram que mudar de vida social e profissionalmente era outra das motivações que os levaram a aderir, seguindo-se o desejo de progredir na carreira e a necessidade de ver a sociedade a legitimar os papéis que estes adultos já ocupam no seio da comunidade (*Ibid.*).

De acordo com o coordenador do mesmo estudo (Carneiro, 2009), a certificação a que conduzem os processos alterou de forma significativa a vida dos participantes, nomeadamente, no que respeita a alterações em termos familiares ou de vizinhança, alterações no local de trabalho e alterações no plano cultural (*Ibid.*). Neste sentido, é importante reforçar a ideia presente neste relatório de que há muitos ganhos efetivos em termos pessoais para os adultos participantes na iniciativa como, por exemplo, no plano da autoestima, da revelação do saber que detêm, do seu estatuto de pessoa com dignidade cultural que leva o adulto a

repensar o seu papel junto da família e da rede social mais próxima (*Ibid.*). A elevação do estatuto cultural poderá ser visível através de sinais que apontam manifestação de interesse pela leitura, pelo interesse por temas que antes não faziam parte da sua vida e, ainda, no uso das novas tecnologias com o acesso ao computador e à internet (*Ibid.*).

O relatório infere, também, que o impacto menos notado na eficácia da iniciativa centra-se na empregabilidade e no impacto económico, uma vez que há falta de solidariedade dos agentes económicos (Pequenas e Médias Empresas) no que se refere à Iniciativa Novas Oportunidades (Carneiro, 2009). Simultaneamente, a opinião pública mostra sinais menos abonatórios no modo como avalia as Novas Oportunidades, uma vez que por um lado reconhece o valor da Iniciativa mas, por outro, mostra desconfiança no modo como é posta em prática (*Ibid.*)⁹.

Em termos de procura das ofertas da Iniciativa Novas Oportunidades, o RVCC foi o processo que reuniu a maior preferência dos adultos por implicar menores custos e maiores facilidades no acesso (Carneiro, 2009). No ponto do estudo que avaliou os impactos da INO, concluiu-se que houve uma forte adesão da população adulta. Concluiu-se, também, que a família é um fator determinante na procura da qualificação, sobretudo no que respeita à assimetria existente entre as qualificações dos cônjuges. Os adultos revelam que a INO lhes permitiu concluir ciclos de estudo que estavam por terminar, que aumentou a sua cultura geral e que reforçou a autoconfiança e a vontade de continuar a aprender e recomendam a iniciativa a outros adultos (Carneiro, 2010). Pelo menos 32% dos inquiridos revelou que a INO teve um impacto positivo na sua vida profissional, uma vez que conseguiu melhorar ou estabilizar as condições de emprego, aumentou as suas responsabilidades e alargou o seu leque de competências. Foi notório, também, o aumento significativo da utilização do computador e da internet para uso pessoal e profissional por parte dos adultos certificados (Carneiro, 2010: 8).

⁹ Caderno 2 do Relatório de avaliação, subordinado ao tema Perceções, página 9.

Em maio de 2012 começaram a surgir com mais ênfase notícias que davam conta das alterações que os CNO iriam sofrer após a entrada do novo quadro político liderado pela maioria conseguida pelo Partido Social Democrata e pelo Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular – conseguida nas eleições de 2011. Neste sentido, e no site oficial do Governo Português, foram divulgadas as alterações ao Programa Novas Oportunidades previstas no Programa do XIX Governo Constitucional, onde os Ministérios da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência se debruçaram sobre a qualificação real dos portugueses e a elevação da qualidade da certificação de capacidades dos formandos e das formações, com vista à sua melhoria em termos de valorização do capital humano dos portugueses e à sua credibilização perante a sociedade civil (Governo Português).

Estas alterações propostas tiveram na sua origem um estudo solicitado ao Centro de Estudos de Gestão do Instituto Superior Técnico que dividiu este mesmo estudo em duas fases: «Os Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e o Desempenho no Mercado de Trabalho» e «Avaliação dos Cursos de Educação e Formação de Adultos e Formações Modulares: Empregabilidade e Remunerações» (Lima, 2012). O principal objetivo deste estudo foi avaliar o impacto ao nível da empregabilidade e das remunerações, recorrendo aos dados existentes na base da Segurança Social. O estudo avalia o desempenho no mercado de trabalho dos adultos participantes em processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). A avaliação incide sobre os trabalhadores que se inscreveram e completaram um RVCC no período 2007-2011 (Lima, 2012).

Sob a coordenação do Professor Francisco Lima (2012), este estudo concluiu que os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências só tiveram impacto significativo no aumento da probabilidade de emprego para um desempregado no que respeita

ao Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais ou quando associados a Formações Modulares Certificadas.

Ainda de acordo com Lima (2012) até meados de 2011 foram certificados através do processo RVCC cerca de 400 mil adultos, o que contribuiu para a melhoria das estatísticas da educação em Portugal. A máxima pela qual ficou conhecida a Iniciativa Novas Oportunidades era “Qualificar um milhão de ativos até 2010” (Lima, 2012: 16).

Entre 2007 e 2011 a percentagem de desempregados inscritos em processos RVCC aumentou significativamente (Lima, 2012), sendo que os desempregados inscritos em processos RVCC de nível B3 eram cerca de 10% dos homens e 20% das mulheres em 2007 e no final de 2010, ambas as percentagens subiram para 40%. Neste sentido, e uma vez que o investimento é significativo, novas ações terão de ser levadas a cabo dado Portugal estar, atualmente, confrontado com mudanças estruturais na atividade económica e com níveis preocupantes de desemprego (*Ibid.*). Uma outra conclusão deste estudo revela que na maioria dos casos a frequência em processos de RVCC não melhorou a remuneração dos participantes nestes processos de certificação (*Ibid.*). Este estudo chama a atenção para o facto de a certificação sinalizar o mercado de trabalho sobre as qualificações do trabalhador e se “os agentes no mercado possuem informação incompleta sobre essas qualificações no momento de contratar o trabalhador, então o processo RVCC pode contribuir para melhorar as suas perspetivas profissionais” (Lima, 2012: 2).

Dados estatísticos do INE no *Inquérito ao Emprego*¹⁰, revelava que mais de três milhões (64,2%), num universo de quase cinco milhões ativos, ainda não tinham atingido o 9.º ano de escolaridade (Lima, 2012).

Tendo por base o estudo encomendado ao Centro de Estudos de Gestão do Instituto Superior Técnico e para dar resposta aos problemas com que Portugal se confronta com as

¹⁰ Realizado em 2000 pelo Instituto Nacional de Estatística

mudanças estruturais na sua atividade económica, níveis preocupantes de desemprego e uma vez que o investimento na qualificação dos adultos é particularmente significativo (Governo de Portugal, 2012)¹¹ o Governo desenvolveu o programa “Vida Ativa” que se baseia no encaminhamento dos desempregados, para que comecem a frequentar ações de formação pouco tempo depois de se inscreverem no Centro de Emprego, a tempo parcial e de modo a não prejudicar a procura de emprego ou frequentem formações de curta duração e de caráter transversal em áreas com boas perspetivas de empregabilidade e adequadas ao nível de escolaridade e experiência profissional do desempregado (*Ibid.*). Esta medida dará prioridade à oferta de cursos de dupla certificação uma vez que estes cursos têm maior impacto na empregabilidade (*Ibid.*). Com a afirmação das necessidades sentidas ao nível da formação de adultos, houve a reestruturação da rede de Centros Novas Oportunidades passando a designar-se por Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) (*Ibid.*).

No âmbito da criação dos CQEP foi publicada a Portaria n.º 135-A/2013¹² de 28 de março que deu ênfase às prioridades acima referidas para o ensino e formação de adultos e anuncia a abertura próxima de candidaturas das entidades que assim o pretendam fazer para os novos centros. As principais atribuições dos CQEP são, assim, informar, orientar e encaminhar jovens e adultos que procurem formação escolar, profissional ou ambas e/ou que visem a integração qualificada no mercado de trabalho, desenvolvimento de processos de RVCC, juntar a estas duas atribuições a integração na vida ativa e profissional de pessoas com incapacidade e deficiência (Portaria n.º 135-A/2013 – DR 62 Série I de 28 de março).

¹¹ retirado do site <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-educacao-e-ciencia/mantenha-se-atualizado/20120518-mec-novas-oportunidades.aspx>, acessado a 17 outubro 2012

¹² Diário da República, 1.ª série, N.º 62 de 28 de março de 2013

CAPÍTULO II - O modelo analítico

2.1 Os objetivos e as hipóteses

O estudo visa os seguintes objetivos gerais:

- Analisar o impacto profissional e formativo decorrente da qualificação obtida na certificação de adultos desempregados no nível básico (B3), através do processo de RVCC;
- Analisar o impacto pessoal e social decorrente da qualificação obtida na certificação de adultos desempregados no nível básico (B3), através do processo de RVCC;
- Analisar o impacto das aprendizagens decorrentes do processo de qualificação obtida na certificação de adultos desempregados no nível básico (B3), através do processo de RVCC.

Objetivos específicos:

- Na dimensão profissional e formativa os parâmetros de avaliação são a literacia (leitura, expressão oral e expressão escrita), as e-competências (uso de novas tecnologias de informação e comunicação e internet), a obtenção de emprego e a disponibilidade e interesse em formação ao longo da vida;
- Na dimensão de avaliação pessoal e social, os parâmetros de avaliação são a autoestima, a motivação para a aprendizagem e o sentimento de valorização pessoal e social,

o reconhecimento da qualificação escolar, a melhoria da capacidade de interação social e o aumento da participação cívica;

Hipóteses:

Hip. Principal 1 - um princípio de justiça e o aumento da sua autoestima são os principais fatores que motivam os adultos a procurarem um processo de reconhecimento de competências;

Hip. Secundária 1.1. - Os adultos reconhecem que possuem competências equiparáveis às de um aluno que frequenta o mesmo nível de ensino através de um percurso de educação formal do mesmo nível;

Hip. Secundária 1.2. - Os adultos que terminaram um processo de reconhecimento de competências percebem um sentimento de “justiça”;

Hip. Principal 2 – A idade é um fator que interfere positiva e negativamente no sucesso da formação;

Hip. Secundária 2.1. - A idade e a experiência de vida é importante para a certificação de competências, ou seja, quanto mais idade mais experiências se tem e mais competências se adquirem;

Hip. Secundária 2.2. - Quanto mais velho for o adulto, mais complicado é realizar o que lhe é solicitado e aceitar as condições que lhe são dadas;

Hip. Principal 3 - Os adultos reconhecem que existiram mudanças positivas após ter sido certificado através de um processo de RVCC (mudanças pessoais - autoestima, sociais – reconhecimento por parte dos outros, profissionais - emprego);

Hip. Secundária 3.1. As mudanças ocorreram tanto ao nível pessoal (autoestima), quanto aos níveis social (reconhecimento pelos pares) e profissional (melhoria da empregabilidade)

Hip. Secundária 3.2. - A certificação através do reconhecimento de competências promove no adulto a necessidade de procura de mais formação;

Hip. Secundária 3.3. - Os adultos têm a percepção de que o processo de RVCC não serve para capacitar as pessoas, mas sim conferir-lhe uma certificação;

Hip. Secundária 3.4. - Passar por um processo de reconhecimento de competências tem influência na esfera familiar do adulto.

Hip. Principal 4 - Existe discriminação em termos profissionais e sociais dos adultos que obtiveram a sua certificação através de um processo de reconhecimento de competências;

2.2 Metodologia

A metodologia utilizada é a da análise qualitativa e consiste em realizar entrevistas aos 6 adultos certificados através do processo RVCC num Centro Novas Oportunidades do centro do país. A opção por esta metodologia, e tendo por base Vilelas (2009) justifica-se por:

- os estudos qualitativos consideram que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito que não pode ser traduzido em números;

- o ambiente natural é a fonte direta para a recolha de dados;

- as pesquisas que utilizam o método qualitativo trabalham com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões;

- o principal objetivo é compreender a realidade social das pessoas, grupos ou culturas sendo, então, a base da investigação qualitativa a abordagem interpretativa da realidade social (Holloway, 1999, *apud* Vilelas, 2009);

- uma das técnicas da pesquisa qualitativa é a entrevista em profundidade realizadas a um pequeno grupo de pessoas escolhido conforme os objetivos do estudo;

Assente neste ponto de vista, a entrevista foi a forma de interação social escolhida

para recolher os dados para esta investigação. A entrevista é, então, uma forma específica de investigação usada mais frequentemente nas ciências sociais onde o investigador faz perguntas às pessoas capazes de fornecer dados de interesse sendo estas pessoas a fonte da informação recolhida. A principal vantagem da entrevista reside no facto de serem os próprios atores sociais quem proporciona os dados relativos às suas condutas, opiniões, desejos, atitudes e expectativas, os quais, pela sua natureza, é impossível observar de fora (Vilelas, 2009). Contudo, o uso da entrevista também tem inconvenientes e o mais considerável prende-se com o facto do entrevistado poder falar daquilo que perguntamos, mas sempre nos dará a imagem que tem das coisas através de toda a carga subjetiva de interesses, preconceitos e estereótipos.

As técnicas de investigação mais usadas serão a análise documental para os processos de admissão dos adultos, a entrevista semi-diretiva a uma amostra não representativa de adultos desempregados que concluíram o 9.º ano de escolaridade e se inscreveram no CNO no ano de 2011 para a análise das motivações e impactos da formação e a autobiografia focada para aprofundar o significado da formação na vida da pessoa e, em particular, o significado da formalização dos conhecimentos baseados nas práticas de trabalho.

A análise dos processos de admissão inclui uma dimensão mais quantitativa que resulta de uma sistematização estatística simples das características dos casos que constituem o universo e uma dimensão mais qualitativa que resulta de uma análise categorial dos processos de admissão. Os dados foram recolhidos das fichas de inscrição que cada adulto teve que preencher quando se inscreveu no CNO. Para cada um dos adultos foi atribuído um número para que a sua identidade ficasse preservada.

A partir deste tratamento serão selecionados seis adultos que se inscreveram e finalizaram um processo de RVCC para serem entrevistados. Estes passaram a ser amostra

do estudo. A pertinência da escolha destes adultos prende-se com o facto de serem os adultos desempregados enviados para o CNO através do Centro de Emprego ao abrigo, certificados com o 9.º ano do Ensino Básico (nível B3) no ano de 2011 num CNO da zona centro do país. A seleção da certificação B3 em detrimento de outros níveis certificados no Centro, relaciona-se com alguns critérios fundamentais: questões de viabilidade, em termos de tempo e de recursos, uma vez que o total das certificações, em todos os níveis, de todos os adultos desempregados ascende a centena; preponderância dos resultados, uma vez que o nível B3 apresenta uma maior procura do que os restantes níveis; o nível B3 equivale ao nível de ensino obrigatório em Portugal; o desemprego em Portugal é mais significativo para adultos com poucas qualificações.

O guião da entrevista aborda um conjunto de tópicos que procuram responder aos campos problemáticos cobertos pelas hipóteses/objetivos acima.

CAPÍTULO III - Discussão de Resultados

Os resultados apresentados resultam da análise da tabela em Excel com os dados dos adultos inscritos no Centro Novas Oportunidades da Escola Básica e Secundária da Batalha e na análise das 6 entrevistas realizadas aos adultos desempregados, encaminhados pelo Centro de Emprego, que iniciaram e finalizaram o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências de nível básico, B3 (equivalência ao 9.º ano) durante o ano de 2011.

3.1 Análise de dados pessoais, formativos e profissionais

A população definida para este estudo foram os adultos que se encontravam em situação de desemprego e que se inscreveram no ano 2011 no Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária da Batalha com habilitações académicas inferiores ao ensino básico (9.º ano de escolaridade). Assim sendo, fazem parte do estudo 181 indivíduos, 114 do sexo feminino e 67 do sexo masculino.

Em relação à faixa etária dos indivíduos podemos concluir que 4% (8 indivíduos) tinham em 2011 entre 60 e 70 anos de idade, 6% (11 indivíduos) tinham entre 20 e 30 anos; 22% (40 indivíduos) tinham entre 30 e 40 anos; 32% (57 indivíduos) tinham entre 50 e 60 anos; e 36% (65 indivíduos) tinham entre 40 e 50 anos de idade.

No que diz respeito ao tempo de desemprego, 60 indivíduos estavam em situação de desemprego há mais de 12 meses (1 ano) e 121 há menos de doze meses (1 ano).

No primeiro trimestre de 2011 (janeiro a março) foram realizadas 8% das inscrições (14 indivíduos); no segundo trimestre (abril a junho) foram realizadas 9% das inscrições (17 indivíduos); no 3º trimestre (julho a setembro) foram contempladas 29% das inscrições (52 indivíduos); e no 4º trimestre (outubro a dezembro) foram realizadas 54% das inscrições (98 indivíduos).

Em relação ao estado do adulto em 31 de dezembro de 2011, 6 indivíduos estavam *Inscritos*; 6 em *Acolhimento*; 71 em *Diagnóstico*; 1 *Encaminhado*; 3 *Encaminhado para processo RVCC*; 87 em *Reconhecimento*; 6 *Certificado*; e 1 *Suspense*.

3.2 Análise das entrevistas

3.2.1 Dados dos entrevistados

Foram realizadas seis entrevistas a indivíduos que serão denominados por *Entrevistado* e numerados pela ordem cronológica por que foram realizadas as entrevistas. Assim sendo, o Entrevistado 1 é do sexo feminino, tem 40 anos e esteve em situação de desemprego durante mais de 12 meses. Foi feita a Certificação a 26 de outubro de 2011. O Entrevistado 2 é do sexo feminino, tem 56 anos e esteve em situação de desemprego durante mais de 12 meses. Foi feita a Certificação a 26 de outubro de 2011. O Entrevistado 3 é do sexo feminino, tem 21 anos e esteve em situação de desemprego menos de 12 meses. Foi feita a Certificação a 26 de outubro de 2011. O Entrevistado 4 é do sexo masculino, tem 50 anos e esteve em situação de desemprego durante mais de 12 meses. Foi feita a Certificação a 26 de outubro de 2011. O Entrevistado 5 é do sexo feminino, tem 48 anos e esteve em situação de desemprego durante mais de 12 meses. Foi feita a Certificação a 23 de dezembro de 2011. Por

fim, o Entrevistado 6 é do sexo masculino, tem 54 anos e esteve em situação de desemprego durante menos de 12 meses. Foi feita a Certificação a 27 de setembro de 2011.

3.2.2 Análise das entrevistas

De forma a melhor compreender as respostas obtidas através das entrevistas efetuadas, cada pergunta foi analisada pela ordem de aparecimento no guião de entrevista, de forma a poder ir ao encontro das hipóteses colocadas que assentam na Motivação e Disponibilidade do adulto, nas mudanças pessoais, familiares, sociais, formativas e profissionais do adulto e, por fim, as Considerações do adulto sobre a Certificação.

É importante realçar que o entrevistador respondeu a todas as questões colocadas pelo entrevistado explicando algum conceito que não foi bem percebido ou desconstruindo a questão para que a resposta do adulto contemplasse a real essência da questão. Foi conduzida a entrevista tendo em conta o público-alvo e o seu nível de ensino, adaptando, por isso, a linguagem utilizada e o tempo necessário para cada adulto responder a todas as questões.

Motivação e Disponibilidade do adulto

Quando questionados sobre a forma como tomaram conhecimento do CNO os 6 adultos responderam que foi, essencialmente, através da inscrição no Centro de Emprego e Formação Profissional da sua zona de residência quando se encontravam em situação de desemprego. O Entrevistado 1 já tinha conhecimento da existência do CNO antes da inscrição no Centro de Emprego.

Em relação ao trabalho que é desenvolvido num CNO, o Entrevistado 1 referiu que só na entrevista inicial de diagnóstico feita pela Técnica de Diagnóstico e Encaminhamento é que percebeu o que podia ser feito para ficar com o 9.º ano: *“Com o tempo, fui percebendo que o CNO não dá apenas equivalências. Também é possível ter acesso a formações e fazer*

outras coisas para ficar com o 9.º ano nomeadamente um curso EFA.” O mesmo sujeito referiu que a pesquisa na internet também foi um meio que utilizou para tomar conhecimento do trabalho que era feito num CNO. O Entrevistado 2 referiu que só sabia o que a comunicação social divulgava e que as notícias que ouvia ou lia eram muito pejorativas e que no início não sabia minimamente o que iria fazer. O Entrevistado 3 só tomou conhecimento do trabalho que se fazia no CNO quando fez a sua inscrição assim como o sujeito 4. O Entrevistado 5 não conhecia mesmo nada do trabalho feito num CNO. O Entrevistado 6 deu ênfase às informações que familiares e amigos lhe passaram.

Quando analisamos a/as razões que levaram os adultos a fazerem a inscrição num CNO todos foram unânimes em responder que tiveram essa iniciativa por obrigação imposta pelo Centro de Emprego uma vez que estavam em situação de desemprego. O Entrevistado 2 referiu que, apesar de se inscrever no CNO porque foi encaminhada pelo Centro de Emprego, realçou a importância da aprendizagem constante *“Gosto sempre de aprender coisas novas e fazer coisas novas e, penso que por isso, fui encaminhada para um processo RVCC para ver se conseguia mostrar as minhas competências e obter a certificação do 9.º ano”*. O Entrevistado 5 referiu que apenas se inscreveu no CNO porque se não o fizesse, lhe retirariam o subsídio de desemprego. O Entrevistado 6 referiu que *“...ficar desempregado foi o empurrão que eu precisei para ter essa atitude. Foi um mal que, por este assunto, veio por bem”*.

As expectativas que os adultos tinham inicialmente em relação ao processo RVCC eram muito negativas porque a maior parte inscreveram-se no CNO contrariados. O Entrevistado 1 referiu que *“As expectativas em relação ao que ia fazer eram muito baixas. Como em tudo na vida, quando fazemos as coisas contrariadas e sem lhe dar valor, achamos que não vale a pena”*. Para o Entrevistado 2 as expectativas não eram elevadas nem reais porque *“ouvia dizer a outras pessoas que achavam aquilo ridículo porque as pessoas faziam*

o 9.º ano em três meses enquanto que os jovens estão tanto tempo nos bancos da escola para o fazerem” e, também, porque “achava que me deveriam era arranjar um emprego e não mandarem-me para a escola, ainda por cima para não aprender nada. Não ia com muita vontade e não estava muito otimista”. O Entrevistado 3 refere que a ideia da “escola normal” estava muito presente na sua maneira de ver as coisas e não sabia bem o que ia fazer, por isso as expetativas eram baixas. Para o Entrevistado 4 a expetativa era baixa porque não sabia bem o que ia fazer. O Entrevistado 5 respondeu a esta questão com outra questão ”achava que isto era tudo uma brincadeira. Como é que se conseguia fazer o 9.º ano a ir à escola só algumas vezes?”. Para o Entrevistado 6, as expetativas foram elevadas porque afirma que o gosto por aprender pautava a sua vida e “Ir novamente para a escola foi uma alegria muito grande para mim”.

As razões que levaram os adultos a aumentar a escolaridade para o nível básico (9.º ano de escolaridade) foram as seguintes: o Entrevistado 1 realçou o facto de pensar que a escolaridade que tinha iria ser suficiente para a sua vida até que o desemprego foi um fator que o levou a pensar que isso não era real. O Entrevistado 2 tem uma opinião semelhante referindo que a sua idade servia para achar que não precisava de mais escolaridade. Uma vez mais, ficar desempregado levou-o a pensar de outra forma “a falta do 9.º ano também me impede de concorrer a empregos e a outras formações”. O Entrevistado 3 tem pouca idade e admite que deixar a escola sem ter terminado o 9.º ano foi um erro. Isso e o facto de ter ficado desempregada foram as principais razões para terminar o 9.º ano. O Entrevistado 4 referiu que ter terminado o 9.º ano foi muito importante porque a principal razão que o levou a fazê-lo foi aproveitar o tempo que tinha por ter ficado desempregado e a oportunidade que lhe surgiu uma vez que “se as coisas não estão fáceis para os jovens, quanto mais para os mais velhos que tiveram a infelicidade de ficar desempregados”. Ter o 9.º ano é um fator facilitador para encontrar emprego. O Entrevistado 5 refere apenas que a única razão que o levou a fazer o 9.º

ano foi ser *“obrigada a fazer alguma coisa e me encaminharam para este processo”*. O Entrevistado 6 refere que foi obrigado a inscrever-se num CNO pois ficou desempregado, mas diz que há muito que queria terminar a escolaridade obrigatória. Assim, o sujeito afirma que *“foi graças a ter o 9.º ano que pude concorrer para o lugar de comercial que ocupo agora. Ter o 9.º ano era uma exigência e um fator de exclusão e nem os meus conhecimentos de espanhol e de inglês e os meus 31 anos de trabalho dedicados a uma só empresa me valiam nada porque eu tinha só o 8.º ano e incompleto”*.

O tempo investido ao longo do processo foi bastante, segundo os sujeitos entrevistados. O Entrevistado 1 refere que passou muito tempo dedicado ao processo *“Foram muitas horas em frente ao computador e aos papéis, sem dar muita atenção a outras coisas na minha vida porque o que eu queria era mesmo terminar o processo e alcançar a certificação”*. No total, desde a inscrição até terminar o processo, foram percorridos cerca de seis meses. O Entrevistado 2 refere que demorou cerca de um ano desde que se inscreveu no CNO e estar certificado. O sujeito 3 refere que teve que dedicar muito tempo ao processo porque não era só as horas em que tinha as sessões mas era também o muito tempo em casa para fazer os trabalhos pedidos e estudar alguns temas que não dominava. O tempo investido pelo Entrevistado 4 foi muito e muito importante porque não sabia nada de informática e teve que praticar bastante. Também foi importante porque aprendeu ou recordou muitas coisas de matemática e de português. O Entrevistado 5 refere que gastou apenas o tempo necessário para fazer as coisas pedidas principalmente para *“não me chatearem mais no Centro de Emprego”*. O Entrevistado 6 refere que foi bastante tempo dedicado mas que *“...quando eu me meto a fazer as coisas é porque realmente quero fazer e fazer bem”*.

Mudanças Pessoais/Familiares/Sociais

Quando questionados sobre o que se alterou na sua forma de ser com a obtenção de

um certificado, os adultos defendem que, mas sua maioria, não se alterou muita coisa. O Entrevistado 1 afirma que *“descobri que as coisas que eu sei têm valor e que eu sei fazer coisas que até desconhecia”*. O Entrevistado 2 afirma que começou a dar mais valor a si próprio e ter um documento que comprove as suas capacidades deixa-a mais realizada. O Entrevistado 3 ganhou mais confiança em si próprio pois terminar o processo foi mais uma prova pessoal de que é capaz de terminar os desafios a que se propõe. O Entrevistado 4 realça a possibilidade que teve de se candidatar a novos empregos e a oportunidade que teve de, com o 9.º ano, fazer o 12º ano através de um curso EFA (eletricista de instalações) na sua área profissional. Para o Entrevistado 6, a maior alteração foi ver que tinha concretizado mais um objetivo de vida e que teve a prova de que tinha muitas capacidades de fazer coisas que nem o próprio sabia que sabia fazer.

A confiança em conseguir tomar decisões foi o reflexo das competências que descobriu ter que *“fez com que eu achasse que era capaz de tomar decisões e ter mais confiança em mim”* de acordo com o Entrevistado 1. O entrevistado diz que *“esta foi mais uma experiência que me levou a pensar que as decisões têm que ser tomadas com muita cautela para que não tenham um efeito negativo para toda a nossa vida”*. O Entrevistado 3 refere que ao longo da sua vida foi obrigada a tomar as decisões todas sozinha e isso é para si uma grande vantagem. De acordo com o Entrevistado 4 já tinha que tomar as decisões de forma muito sustentadas porque tinha um negócio que o obrigava a tomar muitas decisões muito ponderadas. Para o Entrevistado 5, as decisões são todas tomadas por outros *“Decidem tudo por nós. A crise, o Centro de Emprego, a Segurança Social, todos acham que eles é que tomam as decisões na nossa vida”*. O Entrevistado 6 considera que se sente mais confiante porque *“quando tomamos as decisões com consciência do que estamos a fazer as coisas podem correr muito melhor”*

Quando questionados sobre as dificuldades sentidas durante o processo, o

Entrevistado 1 refere que estar tanto tempo afastado da escola leva a que a falta de prática em ler, escrever e fazer operações matemáticas tenham sido as maiores dificuldades. O Entrevistado 2 refere que a maior dificuldade inicial foi o não querer estar ali. A outra maior dificuldade sentida foi na área da matemática. Para o Entrevistado 3 não houve muitas dificuldades sentidas assim como para o Entrevistado 4 que refere que muitas das coisas pedidas eram apenas necessário recordar porque sabia fazer as coisas só não sabia porque se faziam de determinada maneira ou qual a fórmula correta para chegar ao resultado. O Entrevistado 5 considera que a maior dificuldade foi na área da informática porque não sabia trabalhar com o computador, nem tinha computador em casa para poder treinar. O Entrevistado 6 também sentiu mais dificuldades com o uso do computador mas refere que com a sua persistência e a vontade de fazer as coisas bem e aprender o que podia fizeram que as dificuldades fossem ultrapassadas.

No que diz respeito à capacidade em desenvolver novas atividades quotidianas o Entrevistado 1 refere que o que mais mudou foram algumas atividades que agora consegue desenvolver com o computador. O Entrevistado 2 dá bastante importância ao uso do computador na realização de novas atividades. Realça ainda o cuidado e a vontade de estar atenta a notícias, a ler e a escrever mais e ganhou vontade para querer aprender mais coisas que ainda não saiba. O Entrevistado 3 refere que aprendeu a fazer coisas que lhe são muito úteis agora na procura ativa de emprego. O Entrevistado 4 indica que se vê a pensar e a fazer coisas a que não atribuía muita importância antes de fazer o processo. O Entrevistado 5 refere que tudo continua na mesma uma vez que continua a fazer as diferentes tarefas tal como sempre tinha feito. O Entrevistado 6 afirma que consegue desenvolver outro tipo de atividades porque no processo a ajudaram a estar mais atento àquilo que o rodeia.

O apoio da família foi importante para alguns dos adultos. O Entrevistado 1 refere que teve muito apoio das filhas, que a ajudaram muito, principalmente no computador. Por

outro lado, sentiu que servia de exemplo para elas dizendo que *“parecia que eu, com o meu trabalho, estava a dar-lhe mais um exemplo”*. O Entrevistado 2 refere que a família foi importante, mas não teve nenhum papel decisivo no processo. Os filhos já são adultos e o marido, por se encontrar também desempregado, achava que tudo o que a esposa estava a fazer era *“uma parvoíce”*. Os filhos foram as pessoas que mais a incentivaram a continuar porque achavam que era mais uma forma de a motivarem na procura de emprego e de se valorizar. O Entrevistado 3 considera que o apoio da família foi pouco uma vez que os pais são já bastante idosos e os irmãos são muito mais velhos. O Entrevistado 4 afirma que o apoio da filha foi muito importante uma vez que a incentivou a não desperdiçar nenhuma formação para onde a encaminhassem nem a aproveitar todas as oportunidades que surgissem. Para o Entrevistado 5, o apoio da família não foi muito. A filha ajudava-a mas não tinha muita paciência referindo muitas vezes *“que eu era uma burra e eu largava aquilo”*. Valeu o apoio de uma amiga e das técnicas do CNO. O Entrevistado 6 considera que teve muito apoio da esposa e dos filhos.

Quanto à reação da família quando o adulto obteve a certificação, o Entrevistado 1 afirma apenas que a família gostou e que lhe deram muita força. O Entrevistado 2 lembrou a preocupação da família aquando a sua ida a júri de certificação realçando que *“quando viram o meu trabalho final não tinham ideia de tudo aquilo que se faz e se aprende durante um processo como o que eu fiz”*. O Entrevistado 3 revela que a reação da família foi estranha porque eles não conseguiam perceber porque e como é que ela tinha ficado com o 9.º ano só por ter passado alguns meses a ir para a escola. O Entrevistado 4 refere que a reação da família foi boa porque consideravam que um objetivo de longa data tinha sido alcançado pelo adulto. Para o Entrevistado 5, a reação da família foi de desprezo e a filha só disse que a mãe tinha conseguido o certificado só porque ela lhe tinha feito os trabalhos e o marido não se manifestou mais a não ser para dizer que a esposa tinha andado lá tanto tempo só para trazer

um papel. O Entrevistado 6 refere que a família ficou muito contente por ter atingido mais um objetivo. Este adulto considera que o ter ficado desempregado foi muito duro e *“é muito triste, principalmente para um homem, ver que toda a vida foi o sustento da sua casa e, de um momento para o outro, dizerem-lhe que não há mais lugar para ele. Mas é a vida. A minha família sofreu muito com essa situação e ver que eu tinha conseguido, foi uma meta atingida. E eles tiveram participação nisso”*.

Quando questionados sobre se consideravam que a certificação era justa tendo em conta as competências que cada adulto detinha e o que foi solicitado tendo sido feita justiça por não serem reconhecidas antes as aprendizagens que foram feitas ao longo da sua vida, o Entrevistado 1 refere que o processo é muito justo para todos aqueles que já viveram muito e passaram por muita coisa ao longo da vida. Para este adulto *“esta certificação é uma maneira de fazer justiça com aquelas pessoas que em muito novas começaram uma vida de trabalho e nunca mais pararam”* e aprender é com os pais, com os outros, em todos os momentos da vida e considera que nos dias de hoje não há necessidade das crianças e adolescentes passarem por aquilo que as pessoas mais velhas passaram e, por isso, devem estar na escola, a aprender aquilo a que tem direito de aprender na escola. O Entrevistado 2 considera que a sua vida tem muito valor, é uma pessoa com muito valor e tem a consciência que *“não sei aquilo que os jovens sabem e que aprendem na escola, mas sei outras que eles não sabem e que, se calhar, nunca vão aprender”* e termina reconhecendo que *“foi feita justiça porque não é justo que quem passou uma vida de trabalho não tenha oportunidade de ir para outro emprego só porque não tem o 9.º ano”*. O Entrevistado 3 refere que, apesar de ser muito nova, acha a certificação muito justa porque desde muito criança trabalhou e, apesar de ter alguma culpa porque deixou a escola por vontade própria e que, agora, *“a vida deu-me uma oportunidade de eu voltar atrás e recomeçar perto do ponto onde parei”*. Para o Entrevistado 4 *“este certificado vem demonstrar que as pessoas lá por não terem andado muitos anos nos bancos*

da escola, aprenderam com as amarguras e o trabalho árduo da vida. Isso é trazer justiça às pessoas”. O Entrevistado 5 refere que nunca ninguém atribuiu muita importância àquilo que fazia e, por isso, com a certificação “*pelo menos alguém deu valor a esses anos*”. Para o Entrevistado 6 “*Se isso não é fazer justiça com tantos milhares de portugueses, não sei o que será justo então*” uma vez que tem e sempre teve uma participação muito ativa na vida associativa, religiosa e cultural, sem descurar a vida familiar e profissional.

Para a questão feita no sentido de perceber as alterações sentidas no meio mais próximo do adulto após a sua certificação, o Entrevistado 1 e o Entrevistado 5 referiram não ter sentido alterações relevantes. O Entrevistado 2 referiu que o seu grupo de RVC havia alterações no modo como cada um via o que estava à sua volta porque, segundo afirma, “*todos tínhamos uma ideia de que só íamos perder tempo e que era uma parvoíce obrigarem-nos agora, no fim de velhos, a ir para a escola*”, ideia que se alterou em todos quando alcançaram a certificação e viram que eram capazes de ultrapassar essa fase. O Entrevistado 3 referiu que notou alterações no grupo de amigos, muitos deles que continuaram a estudar quando este adulto parou e, agora, “*ficam orgulhosos de mim porque eu fui à luta também e acabei por voltar à escola*”. O Entrevistado 4 referiu que só sentiu alterações em termos pessoais, dizendo que as pessoas “*estão cada vez mais egoístas e desvalorizam tudo aquilo que de bom os outros fazem*” e, quando ficam em situação de desemprego são olhados pelos outros de modo diferente e “*parece que fica logo com um rótulo na testa perante algumas pessoas*”. Afirma ainda que os desempregados não têm a culpa de terem ficado nesta situação e que estes têm que fazer alguma coisa pelo seu futuro e “*se nos dão a oportunidade de estudar e aprender mais coisas, porque não aproveitar essas mesmas oportunidades?*”. O Entrevistado 6 refere que apenas sentiu alterações no meio familiar e com alguns amigos.

Quando foram questionados sobre as alterações sentidas no meio envolvente, o Entrevistado 1 refere que quando estavam a frequentar as sessões de RVC na escola

secundária, os adultos eram alvo de comentários menos agradáveis por parte dos alunos com quem se cruzavam, referindo, até, que achava que os alunos olhavam para os adultos como se fossem “*atrasadinhos*”. Refere, também, que à medida que as sessões iam decorrendo, os olhares e os comentários foram desvanecendo e os alunos não eram “*tão duros*” com os adultos. Terminou a dizer que “*felizmente os meus filhos não vão ter que passar por situações iguais às que eu passei porque agora eu compreendi o grande erro que fiz ao deixar de estudar e agora incentivo-os ainda mais a estudarem para poderem ter um futuro melhor que o meu*”. O Entrevistado 2 referiu ter sentido alterações quando fazia as apresentações quinzenais obrigatórias. Referiu que antes de ter o 9.º ano sentia que olhavam para ele como se “*fossemos uns coitadinhos, sem escolaridade e que ainda por cima não soubemos manter o emprego e agora estamos a viver à custa do Estado*”. Considera que depois de ter apresentado o certificado que comprova ter o 9.º ano, as pessoas olha, para ele de maneira diferente ou, como o próprio diz, pode ser o próprio a sentir-se mais otimista e confiante e achar que são os outros que olham para ele de maneira diferente. O Entrevistado 3 refere que sentiu poucas alterações. O Entrevistado 4 refere que apenas sentiu alterações pessoais. Refere que quando as pessoas ficam desempregadas ficam logo com “*um rótulo na testa perante algumas pessoas*” e questiona “*se nos dão a oportunidade de estudar e aprender mais coisas, porque não aproveitar essas mesmas oportunidades?*”. O Entrevistado 5 não experienciou nenhuma alteração assim como o Entrevistado 6.

No que diz respeito ao reconhecimento sentido por parte das pessoas que rodeiam o adulto, o Entrevistado 1 refere que sentiu reconhecimento por parte dos técnicos que o recebiam no Centro de Emprego pois após ter apresentado o certificado podia concorrer a empregos que lhe exigissem o 9.º ano. Este sujeito refere, também, que os técnicos do Centro de Emprego o tratavam de forma diferente e acredita que era porque achavam que “*era porque tinha metido mãos à obra e não tinha ficado à espera de braços cruzados que um*

trabalho me caísse nas mãos”. O Entrevistado 2 e o Entrevistado 4 referem ter sentido reconhecimento por parte da família e de alguns amigos. O Entrevistado 3 refere que sentiu reconhecimento por parte dos colegas de trabalho atuais e já incentivou algumas pessoas a concluir o 9.º ou o 12.º ano. Refere que “As pessoas acham que faço bem em pensar no meu futuro e aproveitar as oportunidades que conseguir para chegar mais além”. O Entrevistado 5 refere que não sentiu qualquer reconhecimento e que “*as pessoas só dizem mal disto e do Sócrates que inventou isto*”. O Entrevistado 6 refere que sentiu reconhecimento por parte de pessoas que entendem o processo RVCC porque há “*muita gente que não sabe o que se faz e o que isto, mas os que percebem um bocadinho e acompanham o nosso trabalho dão-nos valor*”.

Quando questionados sobre a valorização do esforço feito por parte dos que o rodeiam, o Entrevistado 1 refere que havia colegas que nunca tinham passado pelo processo mas que lhe diziam ter muita coragem para fazer o processo porque elas não o conseguiriam fazer. Refere, também, saber que há muitas pessoas que acham que “*tudo isto é um disparate e não vale nada*”. O Entrevistado 2 refere que quem acompanhou o trabalho feito valoriza o esforço, mas há muitas pessoas que falam negativamente sobre o que é feito no processo sem saberem do que estão a falar. O Entrevistado 3 refere que só sentiu valorização por parte de amigos. O Entrevistado 4 considera que as pessoas reconhecem o trabalho feito, umas mais do que outras. Considera, também, que “*não é fácil agora com 50 anos ir com o caderno debaixo do braço para a escola*”. O Entrevistado 5 refere que sentiu valorização pelo esforço feito apenas por algumas amigas. O Entrevistado 6 refere que a família e os amigos deram muito valor ao seu esforço.

Para a questão “sente que tem mais facilidade em sociabilizar?”, o Entrevistado 1 refere que sente mais facilidade em sociabilizar pois “*Estar em grupo enquanto fazemos o processo dá-nos uma ideia que somos capazes de conversar, de ter assuntos diferentes de*

conversa, de rir, de chorar, de ter opiniões e discuti-las”. O Entrevistado 2 refere que sempre foi uma pessoa muito sociável e o processo trouxe-lhe essa consciência uma vez que o excesso de trabalho e, posteriormente o desemprego de ambos os membros do casal lhe retirou parte dessa vontade de sociabilizar. O Entrevistado 3 refere que sempre foi muito sociável e fazer o processo RVCC não veio alterar nada. O Entrevistado 4 refere que sempre foi muito dinâmico e como participa em várias iniciativas sociais, é muito sociável e o processo não veio alterar essa forma de ser. O Entrevistado 5 considera que fazer o processo não alterou nada da sua forma de ser. O Entrevistado 6 refere que o processo não alterou nada uma vez que sempre gostou de estar com amigos, de conversar, trocar ideias e propor novas coisas. Refere, também, que a *“profissão também ajuda a que a sociabilização seja uma mais-valia porque na área das vendas é importante”* e afirma que o certificado é *“uma coisa que nos dá a nós que o temos muito mais confiança”*.

No que diz respeito ao reconhecimento de que as pessoas que rodeiam os adultos certificados se interessam mais pelas suas opiniões, o Entrevistado 1 refere que há pessoas que se interessam mais, outras têm o mesmo interesse. No entanto, o adulto considera que *“sinto que, pelo menos, tenho o direito de me fazer ouvir e de dar as minhas opiniões”*. O Entrevistado 2 refere que não reparou nesta situação mas considera que já consegue dizer mais facilmente aquilo que pensa. O Entrevistado 3 considera que a atitude dos outros é igual a antes de ter o certificado. O Entrevistado 4 defende que depende das situações pois nunca gostou de enganar ou errar naquilo que dizia aos outros, principalmente quando tinha que dar opiniões acerca dos artigos e serviços da sua loja. O Entrevistado 5 considera que as pessoas não se interessam pelas suas opiniões dizendo que *“as pessoas pensam que sabem tudo e não se interessam pela opinião de ninguém, quanto mais com a minha que não sou ninguém”*. O Entrevistado 6 refere que não houve alterações porque sempre deu a sua opinião sempre que achava por bem fazê-lo.

À questão “sentiu-se discriminado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?”, o Entrevistado 1 respondeu não ter sentido discriminação em lugar nenhum, apenas sentiu alguma discriminação quando ouvia notícias negativas na comunicação social contendo uma ideia errada do processo e das pessoas que o realizam mas *“não me revejo naquela imagem e só aí me senti marginalizada porque apesar de ser uma iniciativa do governo, apenas porque se muda as cores políticas, fazem com que as coisas boas pareçam que sejam muito más e as pessoas são vítimas do mal dizer sem terem culpa e sem haver razão”*. O Entrevistado 2 refere que apenas sentiu alguma discriminação quando fazia a procura ativa de emprego e notava que as pessoas que o recebiam ficavam desconfiadas quando dizia que tinha o 9.º ano através das Novas Oportunidades. O Entrevistado 3 refere que ainda não se sentiu discriminado mas considera que tem tido alguma sorte porque *“as pessoas não acreditam naquele certificado e que foi tudo dado e não merecemos porque uns andam 9 anos na escola e nós em poucos meses temos o 9.º ano”*. No entanto, o adulto realça que as pessoas se deveriam informar sobre o que é o processo e como é realizado antes de falarem daquilo que não sabem porque refere que *“há coisas boas e más em todas as maneiras e, por isso, devemos ser capazes de distinguir as coisas”*. O Entrevistado 4 considera que nunca se sentiu discriminado mas já foi confrontado algumas vezes com o valor do seu certificado. O Entrevistado 5 refere que já sentiu discriminação no Centro de Emprego e quando procura emprego *“parecemos uns criminosos”*. O Entrevistado 6 refere que nunca se sentiu discriminado mas custava-lhe quando ouvia na comunicação social que eram dados certificados às pessoas mas considera que o certificado é só um papel mas *“é um papel que significa as nossas vidas, as nossas histórias, o trazer-nos alguma reposição de justiça para quem pouca justiça teve na vida”*.

Mudanças Formativas

No que diz respeito à questão “ganhou/adquiriu hábitos de leitura”, o Entrevistado 1 referiu que apenas lia algumas revistas “cor de rosa” e com o solicitado durante o processo concluiu que lhe faltavam hábitos de leitura para conseguir ler e escrever melhor. Com o processo ganhou gosto por ler e *“a ler mais revistas, mais jornais e até fui buscar livros das miúdas para começar a ler”*. O Entrevistado 2 refere que ganhou hábitos de leitura e começou *“ver de outra maneira as notícias dos jornais, a ouvir com mais pormenor as notícias da televisão”*. O Entrevistado 3 refere que agora sente gosto em contar histórias aos meninos da instituição onde trabalha atualmente, escrever recados para os pais e fazer o diário individual de cada criança. Refere, ainda, que *“se não tivesse feito este processo não dava importância ao ler”*. O Entrevistado 4 refere que já tinha hábitos de leitura anteriormente. O Entrevistado 5 indica que não ganhou quaisquer hábitos de leitura com o processo. O Entrevistado 6 refere que aprofundou mais a escrita e valoriza o facto de toda a vida se *“ter interessado por ler muito”*.

Em resposta à questão “sente que as pessoas com quem conversa a/o entendem com mais facilidade?”, o Entrevistado 1 refere que agora não sente tanta vergonha de conversar sobre alguns assuntos o que antes fazia com mais dificuldade. O Entrevistado 2 realça o facto de ter tido muita correção da escrita como na oralidade por parte dos formadores, por isso, agora dá por si a pensar em como se deve expressar ou escrever sem erros e diz que isso é *“muito importante para quem nos ouve, ou com quem nós conversamos, porque as pessoas entendem-nos melhor e não ficam a pensar que somos assim tão burras”*. O Entrevistado 3 refere ter mais capacidades agora para falar de assuntos e temas diferentes. O Entrevistado 4 refere que as pessoas o entendem melhor uma vez que aprendeu algumas coisas que o levam a evitar alguns erros na gramática. O Entrevistado 5 refere que é a igual ao que era antes de fazer o processo. O Entrevistado 6, através da sua experiência em feiras de divulgação dos

seus produtos adquiriu importantes skills em termos de comunicação e refere que *“para ser um bom comercial, as pessoas têm que nos entender e temos que nos fazer entender”*.

Quando foram questionados sobre a utilização da matemática no seu dia a dia, o Entrevistado 1 e o Entrevistado 2 referem que utilizam sempre a matemática no seu dia a dia e dão exemplos concretos *“quando faço pequenas peças de roupa para as minhas filhas, quando as ajudo a fazer os trabalhos de casa, quando já vejo o que o meu carro consome e faço a média, quando cozinho e faço as proporções dos ingredientes”*, *“perceber o que significa a escala de um mapa e quanto caminha tenho a percorrer, nas contas do dinheiro na gestão do nosso orçamento mensal”*. O Entrevistado 3 refere que agora é mais simples ajudar as crianças a fazer os trabalhos de casa porque houve aspetos de matemática que aprendeu e outros que lembrou. O Entrevistado 4 refere quem tem uma loja ao longo de quase toda a vida trabalha com a matemática a calcular IVA, descontos, a conferir encomendas e faturas. O Entrevistado 5 refere apenas que utiliza a matemática na mesma medida pois quem está desempregado (...) e refere ainda que *“não se pode fazer contas se não há dinheiro e há muitas despesas para pagar e não há trabalho”*. O Entrevistado 6 refere que no seu emprego antes da processo fazia muitas contas e que agora, no seu novo emprego tem que fazer *“contas às distâncias das viagens, dos materiais que levo para entrega, das encomendas que me fazem”*.

Ao ser questionado acerca da utilização do computador, o Entrevistado 1 refere que aprendeu muito nesta área com as filhas e aplicou no processo, mas foi com o processo que iniciou esta tarefa. A frequência de uma UFCD de informática ajudou a adquirir mais conhecimentos. O Entrevistado 2 refere que aprendeu muita coisa nesta área, *word, excel, internet*, mas que devia praticar mais. O Entrevistado 3 já sabia trabalhar com o computador mas com o processo aprendeu muita coisa, como a fazer tabelas e ir à *internet* e usar algumas redes sociais e o mail e saber tirar partido disso como, por exemplo, *“enviar o nosso*

curriculum para empresas e aguardar respostas”. O Entrevistado 4 refere que apenas sabia trabalhar com programas específicos da loja e que agora, depois do processo, já sabe trabalhar no *word*, no *excel* e *internet*, dizendo que já vai ao email e tem *facebook*. O Entrevistado 5 refere que só sabe o que aprendeu durante o processo e que já se tinha esquecido porque não tinha ninguém em casa para a ajudar. Refere, ainda, que estes conhecimentos não lhe fazem falta. O Entrevistado 6 refere que sabia pouco de informática e que o processo favoreceu o gosto pela pesquisa na *internet*.

Quanto à frequência de utilização e às tarefas realizadas com o computador, o Entrevistado 1 refere que usa o computador para fazer o portefólio e, posteriormente, consultar a *internet*, usar o *facebook* e o *email*. O Entrevistado 2 refere que são os filhos que incentivam a ir ao *email*. O Entrevistado 3 usa o computador diariamente para conversar com amigos *online* através do *facebook* e escrever receitas. O Entrevistado 4 frequenta um curso de formação e, por isso, usa a *internet* para fazer pesquisas e o *word* para realizar os trabalhos diariamente. O Entrevistado 5 nunca usa o computador porque não o tem. O Entrevistado 6 usa o computador regularmente para ir ao *facebook*, ao *email* e fazer algumas pesquisas.

À questão “costuma ler folhetos de divulgação de formação?” o Entrevistado 1 refere que a técnica de diagnóstico do CNO lhe mostra muitos folhetos de formações. O Entrevistado 2 vai frequentemente fazer as apresentações à junta de freguesia e vê sempre os folhetos no placar de informação. O Entrevistado 3 lê toda a informação de formação divulgada nos jornais. O Entrevistado 4 refere que lê todos os folhetos que encontra. O Entrevistado 5 refere que só vê as ofertas formativas quando vai ao Centro de Emprego. O Entrevistado 6 lê todos os folhetos que encontra nos jornais, os que lhe chegam por correio e por email.

Em relação ao interesse sentido por alguma das áreas de formação, o Entrevistado 1 refere que já se inscreveu e frequentou algumas formações. O Entrevistado 2 refere que sente

interesse em algumas formações , mas muitas delas ficam longe de casa e não tem transporte. O Entrevistado 3 sente interesse pela área de informática, línguas e cuidados com crianças. O Entrevistado 4 sentiu interesse na formação e frequentou duas UFCD, uma de inglês e outra de *Excel*. O Entrevistado 5 refere que *“queria era trabalho não era formação. E isso não arranjam eles”*. O Entrevistado 6 sente interesse em todas as formações da sua área profissional, em línguas e informática.

Quando é questionada a frequência de alguma formação depois de ter concluído a certificação, o Entrevistado 1 já realizou duas UFCD de informática e quer continuar a fazer formações. O Entrevistado 2 já frequentou algumas formações na área da cozinha. O Entrevistado 3 já frequentou UFCD de *word, excel*, iniciação de inglês e já se encontra inscrita noutras. O Entrevistado 4 frequenta um curso EFA de Eletricista de Instalações para conclusão do 12.º ano. O Entrevistado 5 fez uma UFCD de língua portuguesa indicada pela técnica do CNO. O Entrevistado 6 refere que frequentou várias formações da sua área profissional enquanto trabalhador e, enquanto desempregado já frequentou as UFCD de *“técnico de vendas, atendimento ao público, Excel, legislação laboral, estratégias de venda, relacionamento interpessoal, inglês e espanhol”*.

À questão *“imagina-se a estudar mais uma vez? Gostava de continuar a estudar? Pensa concluir o 12.º ano?”* o Entrevistado 1 respondeu que despertou o gosto pela aprendizagem de coisas novas e gostava de fazer formações de informática e geriatria e, se ainda for possível, fazer um EFA de geriatria ou auxiliar de crianças. O Entrevistado 2 refere que não sente necessidade em concluir o 12.º ano mas gostava de continuar a fazer formações. O Entrevistado 3 gostava de acabar o ensino secundário através de um curso EFA porque *“vi que ainda tenho muito a aprender e tenho capacidades para continuar a estudar”* O Entrevistado 4 já está a frequentar um curso EFA para terminar o ensino secundário e refere que *“estou realizado e só espero conseguir chegar ao fim do curso e ficar com o 12º ano feito*

com o meu próprio esforço” O Entrevistado 5 refere que não pretende continuar a estudar porque o 9.º ano é o suficiente para o que irá necessitar. O Entrevistado 6 refere que quer concluir o ensino secundário e ficou “*com o sonho de conseguir tirar um curso superior na área da gestão*”.

Mudanças Profissionais

À questão “sentiu-se discriminado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?” Entrevistado 1 respondeu que nunca se sentiu discriminado porque “porque agora posso ter possibilidade de me inscrever e ser chamada para outros empregos que exigem o nono ano”. O Entrevistado 2 refere não ter sentido nenhuma discriminação apesar de não ter conseguido ainda encontrar um emprego que a satisfaça completamente. O Entrevistado 3 também não sentiu discriminação e aconselha as pessoas que põem o certificado em causa só porque é das Novas Oportunidades a informarem-se primeiro de como é o processo e só depois falarem sobre ele. O Entrevistado 4 refere nunca se ter sentido discriminado. O Entrevistado 5 respondeu que se sentiu discriminada por algumas colegas do antigo trabalho porque “acham que somos umas burras por andarmos na escola com os livros na mão”. O Entrevistado 6 refere não ter sentido discriminação nenhuma por ter um certificado atribuído pelas Novas Oportunidades. Diz, ainda, ter sentido mais discriminação em relação à sua idade.

Na procura de emprego o Entrevistado 1 refere ter sentido diferenças pela positiva quando apresentava o certificado nas empresas para onde o Centro de Emprego o encaminhava e sentia-se muito mais confiante em si. O Entrevistado 2 refere que sentiu diferenças após ter o certificado uma vez que está a fazer um POC (Plano Ocupacional) que não poderia realizar se não tivesse o 9.º ano. O Entrevistado 3 e o Entrevistado 5 referem ter sentido diferenças na procura de emprego uma vez que com o 9.º ano se pode candidatar aos

poucos empregos que existem e para os quais pedem o 9.º ano. O Entrevistado 4 refere não ter sentido diferenças na procura de emprego. O Entrevistado 6 diz ter sentido muitas diferenças na procura de emprego porque *“foi graças ao meu certificado que consegui concorrer para o meu atual emprego e consegui depois justificar em entrevista o que tinha feito mais para merecer ocupar aquele cargo”*.

Em relação às ferramentas úteis na procura ativa de emprego adquiridas com o processo, o Entrevistado 1, o Entrevistado 3, o Entrevistado 4 referem que ter aprendido a elaborar um *Curriculum Vitae* e uma Carta de apresentação foi muito útil assim como usar a *internet* para pesquisa de emprego. O Entrevistado 1 refere ainda que foi através destas pesquisas que arranjam emprego. O Entrevistado 2 refere que aprendeu a escrever melhor e a procurar emprego na *internet*. O Entrevistado 5 refere que a ferramenta útil foi aprender a construir o *Curriculum Vitae* que entrega quando vai pedir emprego. O Entrevistado 6 refere que a *“principal ferramenta foi, sem dúvida, o certificado”*.

Quando questionados sobre se conseguiu encontrar emprego desde que concluiu a certificação, o Entrevistado 1 conseguiu emprego como auxiliar de geriatria na Santa Casa da Misericórdia. O Entrevistado 2 está a fazer um POC e faz algumas horas de limpeza em casa de particulares. O Entrevistado 3 refere que conseguiu entrar para um jardim de infância como auxiliar educativa. O Entrevistado 4 refere que não conseguiu emprego porque optou por fazer um EFA (3 anos) para finalizar o ensino secundário. O Entrevistado 5 refere que já fez um POC mas *“emprego que era bom, nada”*. O Entrevistado 6 está há 10 meses a trabalhar como comercial num *stand* de automóveis.

Quando questionados sobre se *“Sente capaz de desempenhar tarefas diferentes num novo posto de trabalho, assumir novas responsabilidades?”*, o Entrevistado 1 afirma ser capaz de desenvolver novas tarefas e assumir novas responsabilidades porque *“as coisas estão sempre a evoluir e a forma de fazer as coisas vai-se alterando”* mas afirma que está sempre

muito atenta. O Entrevistado 2 refere que nunca pensou trabalhar numa escola uma vez que sempre trabalhou numa fábrica, por isso *“acho que me consigo adaptar a outras tarefas com facilidade”*. O Entrevistado 3 refere que se sente capaz de realizar novas tarefas não por agora ter o 9.º ano mas porque fazer o processo *“me fez ver que eu era capaz de fazer e de aprender muitas coisas”*. O Entrevistado 4 afirma ter capacidade para estar sempre a aprender e *“o 9.º ano foi uma porta que me abriu muitas portas e me trouxe reconhecimento”*. O Entrevistado 5 refere estar muito desanimada principalmente porque *“com a minha idade e como as coisas estão vai ser muito difícil arranjar emprego”*. O Entrevistado 6 afirma que assumir um novo posto de trabalho revela que a pessoa tem capacidade para se adaptar às novas exigências, às novas formas de trabalho e às novas condições. Afirma, ainda, *“eu consigo. Eu sei que sou capaz”*.

Considerações sobre a Certificação

À questão *“Na sua opinião, reconhece que um adulto que obtém a certificação através de um processo de reconhecimento de competências possui competências equiparáveis às de um aluno que frequenta o mesmo nível de ensino através de um percurso de educação formal do mesmo nível?”* o Entrevistado 1 afirma que tem competências que os alunos só terão com a experiência da vida e estes alunos têm competências que o entrevistado não tem porque não teve oportunidade de estudar. No entanto, afirma que *“apesar de termos competências diferentes, são ambas muito válidas e valiosas”*. O Entrevistado 2 considera que os alunos só têm oportunidade de aprender o que está nos livros, os adultos que fazem este processo aprenderam coisas porque tiveram que colocar as mãos no trabalho e a aprender com os outros. Refere, ainda, que ambos mostram as suas competências de forma diferente e ambos aprendem muito mas *“vamos mostrar que também somos dignos de ter um papel que diga que, apesar de não termos estado sentados 9 anos no banco da escola, aprendemos na*

dureza da vida ao longo de muitos mais anos”. O Entrevistado 3 afirma que são competências diferentes, mas as duas forma válidas da mesma maneira porque *“Eles, na escola normal, certificam as capacidades através dos testes e das notas que têm no final do ano. E nós, pelo processo RVCC somos certificados pelas competências que adquirimos por todas as formas: na escola, no trabalho, na vida”*. O Entrevistado 4 refere que *“não são as mesmas coisas que se aprendem, mas na minha opinião, são as duas muito válidas e carregadas de justiça”*. O Entrevistado 5 refere que são situações diferentes e que os alunos *“havam de ser obrigados a ir trabalhar como eu fui para ver se não davam outro valor à escola”* O Entrevistado 6 refere que *“eles aprendem com aqueles que já aprenderam e agora estão a ensiná-los. Eu aprendi com a vida, com as cabeçadas que dei, com as vitórias que alcancei e as derrotas que não deixei que me derrubassem”*

Quando questionados sobre se *“é de opinião que a idade e a experiência de vida são importantes para a certificação de competências, ou seja, quanto mais idade mais experiências se tem e mais competências se adquirem?”*, o Entrevistado 1 refere que este é um processo para validar competências adquiridas, por isso *“neste processo só deveriam entrar adultos com mais de 30 anos e com experiências comprovadas, tanto profissionalmente como pessoalmente e socialmente”*. O Entrevistado 2 considera que a idade é muito importante porque com ela vêm mais experiências de vida. O Entrevistado 3 refere que as pessoas mais velhas têm mais experiência de vida e, por isso, quanto mais idade tiverem, melhor. O Entrevistado 4 afirma que não percebe porque é que jovens não aproveitam a oportunidade que têm para andar na escola e fazer a escolaridade normal porque *“acho que nós tivemos que sair da escola obrigados pelas circunstâncias da vida. Os jovens de hoje têm todas as possibilidades de estudar que quiserem. É só querer, e alguns não estão para isso”*. O Entrevistado 5 afirma que a idade é importante porque quantos mais anos se têm, mais se vive e *“a vida é muito difícil e ensina-nos muitas coisas”*. O Entrevistado 6 refere que não se

podem comparar as experiências vividas por alguém com 22 anos ou alguém com 50 anos porque *“há muitas coisas para aprender para quem tem apenas 22 anos. E também algumas para quem tem 50 porque eu sou daqueles que acredita que aprendemos até ao nosso último suspiro”*.

No que diz respeito à questão *”considera que quanto mais velho for o adulto, mais complicado é realizar o que lhe é solicitado e aceitar as condições que lhe são dadas?”*, o Entrevistado 1 considera que no seu grupo de RVCC *“as pessoas mais novas, em geral, tinham menos vontade em fazer os trabalhos e também tinham menos experiências de vida por isso foi mais difícil mostrar conhecimentos para ser validados. Os mais velhos tinham mais facilidade em mostrar as competências porque tinham mais tempo de vida, mais histórias para contar, mais vontade de aprender”*. O Entrevistado 2 considera que o RVCC é destinado a pessoas que já têm alguma idade e muita experiência de vida e que, para estas pessoas, *“é mais fácil demonstrar as aprendizagens, mas depois é mais difícil o uso do computador, a fazer cálculos na matemática”* Para o Entrevistado 3 o mais complicado para as pessoas mais velhas era perceber porque é que tinham que regressar à escola depois de terem passado por uma vida muito difícil, a trabalhar muito e durante muitos anos. Considera também que *“pude aprender muitas coisas com eles (eu era a mais nova do grupo) e pude, também, ensinar-lhes alguma coisas ou explicar-lhe como se faziam algumas coisas, principalmente no computador”*. O Entrevistado 4 refere que se as pessoas estiverem contrariadas e resistirem a tudo o que lhes é proposto, o processo é também muito difícil para eles e tudo na vida se torna muito difícil. No entanto, *“se for uma pessoa que goste de aprender e de aproveitar as oportunidades, acho que irá fazer tudo o que lhes é pedido com a maior abertura e boa vontade”*. O Entrevistado 5 considera que é muito difícil pessoas com alguma idade como ela voltarem à escola. O Entrevistado 6 considera que não é mais difícil ou mais fácil para quem tem mais idade, apenas considera que *“os tempos necessários para*

fazer as tarefas têm de ser diferentes”.

À questão “Considera que a lei que determina que os adultos que se apresentam em situação de desemprego e não tenham a escolaridade obrigatória sejam obrigados a inscreverem-se e a frequentarem as ofertas de um Centro Novas Oportunidades?”, o Entrevistado 1 refere que, ao tomar a sua experiência como exemplo *“deveria ser obrigatório para todos, não só aqueles que estão desempregados, mas para todos aqueles que têm pouca escolaridade ou que não tenham tido nenhuma formação ao longo de toda a vida de trabalho”* e percebeu que obter um certificado que confirme as suas competências iria ser uma mais-valia na procura de emprego. O Entrevistado 2 considera que deveria ser obrigatório e revela, ainda, que não percebe porque é que dizem que a iniciativa Novas Oportunidades vão terminar e considera que *“mais uma vez se pode ver que os senhores governantes não se preocupam nada com os mais desfavorecidos. Nós, adultos, que tanto já demos à sociedade através dos nossos impostos e do nosso trabalho, não valem nada aos seus olhos. Mandam e desmandam mas não se preocupam em saber a realidade em que os portugueses desempregados e com alguma idade vivem”*. Refere ainda que gostava de continuar a ter mais formação e aprender mais e não sabe se o poderá continuar a fazer se a iniciativa terminar porque *“deram-nos o gosto por aprender novamente e, agora, vão tirar-nos outra vez a oportunidade de aprender”*. O Entrevistado 3 concorda com esta obrigação referindo que as pessoas que estão desempregadas devem aproveitar o tempo para se prepararem melhor para uma nova função ou um novo emprego e considera que *“o desemprego pode ser muito prejudicial porque estamos muito tempo sem ter nada que ocupe o tempo e se investirmos esse tempo a aprender é muito bom”*. O Entrevistado 4 considera benéfica esta obrigação uma vez que assim as pessoas não *“ficam presas ao passado”* e permite *“ter a oportunidade de ter novos conhecimentos, conhecer novas pessoas e, quem sabe, encontrar com isso alguma orientação para o seu futuro”*. Por outro lado, considera que deveriam ser as pessoas as

primeiras interessadas em evoluir. O Entrevistado 5 considera que os responsáveis deveriam encontrar emprego para os desempregados em vez de os encaminharem para formação. O Entrevistado 6 refere que pessoalmente foi um passo importante que deu ao fazer o processo. Refere ainda que *“seria muito melhor que as pessoas procurassem aprender de forma voluntária, mas se dependerem desta obrigação para renovarem os seus conhecimentos e aprenderem outras coisas, acho então que esta é uma boa medida”*.

À pergunta de finalização *“Gostaria de acrescentar alguma coisa”*, o Entrevistado 1 respondeu *“gostava de dizer que sinto muita pena por o nosso Governo querer acabar com a oportunidade dos adultos poderem frequentar a escola. Ouvimos muitas coisas sobre os adultos aprenderem que muitas vezes não correspondem à verdade. Eu gostei muito de frequentar este processo e sei que muita gente aprendeu muito e continua a aprender muito. Vemos que a nossa vida tem muito valor, independentemente se saímos da escola muito cedo e se começámos a trabalhar muito cedo. Agradeço a oportunidade que me foi dada para me sentir valorizado porque acredito que com esta certificação fiquei mais rica tanto em termos pessoais como profissionais, pois sinto-me mais capaz de responder a outro tipo de desafios”*. O Entrevistado 3 referiu que *“gostava só de dizer que muitas vezes acaba-se por estragar coisas que só fazem bem às pessoas por causa da política. As notícias dizem que este nosso governo vai acabar com as Novas Oportunidades porque é muito caro e porque as pessoas não arranjam emprego por terem um certificado mas esquecem-se das pessoas (e acredito que sejam muitas) aprenderam coisas novas, partilharam experiências e abriram a sua mente para um presente muito difícil e em que têm que ir à luta para sobreviverem”*. O Entrevistado 4 respondeu *“gostava de pedir, se isso for possível, que os nossos governantes não cortem as pernas a milhares de portugueses que querem ter a oportunidade de aprender fechando os CNO’s e dizendo que os adultos não beneficiam em nada com estas coisas porque beneficiam e muito. E em algumas situações é feita justiça por uma vida de trabalho dura e não*

reconhecida”. O Entrevistado 6 respondeu “*sei que se esperam muitas alterações à formação de adultos em Portugal e só desejo que os nossos governantes não se esqueçam que são os adultos a fonte de riqueza do nosso país e que, se há pessoas que não querem saber de aprender mais, há ainda muitas que esperam toda a vida por uma oportunidade para evoluir nas suas aprendizagens*”.

CAPÍTULO IV - Conclusão

Sabendo que a história é feita por pessoas e pelo contributo de cada um para a construção de um mundo melhor, mais rico e mais competente, realço a importância que teve na construção do meu Eu o tempo que passei com cada um dos entrevistados inteirando-me das suas experiências de vida, das suas preocupações, das suas vontades e dos seus ideais. A experiência foi extremamente enriquecedora e pude comprovar que as pessoas, cada uma da sua maneira, contribuem para que a sociedade viva constantemente na procura do equilíbrio e que cada um dá o seu contributo, por mais pequeno que seja, na transformação sistemática do dia a dia em busca da justiça e da felicidade individual e coletiva. Importa salientar que todos contribuem para a passagem de testemunho para uma nova geração que contará com as experiências e saberes de cada um dos seus antecessores e que estes podem tomar o exemplo dos mais velhos na procura desta justiça e desta felicidade que vive com o Homem desde o princípio dos tempos.

Neste sentido importa, agora, ter em conta os objetivos traçados para este estudo e tentar, naquilo que me foi dado a conhecer através das entrevistas, encontrar as respostas que confirmem ou não as hipóteses colocadas, sendo certo que, apesar da riqueza dos testemunhos dos entrevistados, se trata de um estudo exploratório concentrado apenas num caso (desempregados que se inscreveram no ano 2011 no Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária da Batalha com habilitações académicas inferiores ao ensino básico) cujo universo era, por isso mesmo, limitado.

Com o estudo era pretendido verificar o impacto profissional, formativo, pessoal e social bem como o impacto das aprendizagens decorrentes do processo de qualificação obtido na certificação de adultos desempregados no nível básico através de um processo de reconhecimento, validação e certificação de competências.

Ao verificar as respostas dadas pelos adultos nas entrevistas, é possível perceber que, apesar dos seis entrevistados terem sido encaminhados para um centro Novas Oportunidades pelo Centro de Emprego, uma vez que estavam em situação de desemprego e não o terem feito por iniciativa própria, todos expressaram que este passo foi importante nas suas vidas, quer porque lhes proporcionou a oportunidade de se candidatarem a empregos ou formações a que não teriam acesso sem terem o 9.º ano, quer porque ganharam o gosto por aprender, ou ainda porque aprenderam coisas novas ou porque sentiram a sua vida a ser valorizada e os seus conhecimentos validados o que mostra satisfação e valorização pessoal. De uma atitude de baixa expectativa ou mesmo contrariada relativamente ao programa que lhes era imposto, todos reconheceram que, afinal, este tinha sido muito positivo e, mesmo, que deve ser obrigatório.

A questão da legitimidade de equiparar as competências a quem faz uma trajetória escolar regular que, de início, não era clara para todos acabou também por ser consensualmente reconhecida. Um adulto que obtém a certificação através de um processo de reconhecimento de competências possui competências equiparáveis à de um aluno que frequenta o mesmo nível de ensino através de um percurso de ensino formal. Esta é a opinião da maioria dos adultos que afirmam que o que os alunos que frequentam o ensino formal irão adquirir competências na escola que os adultos adquirem e aprenderam ao longo de toda a vida, nos mais variados contextos. Outra opinião, que vai ao encontro da primeira, prende-se com o facto das competências adquiridas pelos alunos em contexto formal ou pelos adultos pela experiência da vida serem diferentes, mas válidas da mesma maneira, uma vez que a

forma de aprender e de ser certificado é diferente, ou seja, os alunos passam de ano através da obtenção de notas positivas em testes e os adultos obtêm o certificado após terem mostrado as competências que foram designadas como obrigatórias para o nível certificado através da exposição dos saberes adquiridos. Os adultos apelam, também, ao facto dos alunos aprenderem com aqueles que também já tinham aprendido com alguém e agora estão a ensiná-los e os adultos aprendem com a experiência da vida.

O sentido de justiça está evidente em todas as questões levantadas aos adultos quando se pergunta se o certificado obtido através do processo de reconhecimento de competências repõe, de alguma forma, justiça por tudo aquilo que viveram. Atingir por meios formais uma certificação dos seus saberes é encarado como uma forma de justiça para todas as pessoas que não puderam usufruir dos ensinamentos bebidos na escola no tempo normal para o fazer. Muitas das pessoas começaram uma vida de trabalho muito novas e nunca mais pensaram em voltar à escola. Formalmente, certificar as aprendizagens feitas fora dos bancos da escola, é uma nova oportunidade que os adultos têm para poder responder aos desafios do mundo atual e, já que nunca foram reconhecidas as aprendizagens feitas nos vários contextos de vida, que o sejam agora, quando é exigido o 9.º ano para poder candidatar-se a algum emprego ou a alguma formação e, por se ter feito justiça ao reconhecer-se que detém competências equivalentes ao 9.º ano, poder apresentar um certificado que comprova isso mesmo.

A idade e, conseqüentemente, a experiência de vida são, no entender dos adultos, um fator fundamental para um processo de reconhecimento de competências. Os adultos referem que os jovens deveriam aproveitar as oportunidades que têm para poder adquirir o maior número de competências e aprendizagens enquanto alunos. O processo de reconhecimento de competências é, tal como o nome indica, auferir e comprovar os conhecimentos que os adultos têm, por isso, quanto mais idade, mais oportunidades, situações e contextos de vida os

adultos têm para adquirir e consolidar as competências e, por fim, adaptá-las às necessidades e desafios de um mundo profissional em permanente mutação. Os adultos aceitam sem reservas que o ser humano tem capacidade para aprender durante toda e até ao final da vida. Os adultos reconhecem que o processo RVCC não é por si só um meio para capacitar as pessoas de novas competências, mas de certificar as competências que já detêm.

Em termos de capacidades para realizar o trabalho que é solicitado e aceitar as condições que são dadas ao adultos no realizar um processo de reconhecimento de competências, os adultos referem que as pessoas mais novas têm menos motivação para realizarem os trabalhos, talvez porque não têm as experiências de vida necessárias à validação, tornando-se, assim, mais difícil realizar o trabalho de balanço de competências que é imprescindível para este processo. Em contrapartida, são as pessoas mais novas que têm maior abertura para a realização dos trabalhos em suporte informático e para a compreensão de alguns cálculos matemáticos. É uma realidade que as pessoas mais velhas têm mais dificuldade em perceber porque é que foram obrigadas a voltar à escola depois de uma vida passada em que a falta de escolaridade não foi um obstáculo para a sua permanência no mercado de trabalho. Os adultos mais novos referem que aprenderam muito com os mais velhos ao longo do processo, e isso é uma mais valia para eles. É importante referir que os adultos sentem, também, que a maior ou menor dificuldade está no empenho e vontade que cada um impõe à realização de todas as tarefas, considerando que todas as pessoas são capazes, precisando, apenas, de tempos diferentes para concretizar as tarefas solicitadas.

Em termos pessoais, as principais alterações sentidas por parte dos adultos prendem-se com a capacidade de dar mais valor a si próprio e a situações que antes não tinham valor. Outra alteração foi a percepção de que têm muitas competências, que sabem muitas coisas, e que nem tinham a noção que as sabiam. Estes adultos mostram, também, mais confiança em si para responder a desafios e darem resposta a situações novas com que se vão deparando no

dia a dia. Para muitos, o alcançar de um objetivo de vida foi a alteração mais significativa. Em termos sociais, a valorização do trabalho e do empenho incutido no processo por parte dos pares são um fator positivo na vida dos adultos. É sentido que os outros reconhecem em si capacidades de concretizar objetivos, de enfrentar dificuldades e de dar resposta positiva aos desafios. Por outro lado, os adultos sentem que têm mais facilidade em socializar, em estar em grupo, de dar opiniões acerca de assuntos diferenciados e percebem que estas opiniões são levadas em conta pelos pares. Mesmo no que diz respeito à melhoria das condições de empregabilidade que a certificação de competências é suposto oferecer, esta amostra parece confirmar a sua efetividade: cinco dos adultos encontraram uma ocupação profissional após terem sido certificados e um deles enveredou por um curso EFA de equivalência ao nível secundário, o qual só podia frequentar quando tivesse a certificação do 9.º ano.

A necessidade de frequentar mais formação, quer na sua área profissional, que em áreas onde pretendem investir mais, tal como línguas e informática, foi manifestada por parte dos adultos. Esta necessidade e interesse foi demonstrado pela procura de informação acerca de formações levadas a cabo pelos adultos e pela frequência de formações já depois de terem concluído a certificação. A intenção de continuar a estudar e concluir o 12.º ano foi manifestamente declarada pelos adultos, uma vez que referem que fazer o processo despertou o gosto por aprender. Um dos adultos já se encontra numa resposta formativa para conclusão do ensino secundário, mas há os que querem terminar o 12.º ano apenas. Um dos entrevistados pretende seguir para o ensino superior, mas, no entanto há outros que pretendem frequentar formações apenas para se capacitarem melhor para responderem aos desafios profissionais que possam vir a ter.

Em termos formativos são notórias as alterações nos hábitos de leitura dos adultos, uma vez que estes referem ler mais e temas mais diversificados, conseguindo compreender melhor as notícias e os textos que lêem. A conversação também ganhou outra dinâmica na

vida dos adultos, uma vez que sentem que adquiriram novo vocabulário e conseguem mais facilmente fazer com que os outros os entendam. A matemática foi uma área de competência que trouxe aos adultos a explicação de alguns cálculos que utilizavam já no seu dia a dia, mas que não percebiam como se faziam. A utilização do computador foi, sem dúvida, a competência que mais desenvolveram ao ter frequentado este processo. O uso de programas como o *word*, o *excel* e a percepção das vantagens do uso da *internet* foi uma mais valia para os adultos uma vez que alguns até conseguiram encontrar anúncios de emprego ou encontrar emprego através da *internet*. Muitos dos adultos possuem conta de e-mail e têm já participação nas redes sociais, como é o caso do *Facebook*. Construir o *Curriculum Vitae* e saber como elaborar uma carta para resposta a um anúncio de emprego foram ferramentas adquiridas no processo e são reconhecidas pelos adultos como essenciais na procura ativa de emprego.

Passar por um processo de reconhecimento de competências teve influência na esfera familiar dos adultos, mas uns de forma mais positiva do que outros. Os adultos sentiram que o apoio dos familiares diretos (filhos, marido/esposa) foi importante, nomeadamente, na ajuda que prestaram na realização dos trabalhos em computador. É interessante realçar, também, que, de acordo com os entrevistados, os filhos incentivaram os pais na continuação e conclusão do processo, pois esta foi a forma que encontraram de os ajudarem a valorizarem-se, visto estarem bastante fragilizados por se encontrarem numa situação de desemprego. Um dos adultos destacou a importância que teve poder servir de exemplo para as filhas, incentivando-as, também, a trabalharem e a lutarem pelos objetivos, assim como o adulto estava a fazer naquele momento. No entanto, há também influência negativa quando a família é o primeiro obstáculo na realização dos trabalhos e na conclusão do processo, uma vez que desvalorizaram o processo e, principalmente, as capacidades do adulto. Com a obtenção da certificação, a reação da família foi, também, na maior parte das situações, positiva,

valorizando muito as capacidades dos adultos e o trabalho que foi feito ao longo do processo.

Os adultos referem não terem vivenciado muitas situações em que se tenham sentido discriminados por terem obtido um certificado através de um processo de reconhecimento de competências. No entanto, referem que já sentiram que os adultos que obtêm o certificado por esta via são muitas vezes postos em causa pelos meios de comunicação social, uma vez que é por estes passada uma mensagem muito negativa sobre o processo e sobre o facilitismo que envolve o processo. No entanto, os adultos referem que, quando confrontados com alguma situação deste género, sentem que não podem ser alvo de críticas infundadas, apenas porque aproveitaram uma iniciativa governamental que lhes estava a dar a possibilidade de obterem um certificado de equivalência ao 9.º ano. Há, ainda, adultos que relatam situações em que o seu certificado é posto em causa quando fazem a procura ativa de emprego. Os adultos defendem que o certificado pode ser apenas um papel, mas é um papel que significa a sua vida, a sua história e que repõe justiça social para aqueles para quem a justiça não foi uma constante ao longo da vida.

A medida que determina que os adultos que se apresentam em situação de desemprego e não tenham a escolaridade obrigatória sejam obrigados a inscreverem-se e a frequentarem as ofertas de um Centro Novas Oportunidades é entendida pelos adultos entrevistados como uma medida positiva. No entanto, consideram que esta ação devesse ser tomada de livre consciência por parte dos interessados mas, se estiver em causa uma forma de colocar os adultos a viver e a adaptar-se à realidade do presente, esta medida é entendida como benéfica para os adultos e para a sociedade, que ganha com pessoas mais capacitadas para responder aos desafios constantes da vida, sem ficarem presas ao passado.

Nas notas finais das entrevistas é possível verificar que os adultos sentem que o extinção da Iniciativa Novas Oportunidades é algo negativo, uma vez que isso significa o fim do acesso à formação por parte dos adultos que assim o desejem. É notória a satisfação que os

adultos sentem por terem conseguido terminar os seus processos de reconhecimento de competências, afirmando que desta forma foi feita justiça a milhares de adultos que contribuíram durante toda a sua vida para a sociedade e que nunca tiveram qualquer reconhecimento por isso. Ver certificadas as aprendizagens feitas ao longo da vida é demonstrar que têm capacidades e competências para enfrentarem os desafios da vida.

Os entrevistados lembram aos governantes que os adultos são a fonte de riqueza do nosso país e que, apesar de haver muitos indivíduos que não manifestam interesse em aprender, muitos os há que continuam a desejar desenvolver as suas capacidades e aprender novas competências.

As observações feitas permitem concluir que a qualificação obtida pelos adultos desempregados no nível básico, através de um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, teve impacto ao nível pessoal e na vida profissional, formativa e social dos adultos certificados, bem como teve impacto nas aprendizagens decorrentes deste mesmo processo. Ressalta, no entanto, das entrevistas a imagem negativa que este programa teve na opinião pública (incluindo neles próprios) fundamentalmente pelo desconhecimento acerca das exigências de qualidade com que os processos individuais eram tratados e pelo desconhecimento de que o programa estava em linha com o que a União Europeia recomendava aos estados-membros sobre aprendizagem ao longo da vida, o que deu lugar a uma identificação deste programa com o governo que o criou, assumindo assim a avaliação que dele se fez fortes contornos político-ideológicos.

Bibliografia

- Alcoforado, Joaquim (2008) *Competências, Cidadania e Profissionalidade: limites e desafios para a construção de um modelo português de educação e formação de adultos*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- ANQEP – Agência Nacional Qualificação e o Ensino Profissional <http://www.anqep.gov.pt> [acedido em diversas datas]
- Costa, Tânia (2010) “Cidades educadoras, educação de adultos e competitividade dos territórios”. Universidade de Aveiro - Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas. <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/3462/1/2010001422.pdf> [Janeiro 2013]
- Canário, Rui (2004) “Formação e Adquiridos Experienciais: Entre a Pessoa e o Indivíduo”. In AAVV, *A Avaliação de Competências, Reconhecimento e Validação das Aprendizagens Adquiridas pela Experiência*. Lisboa: Atas do XVII Colóquio da ADMEE-Europa.
- Canário, Rui (2006) “Formação e Adquiridos Experienciais: Entre a Pessoa e o Indivíduo”. In G. FIGARI, G *et al.* (Orgs.) *Avaliação de competências e aprendizagens experienciais. Saberes, modelos e métodos*. Lisboa: Educa. <http://www.ie.ul.pt/pls/portal/docs/1/342446.PDF>
- Canário, Rui; Cabrito, Belmiro (2005) *Educação e formação de adultos: mutações e convergências*. Lisboa: Educa. http://www.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=fy0o6a74QLOQ&oi=fnd&pg=PA114&dq=Educa%C3%A7%C3%A3o+e+Forma%C3%A7%C3%A3o+de+Adultos.+Muta%C3%A7%C3%B5es+e+Converg%C3%Aancias&ots=SCBFOhNLOq&sig=zpzO82nOYIFoOOTJrf3k9g_L4yO&redir

[esc=y#v=onepage&q=Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20Adultos.%20Muta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Converg%C3%AAs&f=false.](#)

Canário, Rui *et al.* (2012) “Iniciativa Novas Oportunidades - Genealogia de uma política de educação de adultos” in *VII Congresso Português de Sociologia*. Porto 19-22 junho 2012.

Carneiro, Roberto (2009) *Iniciativa Novas Oportunidades – primeiros estudos da avaliação externa*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Carneiro, Roberto (2010) *Avaliação Externa da Iniciativa Novas Oportunidades, Ruptura e Inovação: Diagnóstico*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.

Carneiro, Roberto (2012) *Going LLL – Viver aprendendo, aprender vivendo*. Lisboa.

Cerqueira, Maria de Fátima; Martins, Alcina (2011) “A consolidação da Educação e Formação Profissional na Escola Secundária nos últimos 50 anos em Portugal” *Revista Lusófona de Educação*. nº 17 http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-72502011000100009&script=sci_arttext [23 março de 2013]

Comissão Europeia (2000) *Memorando sobre aprendizagem ao longo da vida*. Bruxelas. www.eu.int/comm/education/III/life/memo.pdf [23 de novembro de 2011]

Comissão Europeia (2001). “Tornar o espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida uma realidade” <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0678:FIN:PT:PDF> [21 de Agosto de 2010]

Delors, Jacques *et al.* (1996) *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: ASA. http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf

Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP); Ministério do trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) (2005) *Uma avaliação da Criação e Destruição de*

Emprego em Portugal na Década 2000-2010. Coleção Cogitum n.º 16. Lisboa: GGEEP

Fernández, Florentino (2005) “Modelos atuais de educação de pessoas adultas” in Canário, Rui; Cabrito, Belmiro (eds) (2005) *Educação e formação de adultos: mutações e convergências* (73-95). Lisboa: Educa.

Gomes, Maria do Carmo (2006) *Referencial de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos – Nível Secundário*. Lisboa: Direcção-Geral de Formação Vocacional.

Gomes, Maria do Carmo (2006) *Referencial de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos – Nível Secundário: Guia de Operacionalização*. Lisboa: Direcção-Geral de Formação Vocacional.

Gomes, M. C.; Simões, Francisca (eds.) (2007) *Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, IP

Gonçalves, Mário J. R. (2008) *Combater a Desistência de Adultos nos Centros de Novas Oportunidades*. Instituto de Educação e Formação do Sorraia. Tese de Mestrado em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa
http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/795/1/16969_TRABALHO_MESTRADO_FINAL%255B1%255D.pdf

Governo de Portugal (2012) <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-educacao-e-ciencia/mantenha-se-atualizado/20120518-mec-novas-oportunidades.aspx>
[julho de 2013]

Guerra, Isabel *et al.* (eds.) (2010) *À tona de água 2. Retratos de um Portugal em mudança*. Lisboa: Tinta da China Edições.

INE (2002) *Censos 2001: resultados definitivos: XIV recenseamento geral da população*. Lisboa: I.N.E.
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=133411&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

- INE (2011) Censos 2011 – Estudos provisórios. Lisboa:INE.
- INE (2012) Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal. Lisboa: INE.
- INE (2012) *46% das pessoas dos 18 aos 69 anos participaram em algum tipo de educação ou formação* – 2011
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=133548707&DESTAQUEStema=55445&DESTAQUESmodo=2
- INE (2013) Estatísticas do Emprego 2º trimestre de 2013
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=151971819&DESTAQUEStema=55574&DESTAQUESmodo=2
- Josso, Marie-Christine (1999) “História de vida e projeto: a história de vida como projeto e as "histórias de vida" a serviço de projetos”. *Educação e pesquisa*, 25(2): 11-23.
- Lima, Francisco (2012) *Os Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e o Desempenho no Mercado de Trabalho*. Lisboa: Instituto Superior Técnico – Centro de Estudos de Gestão.
- Lima, Licínio C. et al. (eds.) (1999) *Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos. Estudo para a construção de um modelo institucional*. Braga: Universidade do Minho.
- Melo, Alberto (2005) “Formação de adultos e desenvolvimento local” in Canário, Rui; Cabrito, Belmiro (eds) (2005) *Educação e formação de adultos: mutações e convergências*. Lisboa: Educa, 98-113.
- Melo, Alberto; Lima, Licínio; Almeida, Mariana (2002). *Novas políticas de educação e formação de adultos: o contexto internacional e a situação portuguesa*. Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.
- Oliveira, Raquel (2004) “O reconhecimento e a validação de competências no alargamento da participação dos adultos em iniciativas de educação e formação”. In AAVV, *A Avaliação de Competências, Reconhecimento e Validação das Aprendizagens Adquiridas pela Experiência*. Lisboa: Actas do XVII Colóquio da ADMEE-Europa.
- Pinto, Susana (2011). *Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Um estudo sobre a avaliação de competências no contexto de um Centro Novas*

Oportunidades. Universidade do Minho
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/12497/1/Susana%20Cristina%20da%20Silva%20Pinto.pdf> [16 de Janeiro de 2013]

- Pires, Ana Luísa (2002) *Educação e formação ao longo da vida: análise crítica dos sistemas e dispositivos de reconhecimento e validação de aprendizagens e de competências*. Tese de doutoramento em Ciências da Educação. Universidade Nova de Lisboa.
http://www.socialgest.pt/dlds/EFATESE_FORMACAO-AO-LONGO-DA-VIDA.pdf.
- Pires, Ana Luísa (2005) *Educação e Formação ao Longo da Vida: Análise Crítica dos Sistemas e Dispositivos de Reconhecimento e Validação de Aprendizagens e Competências*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Lisboa: MCES.
- Silva, José M. (coord.) (2012) *Iniciativa novas oportunidades: teoria e práticas*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria; Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional.
- Simões, António (2007) “Nota de abertura” *Revista Portuguesa de Pedagogia* 41(3): 5-9.
- Valente, Ana C. et al. (eds.) (2007) *Educação, Inovação e Desenvolvimento – Textos da Conferência Internacional Espaços de Educação. Tempos de Formação*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vieira, Maria (2011) *A iniciativa Novas Oportunidades: uma oportunidade inclusiva*. Lisboa.
http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7158/1/ulfpie042827_tm.pdf [16 de Agosto de 2013]
- Vilelas, José (2009) *Investigação – O Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Yourcenar, M. (2005) *História da Educação do Negro e outras Histórias*. Brasília: Coleção Educação para Todos.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Despacho conjunto n.º 804/2002 - DR 249 Série II

Despacho n.º 29856/2007 – DR 249, Série II de 27 de Dezembro de 2007

Despacho n.º 17658/2010 – DR 229 Série II de 25 de novembro de 2010

Portaria n.º 1082-A/2001 – DR 206 Série I de 5 de Setembro

Portaria n.º 106/2002 de 1 Fevereiro

Portaria n.º 86/2007 - DR Série I de 12 de Janeiro

Portaria n.º 135-A/2013 – DR 62 Série I de 28 de março

ANEXOS

GUIÃO DE ENTREVISTA

Idade:

Data da Certificação:

Sexo: F M

Desempregado: mais de 12 meses menos de 12 meses

Situação profissional atual:

MOTIVAÇÃO E DISPONIBILIDADE DO ADULTO

- Como tomou conhecimento do CNO?
- Conhecia o trabalho que é desenvolvido nos CNO?
- Razão/ões que o/a levou a inscrever-se no CNO para iniciar um processo de reconhecimento de competências?
- Quais eram as suas expetativas face ao processo de reconhecimento de competências?
- Quais as razões para aumentar a escolaridade para o nível básico?
- Quanto tempo investiu ao longo do processo de reconhecimento de competências desde a entrada em processo até à certificação?

MUDANÇAS PESSOAIS/FAMILIARES/SOCIAIS

- O que se alterou na sua forma de ser com a obtenção de um certificado?
- Sente-se mais confiante quando toma decisões?
- Sentiu dificuldades em aprender durante o processo?
- Considera que é mais capaz de desenvolver novas atividades no seu dia a dia com a obtenção da certificação?
- Qual foi o papel da sua família durante a realização do processo?
- Quando obteve a certificação, qual a reação da família?

- Considera que a sua certificação foi justa tendo em conta as competências que detinha e o que foi solicitado tendo sido feita justiça por não ter reconhecidas antes as aprendizagens que fez ao longo da sua vida?
- No seu meio mais próximo, sentiu alterações após a sua certificação?
- Sentiu alterações no meio envolvente?
- Sentiu reconhecimento por parte das pessoas que o/a rodeiam?
- Sente que as pessoas que o rodeiam valorizam o esforço que fez?
- Sente que tem mais facilidade em sociabilizar?
- Sente que as pessoas que o rodeiam se interessam mais pelas suas opiniões?
- Sentiu-se discriminado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?

MUDANÇAS FORMATIVAS

- Ganhou/aprofundou hábitos de leitura? Escreve textos mais regularmente (cartas, emails, recados)?
- Sente que as pessoas com quem conversa a/o entendem com mais facilidade?
- Utiliza com mais frequência a matemática no seu dia a dia? Se sim, dê alguns exemplos.
- Aprendeu/aprofundou a utilização do computador?
- Quantas vezes utiliza o computador no seu dia a dia e para que tarefas?
- Costuma ler folhetos de divulgação de formação?
- Sente interesse em alguma proposta de formação que tenha encontrado?
- Já frequentou alguma ação de formação desde que concluiu a certificação?
- Imagina-se a estudar mais uma vez? Gostava de continuar a estudar? Pensa concluir o 12.º ano?

MUDANÇAS PROFISSIONAIS

- Sentiu-se discriminado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?
- Na procura de emprego, sentiu diferenças por ter obtido o certificado?
- Sentiu que a certificação obtida lhe trouxe ferramentas úteis na procura ativa de emprego?
- Conseguiu emprego desde que concluiu a certificação?
- Sente-se capaz de desempenhar tarefas diferentes num novo posto de trabalho, assumir novas responsabilidades?

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CERTIFICAÇÃO

- Na sua opinião, reconhece que um adulto que obtém a certificação através de um processo de reconhecimento de competências possui competências equiparáveis às de um aluno que frequenta o mesmo nível de ensino através de um percurso de educação formal do mesmo nível?

- É de opinião que a idade e a experiência de vida são importantes para a certificação de competências, ou seja, quanto mais idade mais experiências se tem e mais competências se adquirem?
- Considera que quanto mais velho for o adulto, mais complicado é realizar o que lhe é solicitado e aceitar as condições que lhe são dadas?
- Considera que a lei que determina que os adultos que se apresentam em situação de desemprego e não tenham a escolaridade obrigatória sejam obrigados a inscreverem-se e a frequentarem as ofertas de um Centro Novas Oportunidades?

Pergunta de finalização: Gostaria de acrescentar alguma coisa?

ENTREVISTA 1

Idade: 40

Sexo: F M

Data da Certificação: 26 outubro 2011

Desempregado: mais de 12 meses menos de 12 meses

Situação profissional atual: Empregada geriatria Santa Casa da Misericórdia

Motivação e Disponibilidade do adulto

- Como tomou conhecimento do CNO?

Já conhecia a existência do CNO há algum tempo, mas foi quando fiquei desempregada que no Centro de Emprego me indicaram este CNO para me poder inscrever porque era o que ficava mais próximo da minha residência.

- Conhecia o trabalho que é desenvolvido nos CNO?

Confesso que antes de iniciar o processo no CNO não tinha muitas ideias de como funcionava um CNO. Aquilo que se ouvia falar era muito diferente de pessoa para pessoa por isso não tinha uma ideia muito clara. Ainda tentei pesquisar coisas na internet, mas a informação era ainda muito confusa. Apenas consegui perceber que num CNO davam a equivalência ao 9. Ano e ao 12.º. Com a entrevista que fiz no início e com as explicações que foram dadas foi mais fácil perceber o que se fazia. Era um sítio onde iria mostrar o que eu sei e que aprendi ao longo da minha vida para depois conseguirem fazer uma correspondência com o que é preciso para ficar com a equivalência ao nono ano, no meu caso. No início foi muito complicado pois não tinha a mínima ideia de como era possível isso. Depois, com o tempo, fui percebendo que o CNO não dá apenas equivalências. Também é possível ter acesso a formações e fazer outras coisas para ficar com o 9. Ano nomeadamente um curso EFA. Aí, o CNO iria enviar-me para um sítio em que houvesse um curso que fosse de uma área que me interessasse e iria fazer lá as aulas.

- Razão/ões que o/a levou a inscrever-se no CNO para iniciar um processo de reconhecimento de competências?

Fiquei desempregada há mais de 12 meses e, quando fiz a minha inscrição no Centro de Emprego, avisaram-me que tinha que me inscrever num CNO para frequentar formações. Como o CNO que frequentei era o mais próximo da minha casa, inscrevi-me.

- Quais eram as suas expectativas face ao processo de reconhecimento de competências?

No início estava muito contrariada porque a situação de desemprego já é muito complicada e ainda por

cima me obrigavam a ir para a escola para não perder os meus direitos ao subsídio de desemprego. Achava difícil, e achava que isto não ia valer de nada. No início pensava que ia aprender muitas coisas de informática e português. Pensava que ia ter aulas e professores, fazer testes e que podia chumbar. As expectativas em relação ao que ia fazer eram muito baixas. Como em tudo na vida, quando fazemos as coisas contrariadas e sem lhe dar valor, achamos que não vale a pena.

- Quais as razões para aumentar a escolaridade para o nível básico?

Eu achava que não era preciso ter mais escolaridade, pensava que a que tinha iria chegar para manter o meu trabalho e a minha vida até à minha reforma. No entanto isso não aconteceu porque a fábrica onde eu trabalhei durante muitos anos fechou sem pensar no que iria ser dos empregados. Vi-me forçada a obter mais qualificação porque é esta a indicação dos nossos governantes. Após ter concluído o 9º ano e ter ficado com um certificado vejo que posso candidatar-me a mais empregos e a mais formações, sim, porque ganhei o gosto por aprender e não quero parar por aqui.

- Quanto tempo investiu ao longo do processo de reconhecimento de competências desde a entrada em processo até à certificação?

Fiz a minha inscrição em Maio e terminei o processo em Outubro de 2011. Tinha sessões 3 vezes por semana, e cada sessão durava 2 ou 3 horas, ou às vezes, mais. Demorei bastante a fazer o trabalho porque o trabalho era muito, as horas passadas a fazer os trabalhos eram muitas, e havia coisas que eu não sabia bem como fazer, principalmente os trabalhos que eram feitos no computador. Foram muitas horas em frente ao computador e aos papéis, sem dar muita atenção a outras coisas na minha vida porque o que eu queria era mesmo terminar o processo e alcançar a certificação.

Mudanças Pessoais/Familiares/Sociais

- O que se alterou na sua forma de ser com a obtenção de um certificado?

Não se alterou muito, só acho que descobri que as coisas que eu sei têm valor e que eu sei fazer coisas que até desconhecia.

- Sente-se mais confiante quando toma decisões?

Sim. Com o terminar o processo vi que eu era capaz de tomar decisões mais ponderadas e realistas, coisa que não dava conta que tinha que fazer. Como vi que tinha muitas competências que nem sabia que existiam e eram importantes, isso fez com que eu achasse que era capaz de tomar decisões e ter mais confiança em mim.

- Sentiu dificuldades em aprender durante o processo?

Sim, senti, mas acho que é normal. Quem deixou a escola há muito tempo e não desenvolve a cabeça com outro tipo de atividades, parece que deixa morrer o cérebro. Há coisas que sabemos fazer já, mas como não praticamos, esquecemos. é o caso de ler, de fazer contas e outras coisas.

- Considera que é mais capaz de desenvolver novas atividades no seu dia a dia com a obtenção da certificação?

Algumas, outras continuo a fazer tudo na mesma. O que mudou mais foi a questão do computador.

- Qual foi o papel da sua família durante a realização do processo?

As minhas filhas apoiaram-me muito porque apesar de serem pequenas ainda, já sabem trabalhar no computador melhor do que eu e ensinaram-me algumas coisas. Era importante estar a fazer os trabalhos do CNO e elas irem para o pé de mim fazer os trabalhos de casa delas. Parecia que eu, com o meu trabalho, estava a dar-lhe mais um exemplo. O meu marido também me ajudou porque me ajudava nas tarefas que podia para eu poder estar a fazer os trabalhos.

- Quando obteve a certificação, qual a reação da família?

Gostaram porque elas deram-me muita força e apoiaram-me.

- Considera que a sua certificação foi justa tendo em conta as competências que detinha e o que foi solicitado tendo sido feita justiça por não ter reconhecidas antes as aprendizagens que fez ao longo da sua vida?

Eu acho que este processo é muito justo para aqueles que já passaram por muitas coisas. Tenho 40 anos mas já passei por muitas coisas e como o processo diz, estamos sempre a aprender, com as coisas boas, com as coisas más, mas todos os dias aprendemos, por isso acho que esta certificação é uma maneira de fazer justiça com aquelas pessoas que em muito novas começaram uma vida de trabalho e nunca mais pararam. Eu comecei a trabalhar com 11 anos a tomar conta de uma criança. Éramos 2 crianças... e a partir daqui sempre trabalhei... Acho que não aprendemos as coisas só nos bancos da escola. Aprendemos com os nossos pais, aprendemos por viver com os outros, aprendemos em todos os momentos da vida. Acho que para este tipo de pessoas a certificação é justa. Vi que havia pessoas a frequentar este processo com muito pouca idade, vinte e poucos anos, e acho que essas pessoas não deveriam estar aqui. Deviam estar a estudar, a aprender aquilo que têm direito de aprender na escola, pois hoje em dia não há necessidade dos miúdos passarem por aquilo que nós passámos. Acho que a minha certificação é mais que justa.

- No seu meio mais próximo, sentiu alterações após a sua certificação?

Não. A família ficou contente porque eu fui fazendo trabalhos e ia pedindo a sua ajuda e eles viram a

minha evolução. Mas não houve nenhuma alteração muito importante nas pessoas que me são mais próximas.

- Sentiu alterações no meio envolvente?

Após a certificação penso que não houve muitas mudanças, mas enquanto andava a frequentar o processo na escola, como tínhamos sessões durante o tempo das aulas dos alunos, achei que eles olhavam para nós como se fossemos uns “atrasadinhos”. Ouvíamos alguns comentários pouco agradáveis, mas à medida que íamos avançando nas sessões víamos que já não eram tão duros connosco. Não me sentia muito bem quando era alvo desses comentários, mas de qualquer forma aprendi uma nova lição: felizmente os meus filhos não vão ter que passar por situações iguais às que eu passei porque agora eu compreendi o grande erro que fiz ao deixar de estudar e agora incentivo-os ainda mais a estudarem para poderem ter um futuro melhor que o meu.

- Sentiu reconhecimento por parte das pessoas que o/a rodeiam?

Não senti muitas diferenças. Apenas quando ia ao Centro de Emprego. Depois de apresentar o certificado do 9.º ano já podia ter acesso a outras oportunidades de trabalho porque já podia inscrever-me para os trabalhos que pediam o mínimo do 9.º ano. As pessoas no Centro de Emprego pareciam que nos tratavam de forma diferente e acredito que era porque tinha metido mãos à obra e não tinha ficado à espera de braços cruzados que um trabalho me caísse nas mãos.

- Sente que as pessoas que o rodeiam valorizam o esforço que fez?

Acho que sim. Há colegas minhas que não passaram por isto que me diziam que achavam que eu tinha muita coragem porque elas não conseguiam fazer o que eu estava a fazer. Acho que isso é sinal que os que me rodeiam dão algum valor àquilo que eu fiz. Mas também sei que há pessoas que acham que tudo isto é um disparate e não vale nada.

- Sente que tem mais facilidade em sociabilizar?

Sim. Estar em grupo enquanto fazemos o processo dá-nos uma ideia que somos capazes de conversar, de ter assuntos diferentes de conversa, de rir, de chorar, de ter opiniões e discuti-las. Acho que sim.

- Sente que as pessoas que o rodeiam se interessam mais pelas suas opiniões?

Algumas sim, outras continuam a ter a mesma atitude, mas eu sinto que, pelo menos, tenho o direito de me fazer ouvir e de dar as minhas opiniões.

- Sentiu-se discriminado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?

Ainda não senti nenhum tipo de discriminação. Oiço as notícias na televisão que, em muitas boas, dá uma ideia totalmente errada do processo e das pessoas e técnicos que fazem este processo. Não me revejo naquela imagem e só aí me senti marginalizada porque apesar de ser uma iniciativa do governo, apenas porque se muda as cores políticas, fazem com que as coisas boas pareçam que sejam muito más e as pessoas são vítimas do mal dizer sem terem culpa e sem haver razão.

Mudanças Formativas

- Ganhou/aprofundou hábitos de leitura? Escreve textos mais regularmente (cartas, emails, recados)?

Antes, eu só tinha por hábito ler as chamadas revistas cor-de-rosa e alguns títulos do jornal da região. Com o processo vi que me faltava muito a leitura para muitas coisas, para escrever sem erros, para ter mais palavras para usar, para conseguir conversar com os outros sobre os assuntos que estavam a dar que falar nesses dias. É importante ler. E como tivemos que ler, fazer resumos, compreender as ideias dos textos e perceber o que nos era pedido, comecei a ler mais revistas, mais jornais e até fui buscar livros das miúdas para começar a ler.

- Sente que as pessoas com quem conversa a/o entendem com mais facilidade?

Talvez. Pelo menos não tenho tanta vergonha de falar e conversar sobre alguns assuntos, coisa que não fazia com muita facilidade antes.

- Utiliza com mais frequência a matemática no seu dia a dia? Se sim, dê alguns exemplos.

Uso a matemática muitas vezes no meu dia a dia. Quando vou às compras, quando faço pequenas peças de roupa para as minhas filhas, quando as ajudo a fazer os trabalhos de casa, quando já vejo o que o meu carro consome e faço a média, quando cozinho e faço as proporções dos ingredientes, entre outras coisas.

- Aprendeu/aprofundou a utilização do computador?

Aprendi. Não sabia nem sequer ligar o computador. As minhas filhas pediam muitas vezes, mas eu nunca tive interesse em aprender para depois lhes poder ensinar. Com as sessões de informática que tivemos e, depois, uma formação de 50h que fiz, aprendi a trabalhar minimamente com o computador.

- Quantas vezes utiliza o computador no seu dia a dia e para que tarefas?

Usei muito para fazer os trabalhos que eram pedidos no processo para construir o meu portefólio. Agora, já tenho o meu facebook, vou ao mail, faço algumas pesquisas de receitas e outras coisas e leio algumas notícias. Quando não sei alguma coisa e quero saber rapidamente, vou à internet.

- Costuma ler folhetos de divulgação de formação?

A nossa técnica de diagnóstico mostra-nos muitas vezes folhetos de formações que existem na nossa região para vermos se queremos fazer algumas.

- Sente interesse em alguma proposta de formação que tenha encontrado?

Já me inscrevi em algumas e já frequentei algumas.

- Já frequentou alguma ação de formação desde que concluiu a certificação?

Já fiz 2 formações de 50h de informática para aprofundar um bocadinho melhor, já fiz uma de Linguagem e comunicação e quero continuar a fazer formações.

- Imagina-se a estudar mais uma vez? Gostava de continuar a estudar? Pensa concluir o 12.º ano?

Acho que despertei novamente o meu gosto por aprender coisas novas. Sinto, gostava de continuar a ter formações de informática porque gostava de aprender mais coisas no computador. Também gostava de formações na minha área que é auxiliar de geriatria. Talvez, se ainda for possível, gosta de frequentar um Curso EFA (Educação e Formação de Adultos) nesta área ou então de crianças.

- Considera que a sua certificação foi justa tendo em conta as competências que detinha e o que foi solicitado tendo sido feita justiça por não ter reconhecidas antes as aprendizagens que fez ao longo da sua vida?

Esta forma de fazer o 9º ano é muito justa. Há muitas pessoas que na minha geração tiveram que abandonar a escola muito cedo para irem trabalhar. Aprenderam as coisas da forma mais difícil com a experiência do trabalho, com a exigência e com a dureza de ter que cumprir o seu dever nos locais de trabalho por onde passaram. Aprenderam com mestres ou com outras pessoas, mas aprenderam. Não aprenderam umas coisas? Aprenderam outras... Porque não deveriam ser certificadas as coisas que aprenderam se o exame principal foi aquele que fizeram no dia a dia, todos os dias, a trabalhar?

Mudanças Profissionais

- Sentiu-se discriminado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?

Não me senti discriminado, porque agora posso ter possibilidade de me inscrever e ser chamada para outros empregos que exigem o nono ano.

- Na procura de emprego, sentiu diferenças por ter obtido o certificado?

Apenas apresentei o meu novo certificado em algumas empresas para onde o Centro de Emprego me enviava. Quando vou às entrevistas sinto mais confiança em mim. Acho muita piada quando vi algumas das pessoas que me entrevistaram com o meu currículo na mão. O currículo que aprendia a

fazer e que fiz porque realizei este processo. Como aprendi também a fazer uma carta de apresentação e uma carta de resposta a anúncio já as envio corretamente. O certificado é bom porque posso dizer que tenho o 9.º ano, mas o mais importante é tudo aquilo que aprendi a fazer. Já vou à internet procurar informações e ver os anúncios de emprego, já falo com os meus filhos e alguns amigos pela internet, criei o meu mail e agora posso receber e enviar emails, aprendi algumas regras de como escrever bem, ganhei o gosto pela leitura pois aprendi que não temos que ler por ler, temos que começar por aqueles livros que nos dizem alguma coisa, pois assim é mais fácil compreender e gostar de outro tipo de livros.

- Sentiu que a certificação obtida lhe trouxe ferramentas úteis na procura ativa de emprego?

Sim. Com coisas simples como por exemplo, o Curriculum Vitae e a Carta de Apresentação, foi possível enviar a minha candidatura para alguns locais. Com o uso da internet também foi possível pesquisar alguns empregos e fazer a resposta. Aliás, foi por causa de uma destas candidaturas que consegui o meu trabalho.

- Conseguiu emprego desde que concluiu a certificação?

Consegui como auxiliar de geriatria na Santa Casa da Misericórdia da minha terra.

- Sente-se capaz de desempenhar tarefas diferentes num novo posto de trabalho, assumir novas responsabilidades?

Claro. Já sabia algumas coisas que fui aprendendo no meu trabalho anterior, mas as coisas estão sempre a evoluir e a forma de fazer as coisas vai-se alterando. Mas estou sempre muito atenta e com vontade de aprender tudo aquilo que há para aprender.

Considerações sobre a Certificação

- Na sua opinião, reconhece que um adulto que obtém a certificação através de um processo de reconhecimento de competências possui competências equiparáveis às de um aluno que frequenta o mesmo nível de ensino através de um percurso de educação formal do mesmo nível?

Eu tenho umas competências que os alunos normais não têm, porque só as ganharão com a experiência da vida, eles têm outras competências que eu não tenho porque não tive a possibilidade de ter as aprendizagens nos bancos da escola como eles tiveram. Apesar de termos competências diferentes, são ambas muito válidas e valiosas.

- É de opinião que a idade e a experiência de vida são importantes para a certificação de competências, ou seja, quanto mais idade mais experiências se tem e mais competências se adquirem?

Sem dúvida. Este processo é para validar as competências adquiridas ao longo da vida, ou seja, um jovem de 18 anos não pode nem tem competências para mostrar. Na minha opinião, neste processo só deveriam entrar adultos com mais de 30 anos e com experiências comprovadas, tanto profissionalmente como pessoalmente e socialmente.

- Considera que quanto mais velho for o adulto, mais complicado é realizar o que lhe é solicitado e aceitar as condições que lhe são dadas?

É mais complicado porque já ouvimos dizer há muito tempo que “burro velho não toma ensino”, é mais difícil aprender coisas novas, mas depende muito da nossa vontade e da força que nós temos. No meu grupo tinha pessoas mais novas e outras mais velhas do que eu. Vi que as pessoas mais novas, em geral, tinham menos vontade em fazer os trabalhos e também tinham menos experiências de vida por isso foi mais difícil mostrar conhecimentos para ser validados. Os mais velhos tinham mais facilidade em mostrar as competências porque tinham mais tempo de vida, mais histórias para contar, mais vontade de aprender. O mais difícil era trabalhar com o computador, mas o esforço era muito e tinham muita força de vontade em aprender. Muitos não conseguiram acabar o processo ao mesmo tempo que eu, mas também não temos que acabar todos ao mesmo tempo, depende do que cada um fizer.

- Considera que a lei que determina que os adultos que se apresentam em situação de desemprego e não tenham a escolaridade obrigatória sejam obrigados a inscreverem-se e a frequentarem as ofertas de um Centro Novas Oportunidades?

Se puder tomar a minha experiência como exemplo, eu acho que deveria ser obrigatório para todos, não só aqueles que estão desempregados, mas para todos aqueles que têm pouca escolaridade ou que não tenham tido nenhuma formação ao longo de toda a vida de trabalho. Eu, no início, como vinha contrariada, o meu principal objetivo fazer a inscrição para não perder os meus direitos. Com o decorrer do processo, as ajudas que toda a equipa ia dando, as explicações de como tudo funcionava, fui ganhando gosto e percebi que, ao obter um certificado, era porque tinha demonstrado que tinha competências e ia ser uma coisa importante para quando fosse à procura de trabalho.

Pergunta de finalização: Gostaria de acrescentar alguma coisa?

Gostava de dizer que sinto muita pena por o nosso Governo querer acabar com a oportunidade dos adultos poderem frequentar a escola. Ouvimos muitas coisas sobre os adultos aprenderem que muitas vezes não correspondem à verdade. Eu gostei muito de frequentar este processo e sei que muita gente aprendeu muito e continua a aprender muito. Vemos que a nossa vida tem muito valor, independentemente se saímos da escola muito cedo e se começámos a trabalhar muito cedo. Agradeço a oportunidade que me foi dada para me sentir valorizado porque acredito que com esta certificação

fiquei mais rica tanto em termos pessoais como profissionais, pois sinto-me mais capaz de responder a outro tipo de desafios.

Data da entrevista: janeiro 2012 (reformulada em janeiro 2013)

ENTREVISTA 2

Idade: 56 anos

Sexo: F M

Data da Certificação: 26 outubro 2011

Desempregado: mais de 12 meses menos de 12 meses

Situação profissional atual: desempregada – A fazer um POC numa escola

Motivação e Disponibilidade do adulto

- Como tomou conhecimento do CNO?

Fiquei desempregada há algum tempo e, como é normal, tive que me inscrever no Centro de Emprego da minha área de residência. Era uma situação nova para mim e, outra coisa nova, foi ter sido chamada para uma reunião e todos os desempregados foram orientados para que se inscrevessem num CNO, também na sua área de residência. Foi aí que descobri o que é um CNO.

- Conhecia o trabalho que é desenvolvido nos CNO?

Não conhecia muita coisa quando me inscrevi. Aliás, só ouvia dizer mal das Novas Oportunidades na televisão e nos jornais. No início, fui completamente em branco. Não sabia o que ia fazer, nem o que era o CNO nem o RVCC.

- Razão/ões que o/a levou a inscrever-se no CNO para iniciar um processo de reconhecimento de competências?

Como disse, fui para o CNO porque fui mandada do Centro de Emprego. Não foi por vontade minha. O RVCC foi para onde me encaminharam quando fiz a minha entrevista com a técnica do CNO. Ela verificou o meu percurso escolar, profissional e o que tinha feito fora o tempo de trabalho. Nunca fui muito de estar parada. Gosto sempre de aprender coisas novas e fazer coisas novas e, penso que por isso, fui encaminhada para um processo RVCC para ver se conseguia mostrar as minhas competências e obter a certificação do 9º ano.

- Quais eram as suas expectativas face ao processo de reconhecimento de competências?

Inicialmente, não tinha expectativas muito reais nem muito positivas. Ouvia dizer a outras pessoas que achavam aquilo ridículo porque as pessoas faziam o 9º ano em três meses enquanto que os jovens estão tanto tempo nos bancos da escola para o fazerem. As notícias nos telejornais também não ajudaram porque a imagem que passava era muito negativa. Por isso, quando me vi numa situação de desemprego e obrigada a fazer alguma coisa na escola, não achei muita piada. Achava que me

deveriam era arranjar um emprego e não mandarem-me para a escola, ainda por cima para não aprender nada. Não ia com muita vontade e não estava muito otimista.

- Quais as razões para aumentar a escolaridade para o nível básico?

Eu achava que a escolaridade para uma pessoa de 56 anos como eu, não tinha nenhuma importância. Vivi a minha vida inteira apenas com o 7º ano que não concluí porque na altura não era normal e eu precisei de ir trabalhar para contribuir para as despesas da casa. O 9º ano não me fazia falta. Sempre tive emprego, nunca me perguntaram pelas minhas habilitações e nenhuma porta se tinha fechado apenas porque não tinha o 9º ano. Agora, em situação de desemprego, vi que, além da minha idade não ser um fator favorável, a falta do 9º ano também me impede de concorrer a empregos e a outras formações. Essa foi a principal razão que me levou a tirar o 9º ano, tentar arranjar um emprego, o que não é fácil nos dias de hoje, nem para nós, nem para os jovens.

- Quanto tempo investiu ao longo do processo de reconhecimento de competências desde a entrada em processo até à certificação?

Inscribi-me no início de 2011 e fui a júri quase no final do ano.

Mudanças Pessoais/Familiares/Sociais

- O que se alterou na sua forma de ser com a obtenção de um certificado?

Comecei a dar mais valor a mim própria e a ver que é bom saber sempre mais. Poder dizer que tenho um certificado que comprova que eu tenho capacidades e saberes equivalentes ao 9º ano deixa-me mais realizada.

- Sente-se mais confiante quando toma decisões?

A vida foi-me ensinando a ter muito cuidado com as decisões que se tomam. Esta foi mais uma experiência que me levou a pensar que as decisões têm que ser tomadas com muita cautela para que não tenham um efeito negativo para toda a nossa vida.

- Sentiu dificuldades em aprender durante o processo?

Senti, porque no início, não queria estar ali. Queria era trabalhar, usar o meu tempo e a minha energia no trabalho. Àquele trabalho que eu pensava que era meu até ao final do tempo de trabalho. Enganei-me. Fui despedida sem ninguém pensar que a minha idade já é um fator que impede de arranjar emprego. Mas com o tempo fui começando a ganhar gosto por estar outra vez na escola e percebi que, se calhar, até ia ser interessante aprender coisas novas. Tive dificuldade, principalmente na matemática.

- Considera que é mais capaz de desenvolver novas atividades no seu dia a dia com a obtenção da certificação?

Sim. Aprendi a utilizar melhor o computador, aprendi a ir à internet, aprendi a procurar emprego na internet. Comecei a ter mais atenção às notícias, à leitura de jornais e livros. Foi importante voltar a escrever e a fazer contas de uma maneira diferente daquela que fazemos no nosso dia a dia. Sinto-me mais capaz e com vontade de continuar a por em prática aquilo que aprendi e desenvolver mais aquilo que sabia mas nem sequer sabia que sabia.

- Qual foi o papel da sua família durante a realização do processo?

Foi importante, mas não decisivo no meu processo. O meu marido também se encontra em situação de desemprego e não me deu muito apoio no meu processo. Não queria saber disso para nada porque dizia que isso era uma parvoíce. Fiz tudo sozinha. Os meus filhos já estão crescidos e não vivem comigo por isso o apoio deles na realização dos trabalhos foi muito pouca. Mas eles incentivaram-me sempre. Viam o meu desespero porque não estava empregada e achavam que ir para a escola era uma forma de me motivar na procura de emprego e valorizar-me. Foi bom ter o apoio deles.

- Quando obteve a certificação, qual a reação da família?

Foi engraçada porque tanto o meu marido como os meus filhos estavam muito preocupados quando chegou a fase final. Pedi-lhes muita ajuda para a preparação da minha apresentação na sessão de júri e eles, quando viram o meu trabalho final não tinham ideia de tudo aquilo que se faz e se aprende durante um processo como o que eu fiz. Acharam que era muito interessante todos os trabalhos que desenvolvi e o meu Portefólio estava com muito boa apresentação. Nunca imaginaram que eu tinha sido capaz de pegar no computador e fazer tudo aquilo sozinha. Quando fui levantar o meu certificado e lhes mostrei, foi apenas a confirmação de que eu tinha conseguido ultrapassar mais uma batalha na minha vida pois eles sabem que não sou mulher de estar parada.

- Considera que a sua certificação foi justa tendo em conta as competências que detinha e o que foi solicitado tendo sido feita justiça por não ter reconhecidas antes as aprendizagens que fez ao longo da sua vida?

Não sei muito bem. Só sei que eu tenho valor e sei fazer coisas. Se calhar não sei aquilo que os jovens sabem e que aprendem na escola, mas sei outras que eles não sabem e que, se calhar, nunca vão aprender. Tivemos, eu e todos os adultos que passam por um processo destes, uma escola que foi a vida e isso, os miúdos vão demorar muito a aprender. Foi feita justiça porque não é justo que quem passou uma vida de trabalho não tenha oportunidade de ir para outro emprego só porque não tem o 9º ano. Os miúdos da escola de certeza que não sabem fazer as coisas que eu faço e que outros como eu fazem.

- No seu meio mais próximo, sentiu alterações após a sua certificação?

No meu grupo de RVCC foi muito evidente que todos nós olhávamos para o outro de uma forma diferente. Todos tínhamos uma ideia de que só íamos perder tempo e que era uma parvoíce obrigarem-nos agora, no fim de velhos, a ir para a escola. Só por aí, quando chegou a altura da certificação, todos demos os parabéns uns aos outros porque pensávamos todos que nunca iríamos conseguir ultrapassar essa fase.

- Sentiu alterações no meio envolvente?

Só quando ia ao Centro de Emprego fazer a apresentação quinzenal. Tenho a ideia que toda aquela gente olha para nós como se fôssemos uns coitadinhos, sem escolaridade e que ainda por cima não soubemos manter o emprego e agora estamos a viver à custa do Estado. É muito horrível ter essa sensação porque o estar desempregado já é muito mau. Pode ser só dos meus olhos, mas acho que depois de ter o 9º ano já olhavam para mim de maneira diferente (ou sou eu que estou um bocadinho mais confiante e mais otimista).

- Sentiu reconhecimento por parte das pessoas que o/a rodeiam?

Acho que sim. Da família, de alguns amigos, em alguns sítios que frequento.

- Sente que as pessoas que o rodeiam valorizam o esforço que fez?

As que viram algumas etapas do meu trabalho, acho que valorizam. Outros, se calhar, não, mas também porque não sabem o que é feito e falam muitas vezes sem saber nada.

- Sente que tem mais facilidade em sociabilizar?

Sempre gostei de participar em tudo aquilo que envolve as festas da aldeia, dos bailaricos, sempre fui uma mulher muito divertida e com a ideia de que sou muito sociável. Este estado em que nós estamos ultimamente, e os dois desempregados, fizeram com que a nossa maneira de ser se alterasse um bocadinho, mas nunca deixei de socializar, de sair e conviver com todas as pessoas, aliás, no meu grupo de RVCC era uma das pessoas com mais facilidade de comunicar e socializar.

- Sente que as pessoas que o rodeiam se interessam mais pelas suas opiniões?

Nunca reparei nisso. Mas eu acho que já consigo dizer mais facilmente aquilo que acho.

- Sentiu-se discriminado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?

Quando ia pedir emprego, sempre que dizia que tinha o 9º ano das Novas Oportunidades, parecia as

peessoas ficavam um bocado desconfiadas. Mas de resto, não.

Mudanças Formativas

- Ganhou/aprofundou hábitos de leitura? Escreve textos mais regularmente (cartas, emails, recados)?

Ganhei, pois. Comecei a ver de outra maneira as notícias dos jornais, a ouvir com mais pormenor as notícias da televisão. Acho que é importante ler muito para não dar tantos erros e para conseguir escrever e dizer mais coisas certas.

- Sente que as pessoas com quem conversa a/o entendem com mais facilidade?

Durante o processo, as várias formadoras corrigiam muito os nossos erros, tanto na conversa, como na escrita. Isso foi muito importante porque agora, quando falo, dou por mim a pensar em como devo dizer isto e aquilo, ou como se diz aquela palavra de forma certa. E acho que isso é muito importante para quem nos ouve, ou com quem nós conversamos, porque as pessoas entendem-nos melhor e não ficam a pensar que somos assim tão burras por dizer as frases com erros.

- Utiliza com mais frequência a matemática no seu dia a dia? Se sim, dê alguns exemplos.

Acho que sim. Para fazer algumas receitas já dou por mim a calcular as quantidades, ou a tentar perceber o que significa a escala de um mapa e quanto caminha tenho a percorrer, nas contas do dinheiro na gestão do nosso orçamento mensal, etc.

- Aprendeu/aprofundou a utilização do computador?

Confesso que usava mais o computador durante o processo do que agora, mas aprendi a escrever no word, a usar a internet, a coisa curiosa que é enviar um mail e a outra pessoa poder abrir logo no momento a seguir, mesmo a milhares de quilómetros de distância. Aprendia algumas coisas, mas deveria praticar mais.

- Quantas vezes utiliza o computador no seu dia a dia e para que tarefas?

Agora uso pouco, mas de vez em quando os meus filhos quase que me obrigam a ir ao mail ou a pesquisar um bocadinho na internet para não esquecer completamente do que aprendi.

- Costuma ler folhetos de divulgação de formação?

Sempre que vou fazer a apresentação à Junta de Freguesia tenho curiosidade de ir ver o que há lá nos placards de informação.

- Sente interesse em alguma proposta de formação que tenha encontrado?

Sim, mas às vezes são muito longe e eu não tenho transporte para poder ir. Mas gostava que houvesse

mais formações mais perto de minha casa para eu poder ir.

- Já frequentou alguma ação de formação desde que concluiu a certificação?

Já frequentei algumas de cozinha.

- Imagina-se a estudar mais uma vez? Gostava de continuar a estudar? Pensa concluir o 12.º ano?

Concluir o 12º acho que não. Mas gostava de poder fazer outras formações porque agora não queria parar.

Mudanças Profissionais

- Sentiu-se marginalizado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?

Não. Infelizmente, ainda não consegui arranjar um emprego que eu goste realmente. Não sei se ainda vou ser capaz porque a minha idade já não permite, mas acho que ninguém me aponta o dedo.

- Na procura de emprego, sentiu diferenças por ter obtido o certificado?

Sim. Por exemplo, estou a fazer um POC (Programa Ocupacional) numa escola porque já tinha o 9º ano, senão não podia fazer este POC.

- Sentiu que a certificação obtida lhe trouxe ferramentas úteis na procura ativa de emprego?

Aprendi a escrever melhor e a procurar alguns empregos na internet, mas nem isso permitiu arranjar emprego.

- Conseguiu emprego desde que concluiu a certificação?

Só um POC de algumas horas numa escola. Não é a mesma coisa do que se estivesse a trabalhar. Faço algumas horas de limpeza em casa de senhoras que me ajudam a completar o meu ordenado porque isto está muito mau.

- Sente-se capaz de desempenhar tarefas diferentes num novo posto de trabalho, assumir novas responsabilidades?

Claro. Nunca pensei vir a trabalhar numa escola pois sempre trabalhei numa fábrica e o serviço era muito diferente, por isso acho que me consigo adaptar a outras tarefas com facilidade.

Considerações sobre a Certificação

- Na sua opinião, reconhece que um adulto que obtém a certificação através de um processo de reconhecimento de competências possui competências equiparáveis às de um aluno que frequenta o

mesmo nível de ensino através de um percurso de educação formal do mesmo nível?

Mais ou menos. Acho que o aluno tem a oportunidade de aprender coisas na escola mas só nos livros. Não tem a oportunidade de por as mãos ao trabalho e aprender com os erros, com a prática, com os outros. Por isso acho que é por isso que se diz que vamos ficar com a equivalência ao 9º ano, porque estamos a tentar mostrar que aprendemos de maneira diferente, coisas diferentes, mas aprendemos muito e vamos mostrar que também somos dignos de ter um papel que diga que, apesar de não termos estado sentados 9 anos no banco da escola, aprendemos na dureza da vida ao longo de muitos mais anos.

- É de opinião que a idade e a experiência de vida são importantes para a certificação de competências, ou seja, quanto mais idade mais experiências se tem e mais competências se adquirem?

Sim, com os anos vêm as aprendizagens. Mais e variadas. Todos os dias vivemos coisas novas e fazemos aprendizagens novas. Por isso, a idade é uma coisa importante porque traz mais experiências de vida.

- Considera que quanto mais velho for o adulto, mais complicado é realizar o que lhe é solicitado e aceitar as condições que lhe são dadas?

Mais velho e depende muito da vida das pessoas. O RVCC é para quem tem já alguma idade. Se for novo, pode ter facilidade em usar o computador, por exemplo, mas terá muitas dificuldades em mostrar o que aprendeu ao longo da vida porque não têm muitos anos de experiência, por exemplo, não tiveram empregos em que tenham aprendido, ou não tiveram uma vida muito ativa na comunidade, etc, e é mais difícil demonstrar as competências necessárias para ficar com o 9º ano. Quem tem mais idade é mais fácil demonstrar as aprendizagens, mas depois é mais difícil o uso do computador, a fazer cálculos na matemática, etc.

- Considera que a lei que determina que os adultos que se apresentam em situação de desemprego e não tenham a escolaridade obrigatória sejam obrigados a inscreverem-se e a frequentarem as ofertas de um Centro Novas Oportunidades?

Sim. Mas não percebo o que querem fazer agora. Dizem que as Novas Oportunidades vão acabar e não sei porquê. Mais uma vez se pode ver que os senhores governantes não se preocupam nada com os mais desfavorecidos. Nós, adultos, que tanto já demos à sociedade através dos nossos impostos e do nosso trabalho, não valemos nada aos seus olhos. Mandam e desmandam mas não se preocupam em saber a realidade em que os portugueses desempregados e com alguma idade vivem. É triste porque agora gostava de continuar a aprender e assim não sei se vou ter oportunidade para isso. Mandaram-nos para aqui, deram-nos o gosto por aprender novamente e, agora, vão tirar-nos outra vez a oportunidade de aprender.

Pergunta de finalização: Gostaria de acrescentar alguma coisa?

Não.

Data da Entrevista: fevereiro 2013

ENTREVISTA 3

Idade: 21 anos

Sexo: F M

Data da Certificação: 26 de outubro 2011

Desempregado: mais de 12 meses menos de 12 meses

Situação profissional atual: Empregada – Auxiliar educativa

Motivação e Disponibilidade do adulto

- Como tomou conhecimento do CNO?

Fiquei desempregada e inscrevi-me no Centro de Emprego. Como não tinha direito a subsídio de desemprego, elas aconselharam-me a inscrever-me num CNO para conseguir tirar o 9º ano para poder ter mais opções de emprego e de formação.

- Conhecia o trabalho que é desenvolvido nos CNO?

Mais ou menos. Já tinha ouvido algumas pessoas (família e conhecidos) a comentarem o que faziam no CNO, mas mesmo o que faziam, não sabia. Só quando procurei informações no CNO e fiz a minha inscrição é que fiquei a perceber melhor o que isto era e como se fazia.

- Razão/ões que o/a levou a inscrever-se no CNO para iniciar um processo de reconhecimento de competências?

Como já referi, fui orientada para me inscrever pelo Centro de emprego no CNO, mas confesso que já sentia vontade de me inscrever para tirar o 9º ano. O processo de reconhecimento de competências foi-me proposto pela técnica de diagnóstico e encaminhamento que me fez a entrevista referiu que este processo era a melhor solução para mim pois faltavam-me só 2 disciplinas para terminar o 9º ano e não era justo passar por um curso inteiro e que deveria apostar nele para fazer o secundário dessa forma.

- Quais eram as suas expectativas face ao processo de reconhecimento de competências?

Eram poucas porque não sabia o que ia fazer. Tinha muito na minha cabeça a ideia da escola normal, não sabia o que iria fazer neste processo.

- Quais as razões para aumentar a escolaridade para o nível básico?

Como eu desisti da escola a faltar-me muito pouco para terminar o 9º ano, achei que esta era uma oportunidade muito boa para o acabar. Como sou bastante nova achei que foi um erro ter desistido da

escola sem terminar, pelo menos, o 9º ano. Agora quando fiquei desempregada, não ter o 9º ano foi um fator contra eu conseguir arranjar trabalho. Também não sei se ainda irei conseguir avançar nos meus estudos porque eu gostava de continuar ligada à área das crianças e preciso de ter formações nessa área porque há muito a aprender nesta área.

- Quanto tempo investiu ao longo do processo de reconhecimento de competências desde a entrada em processo até à certificação?

Bastante. Não foram só as sessões a que tínhamos que ir, mas todo o trabalho que foi feito levou muito tempo e dedicação. Fazer os exercícios, escrever o meu pra, estudar aqueles assuntos que eu não dominava nas sessões, etc. Mas o facto de estar desempregada ajudou nesse ponto, porque pude dedicar-me o mais que conseguia nesse projeto que eu tinha.

Mudanças Pessoais/Familiars/Sociais

- O que se alterou na sua forma de ser com a obtenção de um certificado?

Ganhei mais confiança em mim pois foi mais uma prova de que eu sou capaz de terminar os desafios a que me ponho. Também ganhei novas competências e aprendi várias coisas tanto escolares como com a experiência de vida contada e testemunhada pelos meus colegas de grupo.

- Sente-se mais confiante quando toma decisões?

Talvez. Sempre fui muito segura de mim. As decisões que tomei ao longo da vida foram apenas pela minha cabeça. Não tive muito apoio dos meus pais na minha vida e acabei por ter que tomar as decisões só por mim. Isso é uma vantagem que eu tenho, na minha opinião.

- Sentiu dificuldades em aprender durante o processo?

Penso que não. É claro que há sempre coisas que são mais difíceis de entender ou de explicar, mas eu pus na minha cabeça que iria vencer essas dificuldades e consegui.

- Considera que é mais capaz de desenvolver novas atividades no seu dia a dia com a obtenção da certificação?

Sim. Aprendi a fazer um currículo, a fazer uma carta de apresentação e outras coisas que me são úteis agora, principalmente quando tenho que me candidatar a algum emprego.

- Qual foi o papel da sua família durante a realização do processo?

Foi pouco. Os meus pais têm já alguma idade e os meus irmãos são mais velhos do que eu e não entenderam muito bem porque é que eu fui para a escola em vez de arranjar trabalho. Acho que ainda são da velha guarda em que o importante era trabalhar apenas e a escola não valia de muito.

- Quando obteve a certificação, qual a reação da família?

Estranha. Eles não perceberam como é que em 6 meses eu fiquei com o 9º ano. Foi difícil explicar-lhes e eles não fizeram grande esforço para me perceberem.

- Considera que a sua certificação foi justa tendo em conta as competências que detinha e o que foi solicitado tendo sido feita justiça por não ter reconhecidas antes as aprendizagens que fez ao longo da sua vida?

Considero que foi justa porque eu, apesar de ser tão nova e de não ter estudado mais, comecei a trabalhar assim que pude, ainda criança, ia ajudar os meus pais nas terras e a cuidar de algumas coisas em casa, depois, quando já podia, fui trabalhar para um lar de idosos onde fazia de tudo um pouco. Infelizmente fui dispensada porque esse lar fechou. Aprendi com a prática muitas coisas e juntei-lhe aquilo que aprendi na escola e por isso acho que é justo o meu certificado. Sim, foi feita justiça porque a escola deu-me muito pouco, talvez por minha culpa, na altura devida... agora tive oportunidade de ser certificada a algumas competências e, com isso, ficar com o 9º ano, mas eu sei que tenho competências para isso. Se calhar foi um erro ter deixado a escola, mas agora a vida deu-me uma oportunidade de eu voltar atrás e recomeçar perto do ponto onde parei.

- No seu meio mais próximo, sentiu alterações após a sua certificação?

O meu grupo de amigos ficou muito contente porque a maior parte deles continuou a estudar quando eu parei. Agora ficam orgulhosos de mim porque eu fui à luta também e acabei por voltar à escola. Eles apoiaram-me muito.

- Sentiu alterações no meio envolvente?

Poucas.

- Sentiu reconhecimento por parte das pessoas que o/a rodeiam?

Agora, neste trabalho, sim. Já incentivei algumas colegas a fazerem o que eu fiz, tanto para ter o 9º ano como o 12º ano. As pessoas acham que faço bem em pensar no meu futuro e aproveitar as oportunidades que conseguir para chegar mais além.

- Sente que as pessoas que o rodeiam valorizam o esforço que fez?

Sim, principalmente os meus amigos.

- Sente que tem mais facilidade em sociabilizar?

Sempre fui muito faladora, gosto de estar com os meus amigos, de conversar sobre vários temas, de sair e visitar coisas, museus, monumentos, ir a exposições e fazer este processo não veio alterar muito

isso.

- Sente que as pessoas que o rodeiam se interessam mais pelas suas opiniões?

Acho que é igual a antes. Acho que tenho sorte em ter um grupo de amigos que me compreendem e me aceitam como eu sou e me ajudam a melhorar sempre.

- Sentiu-se discriminado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?

Nunca senti, mas acho que tenho tido muita sorte porque oiço muita gente a dizer que as pessoas não acreditam naquele certificado e que foi tudo dado e não merecemos porque uns andam 9 anos na escola e nós em poucos meses temos o 9º ano. É preciso que estas pessoas procurem informar-se sobre o que é o processo e o que é feito e pense naquilo que está a dizer ou a pensar. Eu vi muitos colegas meus na escola que passavam à custa das cábulas que faziam, daqueles que passavam de ano porque tinham planos e apoios e tudo e mais alguma coisa que obrigavam os professores a passá-los mesmo quando eles tinham imensas negativas... Se calhar isso também não é justo. Há coisas boas e más em todas as maneiras e, por isso, devemos ser capazes de distinguir as coisas.

Mudanças Formativas

- Ganhou/aprofundou hábitos de leitura? Escreve textos mais regularmente (cartas, emails, recados)?

Agora na minha atividade profissional é giro ver que gosto de ler os livrinhos de histórias para as crianças, de escrever recados para os pais, fazer pequenos apontamentos nos registos diários que cada criança tem, etc, Se calhar, se não tivesse feito este processo não dava importância ao ler. Também gosto mais e tenho mais atenção a ler jornais e tentar perceber aquilo que querem dizer as notícias e ir pesquisar quando não sei o que querem dizer algumas coisas.

- Sente que as pessoas com quem conversa a/o entendem com mais facilidade?

Acho que não é o entenderem-me, mas acho que já tenho capacidades de falar sobre outros assuntos e temas que antes, se calhar, não falava.

- Utiliza com mais frequência a matemática no seu dia a dia? Se sim, dê alguns exemplos.

Agora, quando é para ajudar as crianças nos trabalhos de casa eu acho que consigo ajudá-los melhor... houve coisas que aprendi ou lembrei no processo que me ajudaram agora a conseguir ajudar as crianças. É claro que a matemática está presente em todas as coisas do nosso dia a dia, como o nosso formador insistia em dizer e em tentar-nos fazer entender como e porquê.

- Aprendeu/aprofundou a utilização do computador?

Já sabia algumas coisas. Mas houve muitas coisas que aprendi no processo. Usar o Excel, fazer tabelas, mas principalmente ir à net, usar um bocadinho as redes sociais (facebook), usar o mail e saber tirar partido disso, como é o caso de enviar o nosso curriculum para empresas e aguardar respostas.

- Quantas vezes utiliza o computador no seu dia a dia e para que tarefas?

Muitas vezes. Uso o facebook quase todos os dias para saber as novidades dos meus amigos e para conversar online com alguns deles e uso o mail para enviar coisas para colegas ou para outros sítios. Uso também para escrever algumas coisas como receitas, resumos de viagens que faço, etc.

- Costuma ler folhetos de divulgação de formação?

Sim, agora quando leio os jornais regionais faço questão de ver as formações que estão a ser divulgadas para ver se alguma me interessa e se posso fazer algumas delas. Também tenho curiosidade em ver todos os folhetos de formações

- Sente interesse em alguma proposta de formação que tenha encontrado?

Sim, por formações de informática, de línguas, de cuidados com crianças, etc...

- Já frequentou alguma ação de formação desde que concluiu a certificação?

Já. Já fiz o Word e o Excel, já fiz a iniciação de inglês e estou inscrita em mais.

- Imagina-se a estudar mais uma vez? Gostava de continuar a estudar? Pensa concluir o 12.º ano?

Agora ganhei essa vontade. Vi que ainda tenho muito a aprender e tenho capacidades para continuar a estudar. Gostava de acabar o secundário num curso.

Mudanças Profissionais

- Sentiu-se discriminado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?

Não. Nunca senti. Sempre respondi às pessoas que punham o certificado em causa que deveriam informar-se primeiro de como era o processo para depois poderem falar sobre ele.

- Na procura de emprego, sentiu diferenças por ter obtido o certificado?

Sim. Agora todos os empregos pedem o 9º ano. Já há tão poucos e se não tivesse o 9º ano não podia concorrer. E isso é uma grande diferença.

- Sentiu que a certificação obtida lhe trouxe ferramentas úteis na procura ativa de emprego?

Sim. Construí o meu *Curriculum Vitae* em modelo europeu e fiz uma carta de resposta a anúncio. Isso permitiu fazer os documentos em condições para enviar para onde eu queria arranjar emprego. Também descobri novas formas de pesquisar ofertas de emprego na internet.

- Conseguiu emprego desde que concluiu a certificação?

Não sei se foi por isso, mas ter o 9º ano deixou-me concorrer para o trabalho onde estou. Pediam pessoas com o mínimo do 9º ano. E eu candidatei-me porque já o podia fazer porque já tinha o 9º ano.

- Sente-se capaz de desempenhar tarefas diferentes num novo posto de trabalho, assumir novas responsabilidades?

Não por ter o certificado, mas porque ter o 9º ano me fez ver que eu era capaz de fazer e de aprender muitas coisas.

Considerações sobre a Certificação

- Na sua opinião, reconhece que um adulto que obtém a certificação através de um processo de reconhecimento de competências possui competências equiparáveis às de um aluno que frequenta o mesmo nível de ensino através de um percurso de educação formal do mesmo nível?

São competências diferentes, mas as duas formas válidas da mesma maneira. Eles, na escola normal, certificam as capacidades através dos testes e das notas que têm no final do ano. E nós, pelo processo RVCC somos certificados pelas competências que adquirimos por todas as formas: na escola, no trabalho, na vida. A verdade é que se perguntarmos aos alunos da escola se conseguem saber tudo aquilo que aprenderam ao longo dos 9 anos da escola eles não sabem uma grande, grande parte. Assim como nós que ficamos com o certificado pelo RVCC não sabemos muitas, muitas coisas. Mas sabemos outras.

- É de opinião que a idade e a experiência de vida são importantes para a certificação de competências, ou seja, quanto mais idade mais experiências se tem e mais competências se adquirem?

Sem dúvida. Acho que as pessoas mais velhas têm maior experiência de vida porque viveram mais anos e viveram mais coisas diferentes e aprenderam com tudo isso. Eu sei que sou muito nova, e que o processo RVCC não deveria ser a opção que devia ter tomado mas, quando foi feito o diagnóstico, a técnica achou que este era o percurso melhor porque me faltava muito pouco para ter terminado a escola normalmente. E aconselhou-me a fazer o RVCC e depois fazer o 12º ano por um curso EFA à minha escolha para ficar com mais competências e melhor preparada porque quem faz um processo de 9º ano não deve fazer o processo RVCC para o secundário.

- Considera que quanto mais velho for o adulto, mais complicado é realizar o que lhe é solicitado e

aceitar as condições que lhe são dadas?

Acho que as pessoas mais velhas têm dificuldade em perceber porque é que têm que voltar à escola depois de terem passado a vida em trabalhos duros e durante muitos anos. Acho que isso é a parte mais complicada para eles. Confesso que também tinha alguma pena de algumas pessoas para quem o computador era muito difícil, mas era giro porque eu pude aprender muitas coisas com eles (eu era a mais nova do grupo) e pude, também, ensinar-lhes alguma coisa ou explicar-lhe como se faziam algumas coisas, principalmente no computador.

- Considera que a lei que determina que os adultos que se apresentam em situação de desemprego e não tenham a escolaridade obrigatória sejam obrigados a inscreverem-se e a frequentarem as ofertas de um Centro Novas Oportunidades?

Acho muito bem essa obrigação. Há muita gente que não sabe ler nem escrever ou não sabe muitas coisas. Porque não aproveitar o tempo em que, infelizmente, estão desempregadas para aprenderem mais alguma coisa? Pelo menos aproveitam o tempo para se prepararem melhor para um novo trabalho. E a verdade é que o desemprego pode ser muito prejudicial porque estamos muito tempo sem ter nada que ocupe o tempo e se investirmos esse tempo a aprender é muito bom porque eu acredito que vamos conseguir aprender até morrermos.

Pergunta de finalização: Gostaria de acrescentar alguma coisa?

Gostava só de dizer que muitas vezes acaba-se por estragar coisas que só fazem bem às pessoas por causa da política. As notícias dizem que este nosso governo vai acabar com as Novas Oportunidades porque é muito caro e porque as pessoas não arranjam emprego por terem um certificado mas esquecem-se das pessoas (e acredito que sejam muitas) aprenderam coisas novas, partilharam experiências e abriram a sua mente para um presente muito difícil e em que têm que ir à luta para sobreviverem.

Data de entrevista: Fevereiro 2013

ENTREVISTA 4

Idade: 50

Sexo: F M

Data da Certificação: 26 de outubro 2011

Desempregado: mais de 12 meses menos de 12 meses

Situação profissional atual: Desempregado – A frequentar um curso EFA de Eletricista de instalações

Motivação e Disponibilidade do adulto

- Como tomou conhecimento do CNO?

Estava desempregado e no Centro de Emprego mandaram-me para aqui.

- Conhecia o trabalho que é desenvolvido nos CNO?

Não. Ouvia coisas sobre isso na televisão mas não conhecia nada.

- Razão/ões que o/a levou a inscrever-se no CNO para iniciar um processo de reconhecimento de competências?

Estava desempregado há muito tempo porque a tive que fechar a minha atividade de comerciante de eletrodomésticos porque as coisas não estavam a correr bem. Com a crise e com as grandes superfícies que abriram levaram o pequeno comerciante a não ser capaz de sobreviver. Como no Centro de Emprego me disseram que era obrigatório estar inscrito num CNO para fazer formações, inscrevi-me.

- Quais eram as suas expectativas face ao processo de reconhecimento de competências?

Eu não conhecia nada do que ia fazer. Já tinha a ideia que as pessoas contavam as suas experiências de vida, tinham algumas aulas e faziam um dossier que depois iam a uma sessão especial e eram certificadas. As expectativas não eram muitas porque só sabia as coisas muito por alto.

- Quais as razões para aumentar a escolaridade para o nível básico?

Aproveitar estar desempregado e terminar o 9º ano. Tinha o 6º ano apenas porque a família era pobre e tive que ir trabalhar para conseguir ajudar de alguma maneira os meus pais e os meus irmãos. E, como estou desempregado, achei que devia fazer mais qualquer coisa porque com a minha idade e da maneira que as coisas estão, se as coisas não estão fáceis para os jovens, quanto mais para os mais velhos que tiveram a infelicidade de ficar desempregados. Acho que ter o 9º ano é bom para procurar emprego.

- Quanto tempo investiu ao longo do processo de reconhecimento de competências desde a entrada em processo até à certificação?

Muito. Não sabia quase nada de computadores e tive que dedicar muito tempo às aquelas teclas todas do computador. Por acaso gostei e senti que os trabalhos que fazia eram interessantes e levavam-me a recordar muitas coisas de matemática e de português porque há muito tempo que não me sentava nos bancos da escola.

Mudanças Pessoais/Familiares/Sociais

- O que se alterou na sua forma de ser com a obtenção de um certificado?

Passei a poder inscrever-me para outros empregos. Infelizmente não consegui arranjar nenhum, mas também porque aceitei o desafio de fazer o secundário através de um curso EFA de Eletricista de instalações que estou a fazer no quartel. Assim, fico com o secundário mas também fico com uma certificação na minha área. E como tinha tempo, infelizmente, abracei este novo desafio.

- Sente-se mais confiante quando toma decisões?

Já tinha essa confiança nas minhas decisões porque quem tem uma casa aberta ao público tem que tomar muitas decisões. Ter que a fechar foi talvez a mais difícil, mas também aquela mais pensada.

- Sentiu dificuldades em aprender durante o processo?

Não, pelo contrário, gostei muito de aprender aquelas coisas todas que aprendi. Havia muita coisa que era só recordar, mas havia outras que eu tive que perceber como se faziam porque eu sabia fazer, mas não da maneira certa ou então fazia porque era assim, sem saber porquê.

- Considera que é mais capaz de desenvolver novas atividades no seu dia a dia com a obtenção da certificação?

Acho que sim. Pelo menos vejo-me a fazer coisas e a pensar em coisas que, se calhar, não fazia antes de ter passado pelo processo, como por exemplo, fazer listas de compras, alguns cálculos de matemática, etc.

- Qual foi o papel da sua família durante a realização do processo?

Foi muito importante. A minha filha incentivou-me muito a fazer o processo e a aproveitar todas as oportunidades que existissem e para não desperdiçar nada de formação para onde me encaminhassem. E assim fiz.

- Quando obteve a certificação, qual a reação da família?

É claro que ficaram muito contentes pois foi um objetivo de longa data concretizado.

- Considera que a sua certificação foi justa tendo em conta as competências que detinha e o que foi solicitado tendo sido feita justiça por não ter reconhecidas antes as aprendizagens que fez ao longo da sua vida?

Tenho a certeza que sim. Tanto a minha como a de milhares de pessoas que toda a vida trabalharam e viveram ligadas à sociedade, dando tudo de si à profissão e aos outros e que nunca foram reconhecidos por nada. Ao fim ao cabo, este certificado vem demonstrar que as pessoas lá por não terem andado muitos anos nos bancos da escola, aprenderam com as amarguras e o trabalho árduo da vida. Isso é trazer justiça às pessoas.

- No seu meio mais próximo, sentiu alterações após a sua certificação?

Só por parte da família mais próxima. Na minha opinião, há muita gente que não vê este processo com bons olhos e dizem que estão a dar certificados a quem não merece só porque lá andamos alguns meses e ficamos com o 9º ano. Mas quem me acompanhou um pouco ao longo destes meses viu o empenho e o que é preciso fazer e saber-se para ser certificado.

- Sentiu alterações no meio envolvente?

Só alterações pessoais. As pessoas estão cada vez mais egoístas e desvalorizam tudo aquilo que de bom os outros fazem. Quando fechei a minha loja as pessoas faziam aquele ar de pena e eu sempre lhes dizia que iria dar a volta à situação e acho que as pessoas não acreditavam nisso. E infelizmente, quem fica desempregado parece que fica logo com um rótulo na testa perante algumas pessoas. Nós não tivemos a culpa de ficar desempregado e tentarmos agora fazer alguma coisa mais pelo nosso futuro. Se nos dão a oportunidade de estudar e aprender mais coisas, porque não aproveitar essas mesmas oportunidades?

- Sentiu reconhecimento por parte das pessoas que o/a rodeiam?

Só pela minha família e por alguns amigos mais próximos.

- Sente que as pessoas que o rodeiam valorizam o esforço que fez?

Sim, reconhecem, uns mais do que outros, mas sim, reconhecem que trabalhei bastante para chegar ao fim do processo. Não é fácil agora com 50 anos ir com o caderno debaixo do braço para a escola e cruzarmo-nos nos corredores com os alunos dessa escola que se perguntam, de certeza, o que é que estes velhos estão a fazer aqui agora?

- Sente que tem mais facilidade em sociabilizar?

Sempre fui muito dinâmico e sempre gostei muito de trocar ideias com colegas para melhorar as

coisas, por exemplo, na associação onde já fui presidente. Por isso acho que o processo, neste sentido, não mudou muita coisa.

- Sente que as pessoas que o rodeiam se interessam mais pelas suas opiniões?

Depende das situações. Como sempre fui uma pessoa que nunca gostei de enganar ou errar nas opiniões que as pessoas me pediam, por exemplo, na minha loja, penso que as pessoas têm o mesmo interesse pelas minhas opiniões.

- Sentiu-se marginalizado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?

Nunca me senti marginalizado em lugar nenhum e nem em situação nenhuma. No entanto, já fui confrontado muitas vezes com o valor que o meu certificado tinha.

Mudanças Formativas

- Ganhou/aprofundou hábitos de leitura? Escreve textos mais regularmente (cartas, emails, recados)?

Já tinha por hábito ler muito. Gosto de ler os jornais diários, algumas revistas sobre caça e automóveis, coisas de que gosto muito. Também lia alguns livros.

- Sente que as pessoas com quem conversa a/o entendem com mais facilidade?

Sim, aprendi a ver um bocadinho melhor alguns erros de português que eu dava e a falar corretamente algumas expressões e maneiras de dizer as coisas e a perceber outras.

- Utiliza com mais frequência a matemática no seu dia a dia? Se sim, dê alguns exemplos.

Acho que quem teve uma loja, como eu tive, a matemática está presente em todos os segundos do dia, a fazer contas, IVA, descontos, a conferir encomendas e faturas, enfim, em todas as coisas. A matemática foi o que achei mais simples durante o processo.

- Aprendeu/aprofundou a utilização do computador?

No computador, eu sabia fazer muito pouco. Trabalhava só com aqueles programas específicos da loja. Com o processo aprendi bastante no *Word*, no *Excel* e na Internet. Agora já tenho um *facebook* e uso o *gmail* com muita regularidade.

- Quantas vezes utiliza o computador no seu dia a dia e para que tarefas?

Como estou a frequentar um curso de eletricidade de instalações, uso a internet todos os dias para pesquisar coisas para o curso e uso muito o *word* para fazer alguns trabalhos que são pedidos.

- Costuma ler folhetos de divulgação de formação?

Todos aqueles que encontro, se bem que agora menos porque já estou a frequentar a formação que eu queria e deixei um bocadinho de lado as outras que podia, eventualmente, fazer.

- Sente interesse em alguma proposta de formação que tenha encontrado?

Senti. Enquanto estava a fazer o processo foi-me proposto fazer uma formação de 50h de Excel e outra de inglês e eu fiz.

- Já frequentou alguma ação de formação desde que concluiu a certificação?

Desde que concluí só fiz o curso EFA de eletricista de instalações.

- Imagina-se a estudar mais uma vez? Gostava de continuar a estudar? Pensa concluir o 12.º ano?

É isso mesmo que já estou a fazer. Este curso é completamente diferente do processo RVCC. Aqui temos módulos, é de muito mais tempo e ficamos a saber a parte teórica mas também muito de prática. Estou realizado e só espero conseguir chegar ao fim do curso e ficar com o 12º ano feito com o meu próprio esforço.

Mudanças Profissionais

- Sentiu-se discriminado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?

Nunca me senti discriminado mas confesso que também tive poucas situações em que isso poderia ter acontecido porque iniciei o meu curso muito pouco tempo depois de ter acabado o RVCC. Mas no Centro de Emprego nunca senti qualquer discriminação por isso.

- Na procura de emprego, sentiu diferenças por ter obtido o certificado?

Não, também porque não tive muitas oportunidades para que isso acontecesse.

- Sentiu que a certificação obtida lhe trouxe ferramentas úteis na procura ativa de emprego?

Ferramentas, sim. O uso mais regular da internet foi uma mais valia assim como a construção de documentos como o Curriculum Vitae e uma carta de apresentação e resposta a um anúncio de emprego foi importante. Ficamos com bases para podermos responder a uma oferta de trabalho ou para a procurar.

- Conseguiu emprego desde que concluiu a certificação?

Não porque optei por fazer um curso que me dá a equivalência ao 12º ano de 3 anos.

- Sente-se capaz de desempenhar tarefas diferentes num novo posto de trabalho, assumir novas responsabilidades?

Tenho a certeza que sim. Ainda mais porque agora estou a aprender coisas mais específicas da minha área profissional. O 9º ano foi uma porta que me abriu muitas portas e me trouxe reconhecimento.

Considerações sobre a Certificação

- Na sua opinião, reconhece que um adulto que obtém a certificação através de um processo de reconhecimento de competências possui competências equiparáveis às de um aluno que frequenta o mesmo nível de ensino através de um percurso de educação formal do mesmo nível?

São duas coisas que não deviam ser comparadas porque são muito diferentes. Nós, no processo RVCC vamos tentando demonstrar que temos algumas competências básicas que permitem ser certificadas com o 9º ano. Na escola aprendem com os ensinamentos, nós aprendemos com as dificuldades da vida. Não são as mesmas coisas que se aprendem, mas na minha opinião, são as duas muito válidas e carregadas de justiça.

- É de opinião que a idade e a experiência de vida são importantes para a certificação de competências, ou seja, quanto mais idade mais experiências se tem e mais competências se adquirem?

Sem dúvida. Não percebo porque é que há miúdos com vinte e poucos anos que não aproveitaram a oportunidade de andar na escola e fazer a sua escolaridade normal. Só Deus sabe as dificuldades que nós podemos ter na vida. Acho que nós tivemos que sair da escola obrigados pelas circunstâncias da vida. Os jovens de hoje têm todas as possibilidades de estudar que quiserem. É só querer, e alguns não estão para isso. Depois, mais tarde, irão arrependem-se. Mas continuo a achar que quanto mais idade se tem mais experiências se têm. E é claro que mais simples devia ser o processo porque estamos a certificar as competências que temos.

- Considera que quanto mais velho for o adulto, mais complicado é realizar o que lhe é solicitado e aceitar as condições que lhe são dadas?

Por um lado sim, por outro não. Se estivermos a falar de pessoas que saíram há muito da escola e não percebem porque é que agora têm que voltar à escola e não estão para aí virados e resistem a tudo o que lhes é proposto, acho que é muito mais difícil à medida que avançamos na idade. Se for uma pessoa que goste de aprender e de aproveitar as oportunidades, acho que irá fazer tudo o que lhes é pedido com a maior abertura e boa vontade.

- Considera que a lei que determina que os adultos que se apresentam em situação de desemprego e não tenham a escolaridade obrigatória sejam obrigados a inscreverem-se e a frequentarem as ofertas de um Centro Novas Oportunidades?

Sim. Esta lei veio permitir que as pessoas não fiquem presas ao passado. Irão ter a oportunidade de ter novos conhecimentos, conhecer novas pessoas e, quem sabe, encontrar com isso alguma orientação para o seu futuro. Por outro lado, acho que deveriam ser as próprias pessoas a ter esse interesse. Mas pode ser que assim, uns pelos outros, as pessoas vejam que todos os dias temos capacidade para aprender e não interessa a idade. Interessa a vontade.

Pergunta de finalização: Gostaria de acrescentar alguma coisa?

Gostava de pedir, se isso for possível, que os nossos governantes não cortem as pernas a milhares de portugueses que querem ter a oportunidade de aprender fechando os CNOs e dizendo que os adultos não beneficiam em nada com estas coisas porque beneficiam e muito. E em algumas situações é feita justiça por uma vida de trabalho dura e não reconhecida.

Data da entrevista: Fevereiro 2013

ENTREVISTA (entrevistado 5)

Idade: 48 anos

Sexo: F M

Data da Certificação: 23 dezembro 2011

Desempregado: mais de 12 meses menos de 12 meses

Situação profissional atual: Desempregada

Motivação e Disponibilidade do adulto

- Como tomou conhecimento do CNO?

Fui obrigada a vir pelo Centro de Emprego.

- Conhecia o trabalho que é desenvolvido nos CNO?

Não.

- Razão/ões que o/a levou a inscrever-se no CNO para iniciar um processo de reconhecimento de competências?

Foi só porque se não me inscrevesse me cortavam o subsídio de desemprego.

- Quais eram as suas expectativas face ao processo de reconhecimento de competências?

Achava que isto era tudo uma brincadeira. Como é que se conseguia fazer o 9º ano a ir à escola só algumas vezes?

- Quais as razões para aumentar a escolaridade para o nível básico?

Só porque fui obrigada a fazer alguma coisa e me encaminharam para este processo.

- Quanto tempo investiu ao longo do processo de reconhecimento de competências desde a entrada em processo até à certificação?

Apenas o necessário. Queria era acabar aquilo rápido para não me chatearem mais no Centro de Emprego.

Mudanças Pessoais/Familiares/Sociais

- O que se alterou na sua forma de ser com a obtenção de um certificado?

Nada.

- Sente-se mais confiante quando toma decisões?

Não. É a mesma coisa. As coisas estão difíceis para tomar decisões. Decidem tudo por nós. A crise, o Centro de Emprego, a Segurança Social, todos acham que eles é que tomam as decisões na nossa vida.

- Sentiu dificuldades em aprender durante o processo?

Claro. Não sabia mexer no computador, não tinha computador em casa nem ninguém que me ajudasse... Os outros tinham os filhos em casa que os ajudavam e eu não.

- Considera que é mais capaz de desenvolver novas atividades no seu dia a dia com a obtenção da certificação?

Não. Ninguém me vem passar a roupa a ferro ou limpar a casa ou tratar dos animais e da terra, por isso, continuo a fazer o que sempre fiz. Isto não me veio trazer nada de novo.

- Qual foi o papel da sua família durante a realização do processo?

Pouca ajuda. De vez em quando ainda pedia à minha filha para me ajudar e ela ajudava, mas estava sempre a ralhar comigo e a dizer que eu era uma burra e eu largava aquilo. Havia uma amiga que me ajudava a fazer algumas coisas e elas nos CNO também me ajudavam muito. Valeu isso, senão tinha desistido.

- Quando obteve a certificação, qual a reação da família?

De desprezo. A minha filha disse que eu só tinha o certificado porque ela me fazia os trabalhos e o meu marido só me respondeu que tinha andado lá tanto tempo para me darem um papel.

- Considera que a sua certificação foi justa tendo em conta as competências que detinha e o que foi solicitado tendo sido feita justiça por não ter reconhecidas antes as aprendizagens que fez ao longo da sua vida?

Nunca ninguém se interessou por aquilo que se fazia. Foram 30 anos a trabalhar numa fábrica de cerâmica para virmos para a rua com uma mão à frente e outra atrás... pelo menos alguém deu valor a esses anos.

- No seu meio mais próximo, sentiu alterações após a sua certificação?

Não. Algumas amigas que trabalhavam no mesmo sítio que também estão a fazer o processo acharam bom eu conseguir, mas nada mais.

- Sentiu alterações no meio envolvente?

Não.

- Sentiu reconhecimento por parte das pessoas que o/a rodeiam?

Não. As pessoas só dizem mal disto e do Sócrates que inventou isto...

- Sente que as pessoas que o rodeiam valorizam o esforço que fez?

Algumas amigas, só.

- Sente que tem mais facilidade em sociabilizar?

Não, é a mesma coisa.

- Sente que as pessoas que o rodeiam se interessam mais pelas suas opiniões?

Não. As pessoas pensam que sabem tudo e não se interessam pela opinião de ninguém, quanto mais com a minha que não sou ninguém.

- Sentiu-se discriminado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?

Sim, no Centro de Emprego e quando vou pedir emprego. Não há trabalho e termos que ir pedir emprego e carimbos parecemos uns criminosos.

Mudanças Formativas

- Ganhou/aprofundou hábitos de leitura? Escreve textos mais regularmente (cartas, emails, recados)?

Não. Tenho que escrever muitas cartas por causa da fábrica mas é a advogada que trata disso.

- Sente que as pessoas com quem conversa a/o entendem com mais facilidade?

Não, é a mesma coisa.

- Utiliza com mais frequência a matemática no seu dia a dia? Se sim, dê alguns exemplos.

Não, é a mesma coisa. Faço poucas contas. O dinheiro é pouco para se fazerem contas. Não se pode fazer contas se não há dinheiro e há muitas despesas para pagar e não há trabalho.

- Aprendeu/aprofundou a utilização do computador?

Só o que fiz lá na escola. Não tenho computador em casa e ninguém que me ensine, por isso já me devo ter esquecido do que aprendi. E também não me faz falta.

- Quantas vezes utiliza o computador no seu dia a dia e para que tarefas?

Nunca. Não tenho computador.

- Costuma ler folhetos de divulgação de formação?

Só quando vou ao Centro de Emprego e eles me mostram para ver o que me interessa. De resto não.

- Sente interesse em alguma proposta de formação que tenha encontrado?

Eu queria era trabalho não era formação. E isso não arranjam eles.

- Já frequentou alguma ação de formação desde que concluiu a certificação?

Só fiz uma de português que me indicaram para fazer lá no CNO logo quando acabei o processo.

- Imagina-se a estudar mais uma vez? Gostava de continuar a estudar? Pensa concluir o 12.º ano?

Credo, não. Já chega. Para o que hei de precisar, o 9º ano chega muito bem.

Mudanças Profissionais

- Sentiu-se discriminado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?

Sim, por algumas das minhas colegas do meu antigo trabalho. Acham que somos umas burras por andarmos na escola com os livros na mão.

- Na procura de emprego, sentiu diferenças por ter obtido o certificado?

Só porque posso inscrever-me para outros empregos onde pedem o 9º ano.

- Sentiu que a certificação obtida lhe trouxe ferramentas úteis na procura ativa de emprego?

Só se for o Curriculum Vitae que fizemos e que entrego algumas vezes para pedir emprego.

- Conseguiu emprego desde que concluiu a certificação?

Já fiz um POC (Programa Ocupacional) mas emprego que era bom, nada.

- Sente-se capaz de desempenhar tarefas diferentes num novo posto de trabalho, assumir novas responsabilidades?

Estou muito desanimada em relação a isso. Acho que com a minha idade e como as coisas estão vai ser muito difícil arranjar emprego. E depois, as minhas mãos são as mesmas e por isso irei fazer o que for preciso.

Considerações sobre a Certificação

- Na sua opinião, reconhece que um adulto que obtém a certificação através de um processo de reconhecimento de competências possui competências equiparáveis às de um aluno que frequenta o

mesmo nível de ensino através de um percurso de educação formal do mesmo nível?

Tem pois. Os miúdos na escola são uns mal criados que não ligam nenhuma à escola. Têm tudo fácil e não têm que lutar por nada. Haviam de ser obrigados a ir trabalhar como eu fui para ver se não davam outro valor à escola.

- É de opinião que a idade e a experiência de vida são importantes para a certificação de competências, ou seja, quanto mais idade mais experiências se tem e mais competências se adquirem?

São importantes e quanto mais anos temos mais vivemos. A vida é muito difícil e ensina-nos muitas coisas.

- Considera que quanto mais velho for o adulto, mais complicado é realizar o que lhe é solicitado e aceitar as condições que lhe são dadas?

Diz-se que “burro velho não toma ensino” e acho que é muito difícil as pessoas como eu voltarem com esta idade à escola.

- Considera que a lei que determina que os adultos que se apresentam em situação de desemprego e não tenham a escolaridade obrigatória sejam obrigados a inscreverem-se e a frequentarem as ofertas de um Centro Novas Oportunidades?

Acho que nos deviam era arranjar emprego e não mandarem-nos para a escola. Isso é que deviam ser obrigados a fazer.

Pergunta de finalização: Gostaria de acrescentar alguma coisa? Não

Data de entrevista: Fevereiro de 2013

ENTREVISTA 6

Idade: 54

Sexo: F M

Data da Certificação: 27 setembro 2011

Desempregado: mais de 12 meses menos de 12 meses

Situação profissional atual: Empregado – Comercial num stand de automóveis

Motivação e Disponibilidade do adulto

- Como tomou conhecimento do CNO?

Como fiquei desempregado em 2010, fui orientado pelo Centro de Emprego para me inscrever no CNO para fazer formações e principalmente, fazer o 9º ano porque eu não o tinha.

- Conhecia o trabalho que é desenvolvido nos CNO?

Já sabia algumas coisas porque tinha familiares a fazerem a mesma coisa que eu ia fazer.

- Razão/ões que o/a levou a inscrever-se no CNO para iniciar um processo de reconhecimento de competências?

Eu já tinha intenções de me inscrever porque achava que era uma boa maneira de ter o 9º ano que eu não tive oportunidade de fazer no tempo certo. No entanto, ficar desempregado foi o empurrão que eu precisei para ter essa atitude. Foi um mal que, por este assunto, veio por bem.

- Quais eram as suas expectativas face ao processo de reconhecimento de competências?

Tinha algumas porque eu sempre gostei muito de aprender. Ir novamente para a escola foi uma alegria muito grande para mim.

- Quais as razões para aumentar a escolaridade para o nível básico?

Fui obrigado pelo Centro de Emprego, mas já há muito tempo que achava que não era bom desperdiçar a oportunidade de fazer o 9º ano no RVCC. Fiquei desempregado em 2010 quando a fábrica onde trabalhava fechou portas e como não sou pessoa de baixar os braços fui à luta. Achei que ter o 9º ano era uma mais-valia para procurar outro emprego porque esta é a escolaridade que todas as empresas pedem como mínimo. A fase do desemprego foi muito dura para mim, mas foi graças a ter o 9º ano que pude concorrer para o lugar de comercial que ocupo agora. Ter o 9º ano era uma exigência e um fator de exclusão e nem os meus conhecimentos de espanhol e de inglês e os meus 31 anos de trabalho dedicados a uma só empresa me valiam nada porque eu tinha só o 8º ano e incompleto.

- Quanto tempo investiu ao longo do processo de reconhecimento de competências desde a entrada em processo até à certificação?

O suficiente. Quando eu me meto a fazer as coisas é porque realmente quero fazer e fazer bem. Por isso, fiz tudo o que estava ao meu alcance para conseguir fazer todos os trabalhos pedidos a tempo e o melhor que eu podia e sabia. Foi bastante tempo, mas valeu a pena.

Mudanças Pessoais/Familiares/Sociais

- O que se alterou na sua forma de ser com a obtenção de um certificado?

Principalmente ver que tinha concretizado um objetivo de muitos anos e que me deixou muito feliz. E vi que tinha muitas capacidades de fazer coisas que eu nem sabia que sabia fazer.

- Sente-se mais confiante quando toma decisões?

Sim, porque tive na vida mais uma prova de que quando tomamos as decisões com consciência do que estamos a fazer as coisas podem correr muito melhor.

- Sentiu dificuldades em aprender durante o processo?

Algumas, como acho que todas as pessoas adultas que voltam para a escola depois de muitos e muitos anos têm. Mas o principal foi o computador. No princípio não estava a ser muito fácil, mas com o meu empenho e força de vontade tudo se conseguiu ultrapassar. E as dificuldades que foram sentidas foram ultrapassadas.

- Considera que é mais capaz de desenvolver novas atividades no seu dia a dia com a obtenção da certificação?

Sim, porque olho para algumas coisas com outros olhos. Com a formação ensinaram-nos a estar mais atentos àquilo que nos rodeia.

- Qual foi o papel da sua família durante a realização do processo?

Foi muito importante. Tive muito apoio da minha esposa e dos meus filhos.

- Quando obteve a certificação, qual a reação da família?

Ficaram muito contente por eu ter atingido mais um dos meus objetivos. Ficar desempregado foi uma experiência muito dura. É muito triste, principalmente para um homem, ver que toda a vida foi o sustento da sua casa e, de um momento para o outro, dizerem-lhe que não há mais lugar para ele. Mas é a vida. A minha família sofreu muito com essa situação e ver que eu tinha conseguido, foi uma meta atingida. E eles tiveram participação nisso.

- Considera que a sua certificação foi justa tendo em conta as competências que detinha e o que foi solicitado tendo sido feita justiça por não ter reconhecidas antes as aprendizagens que fez ao longo da sua vida?

Na minha opinião é muito justo. Toda a nossa vida foi uma vida de sacrifícios, de luta para que o nosso trabalho tivesse valor. Participamos na vida associativa, religiosa, cultural, tentamos fazer o melhor que conseguimos por nós, pela nossa família, pelos outros, e às vezes sentimos que nada disso é reconhecido. Pelo menos aqui senti que tudo aquilo que eu fiz ao longo da minha vida foi valorizado. Se isso não é fazer justiça com tantos milhares de portugueses, não sei o que será justo então.

- No seu meio mais próximo, sentiu alterações após a sua certificação?

No meio familiar e alguns amigos, apenas.

- Sentiu alterações no meio envolvente?

Nem por isso, mas para mim o importante é o que acham a minha família e os meus amigos.

- Sentiu reconhecimento por parte das pessoas que o/a rodeiam?

Sim, pelas pessoas que entendem o processo. Há muita gente que não sabe o que se faz e o que isto, mas os que percebem um bocadinho e acompanham o nosso trabalho dão-nos valor. Eu senti isso.

- Sente que as pessoas que o rodeiam valorizam o esforço que fez?

Sim, os amigos e família dão muito valor.

- Sente que tem mais facilidade em sociabilizar?

Acho que não é por ter um certificado que somos mais ou menos do que os outros. Sempre gostei muito de estar entre amigos, de conversar, de trocar ideias, de propor coisas novas para se fazer, enfim, por isso acho que o certificado é só uma coisa que nos dá a nós que o temos muito mais confiança. A minha profissão também ajuda a que a sociabilização seja uma mais-valia porque na área das vendas é importante.

- Sente que as pessoas que o rodeiam se interessam mais pelas suas opiniões?

Acho que é a mesma coisa. Sempre fui muito de dar a minha opinião sempre que achei bem fazê-lo.

- Sentiu-se discriminado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?

Nunca me senti discriminado. No entanto, custava-me muito quando ouvia nas televisões e nas rádios e jornais que eram dados certificados às pessoas. No processo fomos alertados para isso. Para nunca

pormos em causa o nosso certificado nem nunca deixarmos que os outros o façam porque aquele certificado, apesar de ser só um papel, é um papel que significa as nossas vidas, as nossas histórias, o trazer-nos alguma reposição de justiça para quem pouca justiça teve na vida.

Mudanças Formativas

-Ganhou/aprofundou hábitos de leitura? Escreve textos mais regularmente (cartas, emails, recados)?

Aprofundei mais a escrita, porque na associação onde eu faço parte da direção sou secretário. Aprendi muitas coisas de gramática, de como se escreve corretamente, de como fazer algumas frases de maneira correta, por acentos e pontuação corretamente. Fiquei muito mais atento à escrita e valorizei ainda mais o facto de toda a minha vida me ter interessado por ler muito.

- Sente que as pessoas com quem conversa a/o entendem com mais facilidade?

Sempre senti que as pessoas me entendiam bem. Mas também tenho como certo que há momentos em que ficar calado é a melhor opção. Isso também se deve ao meu passado profissional em que fiz muitas feiras nacionais e internacionais de divulgação dos meus produtos e o contacto com as pessoas é fundamental. Para ser um bom comercial, as pessoas têm que nos entender e temos que nos fazer entender.

- Utiliza com mais frequência a matemática no seu dia a dia? Se sim, dê alguns exemplos.

Ultimamente dou por mim a fazer mais contas sobre as contas que oiço na televisão ou leio nos jornais sobre o estado do nosso país. Talvez a situação do país me obrigue a isso. No entanto, sempre usei a matemática como ferramenta essencial na minha vida profissional. Fazia contas dos materiais, dos valores, de percentagens, de médias, enfim, tudo o que era preciso. Atualmente, com o meu novo emprego, tenho que fazer contas às distâncias das viagens, dos materiais que levo para entrega, das encomendas que me fazem, entre muitas outras coisas.

- Aprendeu/aprofundou a utilização do computador?

Essa foi talvez a área onde aprendi mais coisas. Tinha trabalhado muito pouco com o computador e com o processo e uma vez que éramos obrigados a trabalhar com ele, deu para aprender as coisas básicas e ganhar o gosto pela pesquisa na internet.

- Quantas vezes utiliza o computador no seu dia a dia e para que tarefas?

Já vou com regularidade ao meu email, já pesquisei várias coisas e até já tenho um facebook.

- Costuma ler folhetos de divulgação de formação?

Sim, todos os que eu consigo encontrar nos jornais, nas caixas do correio, às vezes mandam-me para o

meu mail.

- Sente interesse em alguma proposta de formação que tenha encontrado?

Em todas as da minha área profissional, em línguas e em informática.

- Já frequentou alguma ação de formação desde que concluiu a certificação?

Sim. Tenho frequentado muitas formações na minha área profissional. Frequentei várias enquanto trabalhei na empresa. Depois de ter ficado desempregado frequentei várias também: técnico de vendas, atendimento ao público, Excel, legislação laboral, estratégias de venda, relacionamento interpessoal, inglês e espanhol.

- Imagina-se a estudar mais uma vez? Gostava de continuar a estudar? Pensa concluir o 12.º ano?

Sim. Quero fazer o 12º ano. Ainda fiquei com o sonho de conseguir tirar um curso superior na área da gestão, mas se calhar irei ficar-me só pelo sonho.

- Considera que a sua certificação foi justa tendo em conta as competências que detinha e o que foi solicitado tendo sido feita justiça por não ter reconhecidas antes as aprendizagens que fez ao longo da sua vida?

Tenho a certeza que foi mais do que justa. Eu não estudei mais porque na altura em que andava na escola faleceu o meu pai e tive que abandonar o estudo para conseguir ajudar nas despesas de casa. Fiz de tudo um pouco na minha vida mas nunca me tinha permitido terminar aquilo que não tinha feito, os estudos. O trabalho tornou-se parte da minha vida a 100%. A minha família dependia dele. Não os podia deixar mal. Mas sempre me preocupei em dar o meu melhor em tudo, participar em tudo o que pudesse, aprender tudo o que conseguisse. Por isso, acho que foi uma medida muito justa e que veio trazer justiça a milhares de portugueses com histórias de vida tão ou mais ricas do que a minha.

Mudanças Profissionais

- Sentiu-se discriminado por ter obtido a certificação através de um processo de reconhecimento de competências?

Não. Fiquei desempregado durante pouco mais de um ano (2011 e alguns meses de 2012). Fui sempre enviando o meu currículo e respondendo aos poucos anúncios que ia encontrando. Mas pensei muitas vezes que não ter o 9º ano nestas situações era muito grave. Mas nunca senti discriminação em parte nenhuma. Até acho que senti mais em relação à minha idade.

- Na procura de emprego, sentiu diferenças por ter obtido o certificado?

Muitas. Foi graças ao meu certificado que consegui concorrer para o meu atual emprego e consegui

depois justificar em entrevista o que tinha feito mais para merecer ocupar aquele cargo.

- Sentiu que a certificação obtida lhe trouxe ferramentas úteis na procura ativa de emprego?

A principal ferramenta foi, sem dúvida, o certificado.

- Conseguiu emprego desde que concluiu a certificação?

Como já disse anteriormente, sim. Estou há 10 meses a trabalhar como comercial num stand de automóveis.

- Sente-se capaz de desempenhar tarefas diferentes num novo posto de trabalho, assumir novas responsabilidades?

Assumir um posto de trabalho novo leva a que nos tenhamos que adaptar às novas exigências, às novas formas de trabalho, às novas condições, aos novos colegas. Se conseguimos manter este trabalho durante algum tempo, é porque conseguimos fazer essa adaptação a todas as coisas novas. E eu consigo. Eu sei que sou capaz.

Considerações sobre a Certificação

- Na sua opinião, reconhece que um adulto que obtém a certificação através de um processo de reconhecimento de competências possui competências equiparáveis às de um aluno que frequenta o mesmo nível de ensino através de um percurso de educação formal do mesmo nível?

São coisas diferentes, mas eu considero que sim. Eles aprendem com aqueles que já aprenderam e agora estão a ensiná-los. Eu aprendi com a vida, com as cabeçadas que dei, com as vitórias que alcancei e as derrotas que não deixei que me derrubassem.

- É de opinião que a idade e a experiência de vida são importantes para a certificação de competências, ou seja, quanto mais idade mais experiências se tem e mais competências se adquirem?

A experiência é maior quanto mais anos temos de vida. Não podemos comparar as experiências e as aprendizagens feitas por alguém com 22 anos ou alguém com 50. É muito diferente. Há muitas coisas para aprender para quem tem apenas 22 anos. E também algumas para quem tem 50 porque eu sou daqueles que acredita que aprendemos até ao nosso último suspiro.

- Considera que quanto mais velho for o adulto, mais complicado é realizar o que lhe é solicitado e aceitar as condições que lhe são dadas?

Não. Acho que, se calhar, apenas os tempos necessários para fazer as tarefas têm de ser diferentes.

- Considera que a lei que determina que os adultos que se apresentam em situação de desemprego e

não tenham a escolaridade obrigatória sejam obrigados a inscreverem-se e a frequentarem as ofertas de um Centro Novas Oportunidades?

Para mim foi um passo muito importante que dei. Seria muito melhor que as pessoas procurassem aprender de forma voluntária, mas se dependerem desta obrigação para renovarem os seus conhecimentos e aprenderem outras coisas, acho então que esta é uma boa medida.

Pergunta de finalização: Gostaria de acrescentar alguma coisa?

Sei que se esperam muitas alterações à formação de adultos em Portugal e só desejo que os nossos governantes não se esqueçam que são os adultos a fonte de riqueza do nosso país e que, se há pessoas que não querem saber de aprender mais, há ainda muitas que esperam toda a vida por uma oportunidade para evoluir nas suas aprendizagens.

Data da entrevista: Março 2013